

Diogo Silva do Nascimento

MARÉ DE LAZER:

construções, sociabilidades e significados dos lugares de Lazer no Morro do Timbau

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional / UFMG

2020

Diogo Silva do Nascimento

MARÉ DE LAZER:

construções, sociabilidades e significados dos lugares de Lazer no Morro do Timbau

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Estudos do Lazer.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Fortes

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional / UFMG

2020

N244m Nascimento, Diogo Silva do
2020 Maré de lazer: construções, sociabilidades e significados dos lugares de lazer no Morro do Timbau. [manuscrito] / Diogo Silva do Nascimento – 2020.
134 f., enc.: il.

Orientador: Rafael Fortes Soares

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Bibliografia: f. 118-122

1. Lazer – Teses. 2. Interação social – Teses. 3. Identidade social – Teses. 4. Favelas – aspectos sociais – Rio de Janeiro (RJ). I. Soares, Rafael Fortes. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III. Título.

CDU: 379.8

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Danilo Francisco de Souza Lage, CRB 6: nº 3132, da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.



Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer Email: ppgiel@eefftto.ufmg.br

Telefone: (31) 3409-2335

ATA DA 53ª DEFESA DE TESE DE DOUTORADO

DIOGO SILVA DO NASCIMENTO

Às 14h00min do dia 08 de maio de 2020 reuniu-se de forma virtual (via videoconferência pela plataforma "GoTomeeting") a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Programa para julgar, em exame final, o trabalho "*Maré" de tempo livre: Memórias e sociabilidades nos espaços de lazer do Morro do Timbau*", requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Estudos do Lazer. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Rafael Fortes Soares, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra para o candidato, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Membros da Banca Examinadora	Aprovado	Reprovado
Prof. Dr. Rafael Fortes Soares (Orientador)	X	
Prof. Dr. André Mendes Capraro (UFPR)	X	
Prof. Dr. Coriolano Pereira da Rocha Junior (UFBA)	X	
Prof. Dr. Cleber Augusto Gonçalves Dias (UFMG)	X	
Prof. Dr. Helder Ferreira Isayama (UFMG)	X	

Após as indicações o candidato foi considerado: **Aprovado**

O **resultado final** foi comunicado publicamente, para o candidato pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente **ATA** que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 08 de maio de 2020.

Prof. Dr. Rafael Fortes Soares

Prof. Dr. André Mendes Capraro

Prof. Dr. Coriolano Pereira da Rocha Junior

Prof. Dr. Cleber Augusto Gonçalves Dias

Prof. Dr. Helder Ferreira Isayama

Dedico este trabalho ao serralheiro Mininito, que com sua sensibilidade nos oportunizou momentos de lazer inesquecíveis. Também dedico à professora Jacqueline Moraes, que foi fundamental na minha construção como sujeito social de direitos; à minha grande amiga Denise, que sempre foi um exemplo de luta; e ao meu saudoso e inesquecível Avô Manoel Joaquim, que me ensinou a ser simples, íntegro e sonhador.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Rafael Fortes, que me passou segurança e ensinamentos importantes para a tese e para a vida.

Aos meus pais, Antônio José e Edileusa Silva, minha irmã Andreza, meus sobrinhos Ryan, Gabi e minhas tias Marina e Miriam que sempre foram meus alicerces.

Ao meu amigo Alexandre Dias e seu Pai Nourival, que foram imprescindíveis na construção da pesquisa.

Às amigas/irmãs Aryanne e Thais e seus pais, Tia Nice e Tio Tarcísio, pelo importante carinho e amizade.

Aos meus tios Marivaldo, Antônio Rufino, Bil e tias Lúcia e Maria Rufino, que nunca me deixaram esquecer de onde eu sou.

Ao meu Tio Zé Galego (*In Memoriam*), que sempre me tratou como filho e plantou em mim uma incomensurável paixão pelo Botafogo.

À Marluce (*In Memoriam*), por ter diversas vezes dormido na fila para arranjar uma vaga para que eu pudesse cursar o ensino fundamental.

Ao Ronaldo (*In Memoriam*), Beto e Deco pelos inesquecíveis momentos jogando com a camisa do botafoguinho.

Aos meus primos(as) Rafael, Dudu, Simone, Evanilson, Denise, Marcinho, Ricardo, Daniele, Rogéria, Silvinha.

Ao Carlinhos e à Cláudia Rosi, que sempre se colocaram à disposição para ajudar na construção da pesquisa.

À Marli e a todos funcionários do Museu da Maré pela imensa ajuda em disponibilizar a rica fonte de dados do Museu.

À Ana Elenara por todo carinho e ajuda ao longo do caminho.

À Bel, Wallace e Rosiane pela incomensurável amizade.

Ao meu grande irmão Marcelo Ribeiro Sales, pelos intensos diálogos sobre as dificuldades da classe trabalhadora que ousa fazer pós-graduação.

À Vanessa Brito, pela amizade de alma que construímos ao longo dos anos.

Ao meu irmão Lourenço Cezar pelos constantes ensinamentos e pela essência socialista que cativa todos a sua volta.

À Lúcia Helena, pela ajuda em todo esse cansativo percurso.

À Maria Cardoso, Ana, Cida, Fátima e Auxiliadora pelos intensos momentos de alegria tecidos nos cotidianos que marcaram essa caminhada.

À Juliana Amâncio pelo apoio e amizade.

À Carina, pelas risadas e vivências que ressignificaram a rotina no trabalho.

À Aline Botelho, pela importante amizade e pela sede de empoderar-se como mulher e pesquisadora.

À Talita Costa, por ter fomentado momentos e aprendizados maravilhosos que acabaram ressignificando diversas coisas na minha vida.

Aos meus grandes amigos Sinval e Terezinha, que fizeram de sua casa a minha morada.

Ao Josias Miranda, ao Marquinhos e ao Sammy pela amizade e pelas resenhas tecidas nos cotidianos que marcaram esse percurso.

Aos Bares do Nando, Oliveira, Mônica e Zé Toré que forneceram importantes bebidas etílicas para encarar todo esse processo.

Aos meus amigos Vlamir, Raphael, Leandro, Alex, Nelson, Washington, Sérgio Magalhães, Yolanda, Kátia, Maurizio, Tati, Carré, Luiz Couvre, Reinaldo, Alexandre, Alexandro, Marcelo (Palavrão), Renato, Rodrigo Morela que fizeram parte de um importante processo de aprendizagem que vivi na vila Olímpica.

À Maria Nina e ao Nilo pela oportunidade de emprego que mudou a minha vida.

Aos meus grandes amigos Paulinho, Lenilson, Henrique Gomes pelas loucas e marcantes experiências da vida.

À Ângela Brêtas, pela imensa sensibilidade e ensinamentos que aqueceram e ressignificaram o frio processo de aprendizagem da pós-graduação.

À Márcia Moreno, Renata, Vivian, Mônica Monteiro, Bira, Tonimar, Mayara, Grazielle, Adriana, Diene, Camila, Aline Andrade, Luciene, Júlio César, Marcelo, Cris, Marta, Wallace, Raquel e Marion pelos olhares e sensibilidades para as relações que são tecidas nos cotidianos periféricos.

Ao meu grande amigo Pipo pela incomensurável amizade.

Ao Nei Santos, pela grande amizade e pelo processo de construção da sua brilhante carreira que tem impulsionado todos a sua volta.

Ao meu xará Diogo Bavel, que o tempo fez construir uma importante e sólida amizade.

À Anne Caroline pela ligação de alma que a vida nos trouxe.

Ao professor Hélder, que fomentou importantes ensinamentos ao longo do curso, e pela importante experiência que me oportunizou no projeto de Esporte e Lazer.

À Rafaela Goltara pelas incomensuráveis experiências.

Ao Professor Silvio pelos importantes ensinamentos ao longo do curso.

Ao Professor Ivan Amaro, meu orientador do mestrado, pelos importantes ensinamentos.

À Professora Christianne Luce Gomes pela sensibilidade e acolhida que foram de suma importância para encarar o desafio de terminar o doutorado.

À Professora Tereza e sua filha Maninha, que me mostraram como é possível chegar nesses espaços.

À Tia Nizinha, dessa minha tia, que oportunizou um inesquecível carnaval com uma imensa sensibilidade em costurar uma fantasia para mim, em um período da vida em que tudo em casa era escasso.

Ao grande Danilo que transforma as relações burocráticas da secretaria em marcantes experiências de companherismo e amizade.

Aos grandes companheiros e companheiras das turmas 2016, 2017 e 2018 que tive o imenso prazer de compartilhar saberes e experiências, em especial: Jean, Carlos, Genesco, Fábio, Iara, Thiago, Felipe Abrantes, Paola, Edwaldo, Romilda, Claudia Bonalume, Priscila, Edu, Ronaldo, Marie, Adriana, e Sidney e tantos outros que enriqueceram esse marcante processo.

Parafraseando Conceição Evaristo, assim agradeço a todos homens, mulheres e crianças que se amontoaram dentro de mim, como amontoados são as casas da minha favela.

Ê Vila da minha vida
Dos meus pesadelos e realidade
Realidade e sonhos
De Cidade Fantasma eu te chamava
Tudo desconhecido. Ninguém me encantava
Sofri com a dor, mas não perdi as raízes da minha infância
Amigos que não vejo mais
Amigos que ficaram pra trás
Amigos que não esqueço jamais
Ê Favela Querida!
Violência?! Lógico que tem. Mas onde, agora, não tem?

Ê Vila de Gente
Sara Alves (Moradora e poetisa da Maré)

RESUMO

Esta tese de doutorado investigou as histórias dos espaços de lazer no Morro do Timbau (Bairro Maré - Rio de Janeiro), no período de 1931 a 1974, a partir da memória e registros dos moradores. Analisou a maneira como se configuraram as memórias locais, sociabilidades e identidades tecidas através das experiências fomentadas nesses espaços de lazer. Além disso, o trabalho buscou investigar as formas como foram tecidos os arranjos coletivos, tais como os laços de amizade, conflito e territorialidade a partir da vivência nos campos, ruas, quadras e espaços alternativos da favela que funcionavam como áreas de lazer. A pesquisa utilizou a abordagem qualitativa por meio de entrevistas narrativas, análises de fotos e documentos. Assim, o trabalho apontou para a importância de dar voz às experiências que, em um quadro sociocultural, construíram “múltiplos mundos sociais” em que a individualidade e a subjetividade estiveram estreitamente ligadas às experiências de construção desse território historicamente estigmatizado pela violência.

Palavras-chave: Lazer. Lugar. Memória. Favela.

ABSTRACT

This doctoral thesis investigated the stories of leisure spaces in Morro do Timbau (Bairro Maré - Rio de Janeiro), from 1931 to 1974, based on the residents' memory and records. The way in which local memories, sociability and identities woven through the experiences fostered in these leisure spaces were investigated. In addition, the work sought to investigate the ways in which collective arrangements were woven through bonds of friendship, conflict and territoriality from living in the fields, streets, blocks and alternative spaces of the favela that functioned as leisure areas. The research used the qualitative approach through narrative interviews, analysis of photos and documents. Thus, the work pointed to the importance of giving voice to the experiences that, in a sociocultural context, built "multiple social worlds" in which individuality and subjectivity were closely linked to the experiences of building this territory historically stigmatized by violence.

Keywords: Leisure. Place. Memory. Slum.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-Mapa do Bairro Maré	19
Figura 2-Reportagem do Jornal do Brasil.....	27
Figura 3- Mapa do Morro do Timbau	43
Figura 4- Recibo de pagamento	47
Figura 5- Mutirão no Morro do Timbau.....	50
Figura 6-Mapa dos Espaços de lazer no Morro do Timbau.....	53
Figura 7-Mapa do Campo do Minas Gerais.....	54
Figura 8-Campo do Minas Gerais	59
Figura 9-Grande Jogo no Campo do Minas Gerais.....	61
Figura 10-Torcida no Campo do Minas Gerais.....	64
Figura 11-Confraternização dos jogadores do Minas Gerais	65
Figura 12-Escalção do Diamante Negro	66
Figura 13-Mapa do Bloco Corações Unidos de Bonsucesso	67
Figura 14-Classificação do desfile.....	69
Figura 15-Blocos carnavalescos da Maré	70
Figura 16-Desfile do bloco em 1992.....	74
Figura 17-Mapa do Cine cinco irmãos.....	76
Figura 18-Seu Olívio	77
Figura 19-Mapa do Arraiá do Bico Mudo.....	82
Figura 20-Rua Capivari	83
Figura 21-Seu Nilo em visita ao Museu da Maré.....	84
Figura 22-As “Pastorinhas” do Arraiá: Elza, Edite e Neusa.....	100
Figura 23-Mapa do Forró do Seu Manoel Gomes	105
Figura 24-Barracão do Seu Manoel Gomes.....	107
Figura 25-Esquema Lugares de Lazer	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Pesquisa lazer/comunidade	33
Tabela 2 - Pesquisas em estados	33
Tabela 3 - Pesquisas e autores.....	34
Tabela 4 - Pesquisas Morro do Timbau.....	35
Tabela 5 - Número de habitantes e de domicílios no Conjunto de	45

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CONHECENDO O TERRITÓRIO MAREENSE.....	17
2.1 Inquietações de um caminhante pesquisador.....	28
2.2 Como investigar?	37
2.3 O Morro do Timbau	43
3 O LAZER NO MORRO DO TIMBAU	54
3.1 O Campo do Minas Gerais	54
3.2 Bloco carnavalesco Corações Unidos de Bonsucesso	66
3.3 Maré de Cinema- O Cine Cinco Irmãos	75
3.4 Arraiá do Bico Mudo	82
3.5 O Forró do Seu Manoel Gomes.....	105
4 CONSIDERAÇÕES EM CURSO: (RE)DEFININDO E APONTANDO CAMINHOS	111
4.1 Espaços de lazer x lugares de lazer	111
4.2 Lazer Topofílico.....	114
4.3 Rugosidades do lazer.....	116
4.4 Lugares de lazer, espaços de resistência.....	118
4.5 Lugares de lazer e territorialidade(s)	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS	130
ANEXO I - Carta de conduta do Exército para os moradores do Morro do Timbau	136
ANEXO II- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	139
ANEXO III – Roteiro de perguntas para o Ex-Presidente da Associação do Morro do Timbau	141
ANEXO IV - Roteiro de perguntas para os moradores do Morro do Timbau....	144

1 INTRODUÇÃO

Ao organizar alguns antigos pertences no meu velho quarto avistei um álbum de fotos com imagens de momentos de lazer que marcaram a minha infância. Logo, me lembrei da época em que ao voltar da escola, ainda moleque, já ia largando a velha mochila e a calça jeans, já tingida várias vezes, para jogar o tão prazeroso “futebolzinho”.

Era assim todo santo dia. Corria para casa, jogava a mochila e a calça por cima do portão e partia direto para a pelada de golzinho montado com restos de tijolos na Praça dos Caetés, no Morro do Timbau (Maré). Além da alegria estampada em nossos rostos, um sentimento de tranquilidade fazia o corpo ter mais gingado durante a partida. Esse gingado nos acompanhava até o céu escurecer por completo e nossas mães nos chamarem para casa.

Tínhamos uma forte ligação com o futebol. Parafraseando Marcus Faustini¹, “todo garoto da favela acha que vai ser jogador de futebol”. A primeira coisa que ele aprende, antes mesmo das palavras do ditado na escola, é a driblar. É esse o seu passaporte para ser chamado para qualquer pelada. Assim como a internet agora está em toda parte, o futebol é onipresente na favela.

Além do futebol, tínhamos outras experiências criativas. A necessidade trouxe criatividade para as nossas cabeças. Lembro que chegamos a criar um enorme carrinho de rolimã. Cabia toda a turma junta e era uma festa danada descer o morro naquela imensa “carreta”. Além do carrinho, confeccionávamos giriquinhos (uma “semi” pipa) e nossas próprias traves de futebol com a ajuda do serralheiro, Seu Mininito. A relação com o Seu Mininito sempre foi muito intensa. Sua serralheria, em muitos finais de semana, transformava-se em salão de festa. Havia festas de aniversário, festas juninas e diversas reuniões do nosso grupo. O espaço era usado “de grátis” como ele mesmo dizia!

Além disso, algumas brincadeiras tinham o seu “tempo” para acontecer durante o ano. Tinha a época da pipa, de rodar pião e jogar bola de gude. Confesso que nunca entendi quando terminava e começava alguma delas. Mas, quando a

¹ Periferia afetiva (Faustini, 2009)

gente avistava um número grande de bolas de gude chegando à vendinha do Seu Everaldo tínhamos a certeza de que o tempo tinha mudado.

Depois de relembrar essas histórias, com o passar dos meses, resolvi procurar alguns amigos daquela época. Ao conversarmos sobre a nossa relação com tantas experiências de lazer, percebi o quanto as memórias daqueles espaços ainda nos contagiavam.

Essas lembranças trouxeram algumas memórias que marcaram relações de amizades, espaços e momentos inesquecíveis, como um gol perdido, uma vitória marcante, uma festa inesquecível e tantos outros momentos. Depois de relembrar tantas memórias, que nos ligavam diretamente aos espaços de lazer, resolvi registrar esses espaços a partir dos longos bate papos com amigos que compartilhavam daquelas mesmas memórias.

Desse modo, resolvi marcar alguns encontros no Museu da Maré, com o intuito de criar um acervo de memórias sobre os espaços de lazer no Bairro. Seguindo os fios tecidos nos encontros, saí para procurar alguns moradores que organizaram no passado times de futebol, festas caipiras, blocos de carnaval, forró e outras atividades. Inicialmente, abordei alguns na rua e notei que ao mostrar interesse em saber sobre aquele período surgiram incontáveis narrativas que teciam os espaços de lazer com a própria construção do Bairro. Além disso, descobri muitos espaços e experiências de lazer que eu não tinha conhecimento. O campo do Minas Gerais² que, ainda na década de 1950, foi destruído para a construção de uma escola é um exemplo disso.

A riqueza das vivências me fez compreender que elas precisavam ser publicizadas, pois seus principais atores queriam contá-las. Queriam falar dos espaços de lazer como “experiências culturais” que construíram a identidade e a história do Bairro (MELO, 2003, p.55). Percebi que pesquisá-las seria uma forma de entender as dinâmicas sociais e culturais que foram desenvolvidas na Maré.

Algumas descobertas já foram registradas no acervo do Museu da Maré como as festas de reis, as festas juninas, os primeiros bailes de forró que foram

² O Campo do Minas Gerais existiu em um espaço na divisa das favelas Morro do Timbau e Baixa do Sapateiro. O campo era chamado dessa forma por ter o time Minas Gerais como organizador do espaço. Na década de 1950, por iniciativa do poder público, o campo deu lugar a construção da Escola Municipal IV Centenário.

promovidos pelo Seu Manoel Gomes, os diversos circos que esticavam suas lonas na praça do XVIII³ e os modestos parques de diversão.

Por meio das conversas descobri práticas ocultadas em becos e lajes do bairro. O carteadado do Senhor João, por exemplo, reúne um grande número de pessoas. Alguns jogam e outras apenas observam as tensões e estratégias do jogo. É uma prática que começou com o próprio Seu João na década de 1970, na praça em frente ao bar do Valter. O carteadado funciona a pleno vapor até os dias atuais.

A “pipa”, como em qualquer subúrbio do Rio de Janeiro, mostrou ser um forte entretenimento da infância, juventude e de homens de meia idade no Bairro. Como nem todo mundo tinha uma laje para soltar sua pipa, alguns moradores, na década de 1990, organizaram espaços no Morro do Timbau e Baixa do Sapateiro para essa prática.

A partir de tantas memórias tecidas nas vielas, praças, campos e lajes do bairro, percebi indícios de que muitos momentos de lazer contados por “pipeiros”, técnicos de futebol e tantos outros moradores, não representavam um espaço de alienação e fora da realidade. Essas memórias remetiam à construção de identidades e de sociabilidades. Segundo Melo, os momentos de lazer também são espaços importantes para construções identitárias:

Os momentos de lazer não podem ser compreendidos como espaço de fuga ou alienação, desconectados da realidade social. (...) A atuação no âmbito do lazer pode bem como promover uma grande importância na qualidade de vida individual e coletiva (MELO, 2003, p. 78).

Nesse sentido, um conjunto de inquietações delineou a realização desta tese. Tais como: De que forma foram construídos os espaços de lazer nesse território? Quais memórias e sociabilidades eles criaram? Qual o papel desses espaços na história do Bairro?

Por ser a localidade mais antiga da Maré, e de ter apresentado os primeiros registros de espaços de lazer do Bairro, escolhi investigar as tessituras desses espaços no Morro do Timbau. Assim, a pesquisa teve como objetivo principal investigar a história dos espaços de lazer a partir das memórias dos moradores, fotografias, documentos e outros registros. Além disso, também foram investigadas as relações construídas entre os espaços de lazer e a posterior construção do Bairro.

Para que possamos entender melhor a importância dessa pesquisa, apresento-lhes o território que, segundo Santos (1995), criou “múltiplos contextos cotidianos”.

2 CONHECENDO O TERRITÓRIO MAREENSE

Não lembro como foi essa construção, mas quando cheguei ao nosso barraco feito sobre as águas da Baía de Guanabara, senti muito medo. Acho que fui me adaptando de forma lenta e gradual. Durante um tempo, nosso barraco ficava exposto ao vento e tremia muito, mas ainda assim era bonito contemplar as estrelas e seu reflexo nas águas junto com a minha mãe. Ela enfeitava a varanda com pequenas flores que despertavam ao amanhecer e isso ajudava a esquecer, um pouco, o mau cheiro. Mas as águas sujas da Baía eram generosas, além de trazer os brinquedos de um aniversário que nunca tive quando criança, também nos permitia brincar com seus fluxos e refluxos. Não cheguei a mergulhar para tomar banho, pois até hoje não sei nadar, mas meus novos amigos o faziam com muita frequência. Outra brincadeira bastante disputada era a de bolas de gude. Eu era apaixonado por bola de gude e era muito bom nessa brincadeira. Por muitas vezes esquecia-me das tarefas de casa como encher o barril de água, cuidar de meus irmãos menores, fazer comida, arrumar a casa, pegar ou levar meus irmãos na creche quando minha mãe não conseguia. Aliás, eles passavam a maior parte do tempo comigo. Mesmo em dias de chuvas, não dispensava as bolas de gude e eu não conseguia deixar de brincar (SILVA, 2006, p. 76).

Por ser um local historicamente marcado pela “ausência” (ZALUAR, 2003), o Conjunto de favelas da Maré explicita a precariedade ou omissão de políticas públicas e a situação de exclusão social, configurando claramente, como assinala Alba Zaluar (2003), “uma manifestação de injustiça distributiva”. A Maré é constituída por diferentes localidades e conjuntos habitacionais na região da zona norte do Rio de Janeiro. De acordo com o índice de desenvolvimento humano, a Maré está entre os três piores bairros da cidade (CEASM, 2003). Isso exemplifica a realidade em que vivem os habitantes residentes desta área.

O Bairro fica situado próximo à Universidade Federal do Rio de Janeiro e entre as principais vias expressas da cidade (Linha Vermelha e Linha Amarela). Segundo o Censo Maré⁴ (CEASM, 2003), a região conhecida por agrupar pescadores e pessoas vindas do Nordeste foi ocupada desde a década de 1940 por

⁴ O Censo Maré 2000 foi uma pesquisa feita pelo Centro de Ações Solidárias da Maré (CEASM) e teve como objetivo fazer um grande levantamento censitário na região. O estudo trouxe dados importantes que, mesmo passado quase duas décadas, ainda se apresentam como importante fonte de dados para estudo daquela região.

barracos e palafitas, constituindo, assim, a primeira comunidade nomeada de Morro do Timbau (1940).

Situada entre a avenida Brasil e Linha Vermelha e cortada pela Linha Amarela – as três principais vias da cidade- a maré emerge como um imenso conjunto de favelas, com a presença de cento e trinta e dois mil moradores, distribuídos em dezesseis (16) comunidades. O fato de estar próxima ao aeroporto Internacional e vizinha à Universidade Federal do Rio de Janeiro contribui para que ocupe uma presença significativa no imaginário carioca, sendo representada como um espaço globalmente dominado pela miséria e pela violência (CENSO MARÉ *apud* CEASM, 2003, p. 07).

O nome Maré surgiu com a proximidade das águas que, por causa de seu curso natural, faziam a maré subir. Devido à essa característica, surgiram diversos problemas para os moradores da região. As construções precárias, por exemplo, ajudavam a proliferação de cobras e ratos, e as consequências disso eram o surgimento de várias doenças.

Com o passar dos anos, as palafitas foram dando espaço aos barracos mais consistentes, graças ao aterramento de grande parte da região promovido pelo poder público. Desse modo, segundo o Censo Maré (CEASM, 2003) surgiram outras comunidades na região, como a Baixa do Sapateiro (1947), Conjunto Marcílio Dias (1953), Parque Roquete Pinto (1955), Parque Rubens Vaz, Parque União e Parque Maré (1961), Nova Holanda (1962) e Praia de Ramos (1962).

Na década de 1980, houve a transformação da maioria das habitações para casas de alvenaria. Nesse período, surgiram, também, os primeiros conjuntos habitacionais construídos pelo Estado, como a Vila do João e o Conjunto Esperança em 1982 e a Vila dos Pinheiros em 1989. Na década de 1990, surgiram os conjuntos habitacionais Bento Ribeiro Dantas (1992), Nova Maré (1996) e Salsa e Merengue (2000).

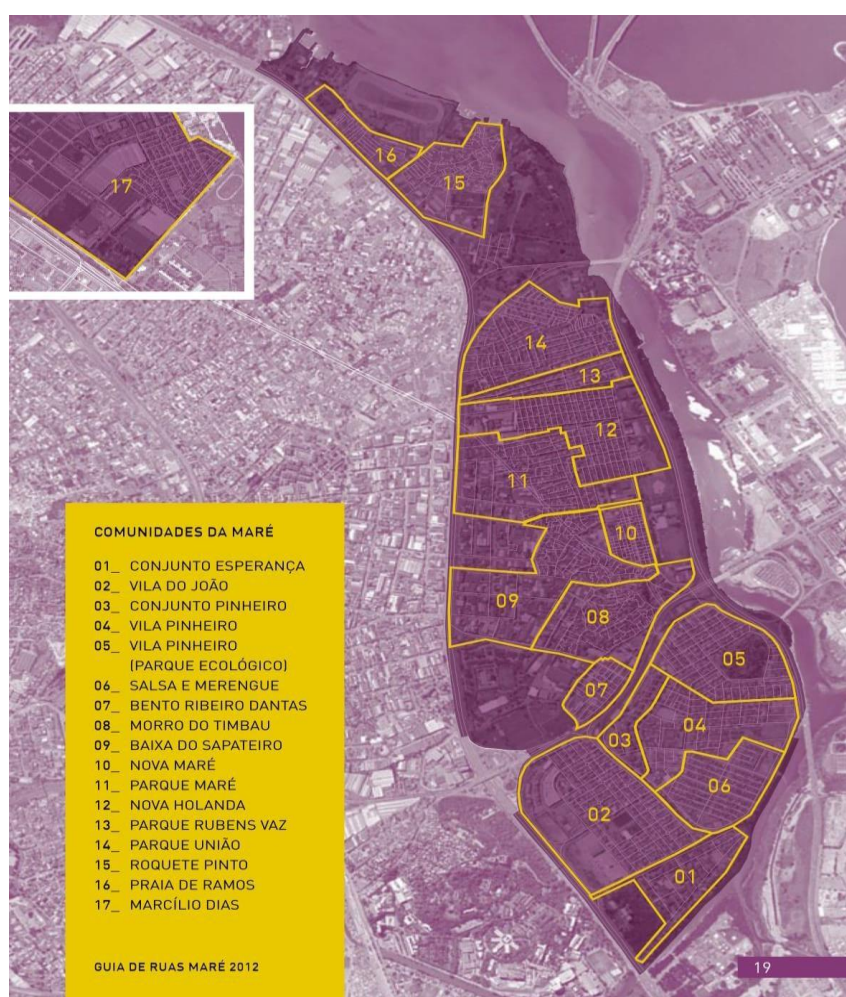
Apesar de existir desde a década de 1940, a Maré só foi reconhecida como Bairro pela prefeitura no ano de 1994, durante a primeira gestão do Prefeito César Maia. O referido gestor criou o Bairro da Maré por meio da Lei Municipal nº 2.119 de 19 de janeiro de 1994, publicada em Diário Oficial de 24 de janeiro do mesmo ano. Sobre a transformação da Maré em Bairro, segundo a pesquisadora Claudia Rose da Silva (2006), a mudança está ligada com a característica urbana que a localidade já apresentava, seja por diferentes projetos urbanísticos, seja pela própria iniciativa popular.

Tendo sido alvo de inúmeros projetos governamentais e de acordo com diversos interesses políticos, a Maré, até então considerada como favela,

passou a ser tratada pelo poder público como uma área totalmente urbanizada, condição esta que viabilizou a criação do Bairro (SILVA, p. 21, 2006).

A população residente no Bairro da Maré, segundo o Censo Maré (CEASM, 2003), era de 132.176 habitantes vivendo em 38.273 domicílios e distribuídos em 17 comunidades. Segundo este mesmo censo, 30% da população era composta por crianças de zero a quatorze anos, o que significa uma grande demanda de serviços especiais voltados para esta faixa etária, tais como: educação, cultura e lazer.

Figura 1- Mapa do Bairro Maré



Fonte: REDES DA MARÉ, 2012. Disponível em: <http://redesdamare.org.br>

Ainda sobre o surgimento das comunidades que hoje compõem o Bairro Maré, o pesquisador Alexandre Dias da Silva (2006) destacou em seu trabalho os contextos em que surgiram essas localidades.

Podemos destacar as seguintes comunidades como representativas da Maré: Parque União (loteamento); Vila Pinheiro (casas populares); Parque Maré (ocupação); Baixa do Sapateiro (ocupação); Nova Holanda (Centro de Habitação Provisória); Vila do João (casas populares); Rubens Vaz (loteamento); Marcílio Dias (ocupação); Timbau (única área de morro, com loteamento e ocupação); Conjunto Esperança (conjunto habitacional); Salsa e Merengue (conjunto habitacional); Praia de Ramos (ocupação e Centro de habitação Provisório); Conjunto Pinheiros (casas populares); Nova Maré (casas populares); Roquete Pinto (ocupação); Bento Ribeiro Dantas (casas populares) além de mandacaru, Sem Terra e Portal da ilha, ocupação e loteamentos recentes (SILVA, p. 22, 2006).

Ainda sobre a cronologia acima, no ano de 2002, a Rede de Memória da Maré lançou um documento contendo 81 páginas que se tornou um importante material para a historiografia da região. Segue um resumo da cronologia contada no documento intitulado “Histórias da Maré” (Rede de Memória, 2002):

- 1500 – Na época do descobrimento

Destaca a visão europeia sobre a Baía de Guanabara e a influência indígena na região.

- 1570 – O Porto de Inhaúma

Afirma a importância de um porto construído na região durante o século XVI.

- 1902 – Pereira Passos é Prefeito do Distrito Federal

Observa que com as reformas no centro urbano do Rio de Janeiro, promovidas por esse prefeito, muitos cortiços são destruídos ou desativados e grande parte dessa população busca abrigo na Freguesia de Inhaúma (hoje Bairro Maré).

- 1930 – Chegada de Dona Orosina

Analisa o início da ocupação da Maré, enquanto favela, a partir do Morro do Timbau. De forma romântica, descreve a instalação de uma suposta primeira moradora e sua trajetória desde a chegada de Minas Gerais, passando pelo centro do Rio até alcançar o Timbau, cuja ocupação teria sido estimulada pela bela paisagem e pelos pedaços de madeira que as águas da Baía traziam.

- 1940 - 1960 – Migração Nordestina

Destaca o imenso processo migratório de populações do Norte e Nordeste do país em busca de melhores condições de vida na cidade grande. Nesse sentido, chama a atenção a falta de investimentos do Estado em requerer condições para abrigar essas pessoas, o que acabou por tornar a região da Maré, uma área de mangue, terras devolutas e terrenos da união abandonados, uma alternativa interessante à

essas pessoas, principalmente, pela proximidade com o centro do Rio de Janeiro e Avenida Brasil.

- 1946 – Avenida Brasil

Chama a atenção para a Avenida Brasil como uma das principais causas para o desenvolvimento do Subúrbio da Leopoldina e, conseqüentemente, crescimento da favela da Maré. Destaca a grande quantidade de indústrias que se instalaram na margem da via expressa, o que fez crescer a oferta de empregos na região e atraiu uma grande quantidade de pessoas desempregadas.

- 1947 – Transferência do 1º Regimento de Carros de Combate (RCC)

Observa que o 1º RCC, transferido para a região da Maré por ocasião da construção do Maracanã, passou, a partir daí, a exercer um controle sobre a área do Morro do Timbau, sob o argumento de que ali seria local militar.

- 1947 – A Baixa do Sapateiro

Afirma que a chamada Baixa do Sapateiro surgiu sobre as águas da Baía de Guanabara com as palafitas ao pé do Morro do Timbau e próximas aos antigos casarões na margem da Avenida Brasil.

- 1949 - 1952 – Aterro do Arquipélago do Fundão

Trata do Aterro que ligou oito ilhas entre Maré e a Ilha do Governador, o que teria gerado uma degradação da Baía de Guanabara sem precedentes. Além disso, as obras teriam contribuído para o aumento populacional na região, já que muitas das pessoas que vieram trabalhar na construção da Cidade Universitária foram morar na Maré.

- 1950 – Surgem as primeiras moradias do Parque Maré

Analisa as dificuldades dos moradores da Maré que viviam sobre palafitas, o processo de aterramento da Baía concretizado por eles, e as vantagens e desvantagens da proximidade com Avenida Brasil, onde eram despejados caminhões de entulho e serragem que eram utilizados para aterros na Maré.

- 1951- Surge o Parque Rubem Vaz

Destaca a organização dos moradores da Maré, que constituíram seus barracos às margens da Avenida Brasil, e faz referência à ameaça de remoção muito presente nessa comunidade, onde a polícia proibia as construções em alvenaria e os habitantes locais viviam sobre um areal que era constantemente invadido pela maré e por animais peçonhentos.

- 1958 – Origem Parque União

Chama atenção, mais uma vez, para o advogado Margarino Torres que, a partir do seu escritório no Parque Major Rubens Vaz, teria liderado a ocupação do terreno vizinho ao vender lotes, criar, nomear as ruas, e estabelecer uma série de regras, que iam de taxas administrativas à proibição de casas de jogos e prostituição.

- 1961 - Centro de Habitação Provisória (CHP) Nova Holanda

Observa que os centros de habitação provisórios faziam parte da política de Carlos Lacerda, e essa política não visava melhorar as condições de vida dos favelados no Rio de Janeiro, mas, sim, removê-los de áreas nobres ou de interesse especulativo na cidade. Recebe destaque o fato de as habitações provisórias terem se tornado permanentes, e a infraestrutura das casas não terem resistido ao tempo, o que gerou o Projeto CHP, denominado Holanda.

- 1982 – A Vila do João

Destaca a construção, em caráter experimental, das primeiras casas do Projeto-Rio, para onde seriam removidos alguns moradores de palafitas. A obra teria sido inaugurada em 1982, durante as eleições para o Governo do Estado, e recebeu o nome de Vila do João em homenagem ao presidente militar João Batista Figueiredo.

- 1983 - A Vila do Pinheiro

Chama a atenção para a construção do conjunto habitacional construído pelo Projeto-Rio, para onde teria ido a maioria dos moradores das antigas palafitas, extinguindo esse tipo de moradia.

- 1998 – Inauguração da linha Vermelha

Trata-se da construção de uma via expressa paralela à Av. Brasil, com o objetivo de desafogar o trânsito nesta via. O projeto foi realizado pelo Governo do Estado em parceria com o Governo Federal, após ter sido proposto em vários governos anteriores.

Nessa cronologia, observamos que o desenvolvimento do Bairro foi fomentado por diversas intervenções arbitrárias do Estado na vida do habitante da Maré. Segundo Silva (2006), a relação desse morador com a cidade acabou sendo tensionada ao longo dos anos.

Sua relação com a cidade torna-se muito mais complexa, já que esse indivíduo será obrigado a afirmar enquanto morador de um local claramente discriminado e estigmatizado pela carência e violência, além de marginalizado enquanto um problema para cidade do Rio de Janeiro (SILVA, 2006, p.6).

Apesar do crescimento e do seu reconhecimento como Bairro em 1994, a presença de serviços públicos não atendia totalmente à demanda da população. Segundo o Censo Maré (CEASM, 2003), foi constatado que 6,4% das crianças entre sete e quatorze anos estavam fora da escola, enquanto esse percentual para o município do Rio de Janeiro no período de 1995 a 1999 era de 3,4%, o que significa, para a Maré, um índice muito elevado em relação ao resto da cidade.

Essa situação apresenta ainda uma variação importante dentro do próprio Bairro. Os índices mais altos de crianças e pré-adolescentes fora da escola encontram-se nas favelas Nova Maré com 16,5% e Salsa e Merengue com 11,4%, favelas estas que foram criadas pelo poder público na década de 1990. Ao mesmo tempo, essas favelas se destacam por obter um alto percentual de crianças trabalhadoras, que é superior ao índice da cidade do Rio de Janeiro (CEASM, 2003).

Pensar em território, no contexto das grandes cidades, incita uma reflexão importante sobre a definição do território favelado. Souza, Silva e Barbosa (2009) apontam em seu estudo que o conceito de favela tem como eixo central a noção de representação da ausência. Isso significa dizer que há um senso comum negativo sobre o termo, que focaliza o que falta ou o que faltaria no lugar em vez de focar naquilo que o lugar possui.

Nesse cenário, as favelas são consideradas espaços “destituídos”. “Destituídos de infraestrutura urbana (água, luz, esgoto, coleta de lixo), sem arruamento, globalmente miserável, sem ordem e sem moral” (SOUZA; SILVA; BARBOSA, 2009, p. 16). O Observatório de Favelas divulgou um estudo em 2009 que destacava, também, a homogeneização como característica percebida na representação social sobre as favelas, ainda que existam complexas diversidades socioeconômicas nesses espaços:

(...) reunindo algumas centenas de moradores até alguns milhares, possuindo diferentes equipamentos, mobiliários e urbanos, sendo constituídas por casas e/ou apartamentos, com diferentes níveis de violência e presença do poder público, com variadas características socioambientais, as favelas constituem-se como territórios que se exprimem em paisagens consideravelmente diversificadas. A homogeneidade, no entanto, ainda é a tônica quando se trata de identificar esse espaço popular (SOUZA, SILVA e BARBOSA, 2009, p.16).

O pesquisador Alvito (2001), na contramão desse senso comum, indica outro caminho para compreender a favela, desconstruindo essa ideia de homogeneidade. Ele reflete sobre as microáreas ou, como nomeia, “pedacinhos da

favela”, e a relevância de estudar cada conjunto de favelas em seus pedacinhos para, então, compreender as diferenças entre elas. Valladares e Preteceille (2000) também observaram essas diferenças e ressaltam a importância de analisar as desigualdades existentes dentro do próprio entendimento de pobreza, especialmente quando se trata dessas desigualdades existentes dentro de uma cidade, em seus espaços sociais e territórios. Para eles, “não se deve negligenciar a dimensão espacial da desigualdade que se manifesta pelas diferentes modalidades de segregação socioespacial” (VALLADARES; PRETECEILLE, 2000, p. 459).

A questão é que esse espaço ocupado pela população mais pobre do Estado do Rio de Janeiro vem travando uma longa disputa com a população estabelecida nos espaços chamados formais da cidade. Popularmente conhecido como Favela, palavra essa que para além de demarcar o nome de um território específico da cidade costuma adjetivar também as pessoas que nela moram, esse território atravessa o século precisando, ainda, ser reconhecido e respeitado pelo poder público, bem como pelos outros moradores da cidade e os representantes de suas vozes, como a grande mídia.

Vale ressaltar que ao longo da história o que entendemos como Favela sempre foi uma representação do que ela na verdade seria. Representação social autorizada e legitimada por setores poderosos da mídia, empresariado e políticos. Mesmo os estudos mais criteriosos, durante anos, engendraram suas investigações sobre esses territórios com um olhar “empoeirado” por uma percepção de que Favela era um local degradado, onde o importante era identificar elementos da cidade “formal” que não estavam presentes ali.

Essa interpretação fez com que esses estudos se pautassem pela presença ou não de serviços e equipamentos públicos quando comparados ao tipo de cidade que se desejava. Isso levou muitos pensadores e reprodutores desse imaginário a quase perpetuar o discurso da “ausência” sobre esses lugares, mesmo com a presença de elementos que contradissem essa afirmação. Uma dessas contradições está no fato de chamar de Favela mesmo lugares construídos pelo Estado com toda infraestrutura incluída, dando a entender que a ideia de Favela está mais ligada ao estereótipo do morador do que ao tipo de lugar.

Outro fato interessante a se destacar é que durante o século 20, em que o Rio de Janeiro passa a pensar um tipo de cidade ideal, começa a se destacar nos discursos debates sobre esse ideal do papel da Favela na cidade. Logo, o modelo

anterior de cidade não via como problema conviver com essa população pobre em suas casas precárias, mas para os “republicanos”, ainda que com forte presença militar nesse processo, a Favela representava um atraso que não merecia o investimento no novo momento do país.

Na contramão desse desejo, as décadas seguintes só vieram reforçar o nome Favela, sendo impossível de ser ignorado ou negar sua integração ao espaço da cidade, assim como seus moradores. Independente do projeto que se pensasse a cidade, a Favela sempre era pensada como tipo específico de lugar e pessoas que se desejava longe. Segundo Milton Santos (2007), a pobreza não é resultado apenas das questões econômicas que envolvem um território, mas é também oriunda de questões geográficas que determinam o valor das pessoas a partir do lugar onde elas se encontram.

Contudo, é inegável perceber o conjunto de estratégias utilizadas por seus moradores que, com o passar do tempo, estão se reapropriando e oferecendo novos significados para esse nome em suas lutas por afirmação cidadã, direito à cidade e por participação em sua construção efetiva. No caso do Bairro Maré, podemos perceber diversos atores que contribuem nessa luta, tais como as Associações de Moradores, que se tornaram uma espécie de braço político e representante de classe; os blocos carnavalescos, que assim como os times de futebol, as festas juninas, os cinemas comunitários e outras manifestações, atuam no processo de resistência, construindo, assim, coletivos importantes e de trabalho cooperativo que visam superar as necessidades primárias, por exemplo, de água, energia elétrica, esgoto e arruamento.

Uma outra característica da Favela é a desigualdade existente dentro do próprio território “excluído”, pois, mesmo em espaços já segregados, pode haver uma intensificação desse processo por meio do surgimento de “subcomunidades” que são ainda mais marginalizadas. Nessa perspectiva, pensar a Maré de forma homogênea é tratá-la como um território marcado pela violência e por pessoas pobres. Entretanto, adentrando o Bairro, perceberemos que existem diversas “Marés” recortadas por diferentes favelas e que apresentam suas próprias peculiaridades. Essas diferenças passam pelo contexto social, cultural, econômico e habitacional.

No entanto, mesmo sendo um local marcado pela “heterogeneidade territorial”, a ausência dos serviços básicos é algo comum a toda Maré. O Bairro

ainda apresenta uma frágil presença do Estado (estrutura pública deficiente constituída ao longo dos anos com equipamentos públicos de saúde, saneamento básico e ruas asfaltadas). Ainda assim, é possível identificar bolsões de extrema pobreza dentro da própria Maré.

Além disso, apesar da Maré ter se tornado Bairro há mais de duas décadas (1994), o lugar é conhecido também pelo prenome “Complexo”, tornando-se “Complexo da Maré”. Segundo Alvito, esse prenome também é usado para estigmatizar o território favelado:

O termo “Complexo”, hoje amplamente utilizado para designar grupos de favelas (Complexo da Mangueira, Complexo da Maré, Complexo do Jacarezinho, etc.) é originário do vocabulário penal: “Complexo Penitenciário Frei Caneca”, por exemplo, engloba diferentes “instituições penais” como Penitenciária Milton Dias Moreira, a Lemos Brito e o Hospital Penitenciário. Hoje em dia, o uso difundiu-se tanto que até mesmo a prefeitura o utiliza: em julho de 1997, a placa do programa favela Bairro indicava: “Complexo da Mangueira” (ALVITO, 2001, p. 185).

Outro termo que também é usado para remeter às favelas de um modo geral é o termo “comunidade”. Segundo Meirelles:

No Rio, o termo preferido, em geral, nas duas últimas décadas, é comunidade. Por vezes, favela e favelado equivalem a categorias de acusação, que estigmatizam a dimensão social da geografia e estendem preconceitos a toda uma população – a ponto de moradores de favelas verem-se instalados a falsificar endereços para evitar discriminação quando procuram emprego (MEIRELLES, 2014, p.7).

Como vimos, os termos caracterizam determinados espaços periféricos da cidade. Ainda existe uma dificuldade de avistarmos a localidade sendo chamada de Bairro, principalmente nos noticiários e em trabalhos científicos. Em pesquisa ao catálogo de Teses e Dissertações da Capes, foram encontrados 82 trabalhos com o termo “Complexo da Maré”, 28 com o termo “Favela da Maré”, 13 com o termo “Bairro Maré” e 4 com o termo “Bairro da Maré’.

A região apresenta, nesse sentido, características históricas que acabam por estigmatizá-la por diferentes nomenclaturas e inibem a identidade de ser reconhecida como Bairro. Esse histórico foi fomentado por muitas notícias que acabaram estigmatizando toda a localidade da Maré. Em 1978, por exemplo, o Jornal do Brasil fez uma matéria com o título: “Favela da Maré: Aqui é o fim do mundo”. A matéria fez uma densa abordagem sobre as precariedades da localidade e, também, fez alusão à violência usando termos como “bandidos e bandidos mirins”. Figura 2- Reportagem do Jornal do Brasil

Figura 2- Reportagem do Jornal do Brasil



Fonte: JORNAL DO BRASIL, 1978.

Segundo Silva (2006, p.21), “desde sua origem, a existência do Bairro da Maré não foi reconhecida pela maioria dos moradores, que prefere se identificar com os bairros vizinhos à região: Bonsucesso, Manguinhos, Ramos ou Penha”. Ou seja, mesmo com a mudança para Bairro, muitos moradores continuaram a assimilar a localidade a outros territórios classificados como “mais desenvolvidos”.

Nesse sentido, os moradores acabaram por ocultar sua própria identidade, ou seja, acabam aceitando a sua posição de subcidadãos perante a cidade. Por todo esse contexto, principalmente o citado acima sobre a palavra “Complexo”, usaremos nesse trabalho os termos “Favela”, “Localidade” e “Bairro” ao invés de “Complexo”.

Nessa lógica, tornar o morador ator principal da história do seu Bairro e da importância desses processos para a história da cidade é um meio de reverter a lógica de negação e silenciamento do indivíduo, do território e da sua identidade.

Como disse Cezar⁵, ex-morador das palafitas da Baixa do Sapateiro, “*O nosso lazer era nas pequenas várzeas e nos brinquedos que a maré trazia*”. Uma fala forte que mostra a favela como “um lugar onde o Estado não se instalou de fato” (MEIREILES, 2014).

⁵ Relato colhido em uma roda de conversas no Museu da Maré em 15/03/2016.

2.1 Inquietações de um caminhante pesquisador

A escolha por esse objeto de estudo fez com que eu me deparasse com uma grande lacuna sobre o tema, pois há uma ausência de pesquisas sobre as relações de memórias, identidades e pertencimentos relacionados aos espaços de lazer em favelas.

Nesse sentido, com o intuito de enriquecer o campo de pesquisa sobre as sociabilidades tecidas nos espaços de lazer em territórios periféricos, especificamente no Morro do Timbau (Bairro Maré), resolvi pesquisar a base de dados de teses e dissertações do Programa de Pós-graduação em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A pesquisa a essa base de dados se fez necessária devido às lacunas de discussões sobre o tema⁶, pois foi constatada em pesquisas iniciais essa ausência.

Acessando a base de teses e dissertações procurei trabalhos com as palavras chaves que se referem aos espaços geográficos: subúrbio, favela, periferia, comunidade, território e aglomerado. Iniciando a análise da pesquisa, encontrei com o termo “favela” o trabalho de Kanitz (2011), que aborda a prática da Capoeira Angola em uma zona periférica de Belo Horizonte.

O estudo de Kanitz, o único que apresentou o termo “favela”, teve como objetivo, como descrito pelo autor, discutir:

A forma como a Capoeira Angola constrói elementos para o fortalecimento de redes sociais dos sujeitos envolvidos e, desse modo, contribuir no sentido do enfrentamento a violência juvenil. Tento estabelecer um diálogo com algumas importantes produções acadêmicas situadas na perspectiva das teorias histórico-culturais, e no entrelaçamento com os saberes construídos com as atividades desenvolvidas por jovens do Grupo de Capoeira Angola Meninos de Palmares, localizado no aglomerado do Alto Vera Cruz, região periférica da cidade de Belo Horizonte (KANITZ, 2011, p. 5).

⁶ O trabalho objetiva investigar a história dos lugares de lazer no conjunto de favelas da Maré, mais especificadamente na favela do Timbau, a partir da memória e registros dos moradores. O período de investigação compreende o início das moradias na primeira favela do Bairro, Morro do Timbau, 1930-1970. Será investigada a maneira como se configuraram as memórias locais e as identidades tecidas através das experiências fomentadas nesses lugares de lazer. Além disso, o trabalho buscará investigar as formas como foram tecidos os arranjos coletivos através de laços de amizade, conflito e territorialidade a partir da vivência nos campos, quadras e espaços alternativos da favela que funcionavam como áreas de lazer. Para resgatarmos essas histórias, a pesquisa utiliza a abordagem qualitativa por meio de entrevistas narrativas e análises de fotos e documentos. Assim, o trabalho aponta para a importância de dar voz às experiências que, em um quadro sociocultural, construíram “múltiplos mundos sociais” em que a individualidade e a subjetividade estiveram estreitamente ligadas às experiências tecidas no Bairro Maré.

O texto não aprofunda uma discussão sobre a conceituação do termo favela. Penso que teria sido uma contribuição importante para entendermos melhor o que seria essa “favela” em uma região que tem como histórico nomear esse tipo de espaço com diferentes termos (Aglomerado, Comunidade, Periferia). Essa discussão se faz importante, já que o termo Favela é difundido historicamente no Rio de Janeiro.

Avançando para outros termos da pesquisa, resolvi investigar os trabalhos com o termo subúrbio e, nesse processo, encontrei a tese de Santos Junior (2017), linha de Pesquisa: Memória e história do lazer, que investigou o divertimento em um bairro da zona do norte do Rio de Janeiro. Segundo o autor, a pesquisa teve como objetivo:

Pensar alguns “usos do povo” ou alguns significados atribuídos às manifestações da “cultura popular” nos arrabaldes da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, a base de nossa argumentação se estabeleceu na tentativa de compreender as redes de sociabilidade formadas ao redor das atividades festivas em Bangu, entre os anos de 1895 a 1929, buscando entender como o lazer se estabeleceu para esses sujeitos sociais e em que medida ele foi um elemento de constituição de identidades sociais mais amplas na região, sejam aquelas de classe, de pertença ou de etnia. Acreditamos que o olhar lançado sobre suas especificidades, abordado a partir da realidade em que ele está posto, permitiu compreendê-lo como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se definiu no conjunto das relações sociais, no embate dos grupos ou classes sociais sendo, ele mesmo, forma específica de relação social, um espaço de qualificação humana, isto é, de desenvolvimento das condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas (SANTOS JÚNIOR, 2017, p.6).

O trabalho faz uma historiografia da formação do Subúrbio carioca e de como a expansão da linha férrea foi determinante para a construção da região, já que havendo transporte era possível a população pobre se deslocar para a parte central da cidade. No recorte temporal da pesquisa, 1895-1929, aquela parte do subúrbio carioca, Bangu, apresentava ainda um contexto rural em mudança com a chegada do setor fabril à região. Isso fez o subúrbio pesquisado apresentar uma imagem bem diferente do subúrbio que foi se formando a partir da segunda metade do século XX, com a região recebendo muitos migrantes e, posteriormente, a problemática da violência que se intensificou ao longo dos anos.

Outro termo escolhido para a pesquisa, e que é muito difundido para falar dos espaços favelados, é o termo território. O território, segundo os principais dicionários, é uma área que caracteriza uma nação, estado, cidade ou bairro. É uma área física que constitui um espaço comandado por grupos políticos, militares e/ou sociais. Na Geografia, o território é conceituado como “uma área demarcada na qual

um sujeito, ou alguns indivíduos, ou ainda uma coletividade, exercem o seu poder”. (VIANA, 2013, p. 144). Ou seja, é tanto o espaço físico no qual habitamos quanto os usos e sentidos que fazemos e conferimos a ele. Dessa forma, compreendemos o território como um espaço de relações e disputas, em que determinadas categorias como: cultura, memória e identidade desempenham papéis fundamentais na formação do cidadão.

Sobre o conceito de território, encontramos a tese “Vem que hoje é dia de festa: Corpo, território e ancestralidade nas festas da Comunidade Quilombola Carrapatos da Tabatinga – Bom Despacho, MG” de Costa (2017), na linha de Pesquisa: Identidade, sociabilidades e práticas de lazer. O trabalho aborda dois termos da pesquisa, Território e Comunidade, e fala sobre uma Comunidade Quilombola em Bom Despacho- MG. Segundo a autora, a pesquisa apresenta:

(...) Um mergulho imagético e descritivo de dois momentos festivos da Comunidade Quilombola Carrapatos da Tabatinga da cidade de Bom Despacho, MG: as Festas do Reinado em homenagem a Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito e a Festa da Umbanda em homenagem aos Pretos Velhos. A proposta foi reconhecer os processos identitários constituídos a partir das múltiplas relações entre as dimensões fundantes do universo quilombola quais sejam: as dimensões corpo, território e ancestralidade, buscando estabelecer o diálogo entre suas práticas corporais particulares e as apropriações universais, focando no que emerge da relação entre este tensionamento. Para atingir os objetivos propostos nesta investigação de caráter qualitativo, o estudo de caso, em uma perspectiva etnográfica, mostrou-se a abordagem metodológica mais adequada, oportunizando um mergulho no mágico universo festivo da comunidade e utilizando a fotografia como suporte para expressar, com a escrita, e de forma articulada, o mundo aqui apresentado (COSTA, 2017, p. 7).

O trabalho, como vimos, aborda temáticas ligadas ao território quilombola debatendo a identidade que é tecida naquele lugar. Contudo, como a temática da minha pesquisa é a favela, o trabalho apresenta poucos diálogos com o tema, ainda que revele uma grande riqueza de dados sobre a temática que se propôs.

O termo aglomerado, que também faz parte da nossa pesquisa, segundo o IBGE (2017) é associado a áreas conhecidas ao longo do país por diversos nomes, como favela, comunidade, grotão, vila, mocambo, entre outros. Sobre esse termo foram encontradas duas dissertações: Caldas (2017) e Silva (2011), na área de concentração: Cultura e Educação. O trabalho “Sentidos e significados da participação em projetos sociais de lazer para a juventude do Aglomerado da Serra: trajetórias e expectativas” (CALDAS, 2017), teve como objetivo:

(...) identificar os sentidos e significados da participação em projetos sociais de lazer por jovens do Aglomerado da Serra, localizado na cidade de Belo Horizonte - MG. Para tal, buscou conhecer a localidade e os projetos sociais de lazer existentes; as trajetórias de jovens participantes e identificar as expectativas que estes têm em relação aos projetos. Por meio de pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais com 14 jovens, distribuídos em 06 projetos. Em seguida, foi realizada uma entrevista coletiva, denominada “roda de conversa”, onde foi possível discutir e refletir sobre temas emergentes nas entrevistas. Os discursos proferidos foram interpretados como narrativas e, portanto, histórias de vida. A metodologia de análise baseou-se na “análise do discurso”, pois valorizou os processos verbais e buscou encontrar nas palavras sentidos e significados. Dessa maneira, os jovens protagonizaram as reflexões, que foram descortinadas em três temas: Desigualdade Social e Lazer; Aglomerado da Serra: vantagens e desvantagens; Projetos sociais: trajetórias e expectativas. Estes, foram explorados ao longo dos três capítulos da dissertação e, de forma geral, evidenciaram que os jovens significam o mundo em que vivem e são atores sociais de direitos que reconhecem o lazer como um direito fundamental. Enquanto cidadãos, os jovens percebem o preconceito para com a favela e seus moradores, a desigualdade de acesso aos direitos e, especificamente, ao lazer e a existência de projetos sociais voltados para as juventudes como uma forma de ocupar o tempo livre com algo “bom”. Para além desta subjetivação, os jovens perceberam os projetos como possibilidades: de aprendizagem, de diversão, de proteção, de acesso a bens culturais, de construção de novos laços de amizade, de realizar exercícios físicos e de inserção profissional. Espera-se que este trabalho seja estimulativo para com um caminhar progressivo em direção à construção de um “mundo comum” de “reciprocidades” e “cidadanias ativas” (CALDAS, 2017, p.7).

Como descrito no resumo do trabalho, a pesquisa investiga a trajetória dos jovens que participam de projetos sociais na região. Mas, apesar de ser realizada em uma região periférica, não apresenta muitos diálogos com a pesquisa que estou desenvolvendo. Isso se justifica pela sua ênfase na juventude e nas políticas sociais de esporte e lazer.

Já o trabalho “As crianças e o brincar em suas práticas sociais: o aglomerado da Serra/BH como contexto de aprendizagem”, da linha de Pesquisa: Lazer, História e Diversidade Cultura, do autor Toledo Silva (2011) apresenta:

(...) uma investigação interdisciplinar sobre os fenômenos: crianças, brincar, aprendizagem social e o contexto onde esses atores sociais se encontram, o Aglomerado da Serra. Para investigar as relações socioculturais das crianças com os diversos membros da sua comunidade em seu Pedaço, foi preciso discutir alguns termos: Lazer, identidades, gênero e socialização, relacionando-os com os acontecimentos investigados. Somente foi possível investigar o contexto e os atores sociais a partir da perspectiva de análise etnográfica, acompanhada de desenhos, fotografias e diversas conversas com as crianças, os jovens e os adultos, observando suas ações, “trocas”, relações, informações e tensões. Teve como objetivos: descrever o Aglomerado da Serra/BH como contexto de aprendizagem e o brincar como forma e processo de participação das crianças no cotidiano da vida social; identificar relações entre pares que possibilitem problematizar processos de constituição de identidades; analisar como as crianças, em suas brincadeiras, aprendem e se constituem socialmente; e, por último, explorar

tempos e espaços sociais no Aglomerado, identificando práticas de brincadeira e analisando formas cotidianas de participação das crianças. O estudo possibilitou compreender as crianças e entendê-las como sujeitos produtores de cultura, como cidadãos, entendendo o brincar como tempo/espaço social para inserção, apropriação e transformação cultural. (SILVA, 2011, p. 6)

A pesquisa de Silva (2011) faz uma densa apresentação de dados que discutem sobre o lazer no contexto periférico. A autora, através de uma pesquisa etnográfica, apresenta dados que dialogam diretamente com a minha pesquisa sobre espaços de lazer na Maré. Lendo o trabalho foi possível entender detalhes do campo pesquisado, Aglomerado da Serra, que foi apresentado no início do capítulo introdutório com uma poesia composta por um coletivo local.

Belo, bela, minha bela horizonte da **favela se disfarça**
 Chão do morro, vila atrás da praça beco gueto descortina a massa
 Serro, serra subo a serra da favela céu que alumina a estrada e leva ao alto então
 Veja, vejo a cidade no escuro da possível claridade
 Vejo a vila da **cidade mundo tão distante some sobre os morros**
 Luz que lua os prédios, morros desvelando a mesma região
 De **entrada estreita** muros são
 Luz do **asfalto que ilumina, mas está tão longe**
 Luz do morro predomina, nos meus olhos bem aqui
 Morro mora muro entra no beco labirinto **sem sinal de trânsito**
 Boca bela bula que nos guia rumo à rua do canã ao campo
 Tente **achar quem mora sem o número sem identificação**
 Ou sinal CEP confusão
 Acaba mundo gueto atrás da praça bandeirantes JK
 Aglomerado serra da **favela é mirante de postal**
 Minha vila fazendinha nossa casa atrás de um canã
 Luz que lua os prédios, morros desvelando a mesma região
 De **entradas estreitas** muros são
 luz do asfalto que ilumina, mas está tão longe
 luz do morro predomina, nos meus olhos bem aqui.
 Luz do morro
 (GRUPO EXPERIMENTAL DE MÚSICA - Corpo Cidadão, caderno de campo, sexta-feira, 30/09/2011)

O trabalho apresenta discussões do autor Magnani sobre os “pedaços” encontrados no espaço pesquisado. A rua do meio, a casa Araci, quadra Vila Fátima, o mutirão, fomentaram sociabilidades que foram amplamente discutidas na pesquisa. Vale ressaltar a escolha da autora em trabalhar com imagens, para ilustrar o lugar, e desenhos confeccionados pelas crianças envolvidas na pesquisa. Corroborando com as considerações da autora, “o estudo possibilitou compreender as crianças do Aglomerado da Serra e entendê-las como sujeitos produtores de

cultura, como cidadãos, entendendo o brincar como tempo/espço social para inserção, apropriação e transformação cultural” (SILVA, 2011, p. 113).

Contudo, com o intuito de entender melhor o panorama de publicações sobre os espaços de lazer em regiões periféricas resolvi, também, pesquisar as publicações da revista *Licere*, uma importante revista que pertence ao programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer/UFMG e, desde 1998, traz importantes discussões para o campo. Na primeira pesquisa busquei trabalhos com o termo “comunidade”. Foram encontrados 35 estudos que abordam os espaços de lazer a partir das seguintes temáticas:

Tabela 1 - Pesquisa lazer/comunidade

Programas de esporte e lazer	10
Grupos de dança	1
Animação Cultural	3
Atividades em Comunidades Quilombolas	2
Espaços escolares	3
Memórias	1
Apropriação do espaço público	5
Instituições de esporte e lazer	1
Jogos digitais	3
Gênero	1
Festas religiosas	1

Fonte: Elaboração própria

Os trabalhos apresentaram estudos em diferentes Estados brasileiros.

Tabela 2 - Pesquisas em estados

MG	1
RS	1
RJ	3
SP	5
CE	2
BA	4
PR	5
SC	1
DF	2
RN	1
ES	1

Fonte: Elaboração própria

Com os termos favela e aglomerado, a revista apresenta apenas dois artigos publicados pelo autor Roberto Kanitz: “Os Angoleiros da Favela: Um Olhar sobre Lazer” (2016) e “Capoeira Angola na favela: juventudes, sentidos e redes sociais” (2011), que trazem dados sobre a prática da Capoeira Angola em uma favela de Belo Horizonte.

Com o termo periferia foram encontrados 10 artigos que apresentam pesquisas e análises de territórios nos estados de São Paulo (5), Rio Grande do Sul (2), Minas Gerais (1), Pará (1), Paraná (1).

Tabela 3 - Pesquisas e autores

Título	Autor(a)	Ano
A importância de um grande equipamento de lazer na periferia de São Paulo: o SESC Itaquera e os jovens que vivem em seus arredores	<i>Carolina Paes de Andrade</i>	2010
O lazer, a periferia da metrópole e os jovens: algumas relações	<i>Carolina Paes de Andrade, Nelson Carvalho Marcellino</i>	2011
Atividades culturais, esportivas e de lazer de adultos	<i>Miria Suzana Burgos, Luciana Tornquist, Debora Tornquist, Cézane Priscila Reuter, HildegardHedwigPohl, Leandro Tibiriçá Burgos</i>	2013
Os espaços verdes e os equipamentos de lazer: um panorama de Belém	<i>MirleideChaar Bahia, Silvio Lima Figueiredo</i>	2008
Retratos da vida: relatos dos jovens do dança comunidade	<i>Karina Cristofolletti Sarto, Nelson Carvalho Marcellino</i>	2008
Como brincar pode auxiliar no desenvolvimento de crianças pré-escolares	<i>Rute Estanislava Tolocka, Kelly YukariHorita, Camila Bruzasco de Oliveira, Vitor AntonioCerignoni Coelho, Denise Castilho Cabrera Santos</i>	2009
Experimentando as juventudes num bairro segregado	<i>Edmilson dos Santos</i>	2010
Lazer na Infância: Possibilidades e Limites para Vivência do Lazer em Espaços Públicos na Periferia de Curitiba/Paraná	<i>Aline Tschoke</i>	2014
Praça jerimum: cultura infantil no espaço público	<i>Samy Lansky</i>	2007

Políticas públicas de lazer em cidades de pequeno porte de regiões metropolitanas	<i>Stéphanie Helena Mariano</i>	2008
---	---------------------------------	------

Fonte: Elaboração própria

Já com o termo território foram encontrados quatro trabalhos, sendo que dois analisaram dados bibliográficos e dois investigaram práticas de lazer nas cidades de Vitória - ES e Belo Horizonte - MG.

Para ir mais a fundo na pesquisa sobre trabalhos que dialoguem com a Tese sobre os espaços de lazer da Maré, decidi abranger a pesquisa para o banco de teses e dissertações da CAPES. Por ser um banco muito extenso e pelo Bairro pesquisado ter um nome (Maré) que tem outros significados, escolhi pesquisar o microterritório, Morro do Timbau, na base de dados.

Na pesquisa com o termo “Timbau” foram encontradas três Dissertações desenvolvidas no respectivo território.

Tabela 4 - Pesquisas Morro do Timbau

Título	Autor	Universidade	Área de conhecimento	Ano
Entre o reconhecimento e a estigmatização da favela: um estudo de caso sobre a regularização Fundiária no Morro do Timbau	SANTOS, Caroline Rocha Dos	UERJ	Direito	2015
Brincadeiras na Escola: Crianças expostas à violência em áreas de risco	SOUZA, Layane Cristine De	UNIVERSO	Psicologia	2013
Letramento formal e não formal: Ferramentas de inclusão social na interação família, escola e aluno	SIQUEIRA, Maria Aparecida Dos Santos.	UNISUAM	Desenvolvimento local	2013

Fonte: Elaboração própria

Pesquisar nessas diferentes bases de dados, observando como os resumos podem oferecer uma história da produção acadêmica através de uma realidade constituída pelo conjunto dos resumos, ampliou meu olhar e abriu novos horizontes para o que já foi produzido pelas dissertações de mestrado e teses de doutorado ligadas ao programa de lazer e ao território a ser pesquisado. Os resumos das pesquisas analisadas contaram a realidade da produção que tem sido feita. Nesse momento, estou refletindo sobre os indícios que foram citados nos trabalhos

e analisando, por meio do que já foi publicado, os possíveis diálogos que irão ocorrer com o que já foi produzido e achado nessa pesquisa.

Apesar dos diálogos com alguns estudos, outros textos apresentam lacunas, ambiguidades e singularidades que foram percebidas através da leitura atenta, e que abrem possibilidades para novas discussões. Nesse sentido, a história da produção acadêmica é aquela proposta pelo pesquisador que lê. Aceitar tais afirmações e considerações exige que o pesquisador, ao lidar com seu objeto de leitura e análise – os resumos – não busque apenas uma relação do resumo com a pesquisa, mas que entenda o contexto em que foi construída.

Todavia, o trabalho de Silva (2011) me chamou a atenção pela proximidade com os estudos que tenho debatido. É um importante trabalho que se debruçou sobre as relações tecidas nos espaços de lazer do aglomerado da Serra e que trouxe autores relevantes, como Magnani, para a análise desses espaços.

Além disso, foi possível perceber a ausência de pesquisas que investigam as sociabilidades e identidades que são tecidas nos espaços de lazer na periferia. Pensando nesses lugares como espaços marcados pelas ausências e/ou dificuldades de acesso aos direitos sociais, torna-se importante nos atentarmos para possíveis espaços de lazer e resistência, já que muitos lugares periféricos apresentam uma série de espaços de lazer criados por seus próprios moradores. Em lugares em que essa lógica acontece, é possível perceber ações do Estado que não dialogam com as construções exercidas nesses espaços. Como diz o diretor do Museu da Maré, Lourenço Cezar, “área de lazer na favela só quem destrói é o Estado”.

Assim, sabendo das lacunas que se apresentam sobre essa temática, a pesquisa se propôs investigar o Morro do Timbau a partir de alguns questionamentos centrais que compõem os objetivos do trabalho:

- Como e em que contexto os moradores do Morro do Timbau construíram seus lugares de lazer?
- A partir de que momento surgiram esses lugares de lazer?
- Quais espaços de lazer marcaram a história do Morro do Timbau? Em que contexto?

2.2 Como investigar?

A situação de exclusão social enfrentada pelas camadas populares e população favelada está longe de anular a capacidade reflexiva e crítica de produzir cultura, de gerar conhecimento, enfim, de criar e recriar uma sociabilidade cotidiana em territórios como a Maré. Alvito (2001), ao analisar as diversas significações atribuídas à favela ao longo da história, nos dá um bom exemplo do perigo de se ter uma visão reducionista da questão: a favela, na tradição brasileira e, mais particularmente carioca, é o lugar por excelência da desordem. É vista como enclave de selvageria em pleno coração da nossa metrópole mais chique, mais civilizada, mais *up-to-date*.

Ao longo do século XX, foi representada como um dos fantasmas prediletos do imaginário urbano: a) foco de doenças, de mortais epidemias; b) sítio por excelência de malandros ociosos, negros malemolentes, inimigos do trabalho duro e honesto; c) amontoado promíscuo de populações sem moral; d) reduto anacrônico de migrantes de origem rural mal adaptados às excelências da vida urbana, constituindo uma massa ignara a atrasar nosso desenvolvimento econômico e político; e) por fim, na sua mais recente e aterradora versão, covil de bandidos, zona franca do crime e do tráfico, onde quadrilhas, empunhando armas de último tipo capazes de alcançar nossas janelas de vidro, imperam sob a complacência de comunidades aplacadas por práticas assistencialistas deslocadas (ALVITO, 2001, p. 57).

O reducionismo se manifesta na dificuldade de relativizar nossa percepção sobre as camadas populares, de compreender o “outro” ou o diferente em seus próprios termos. Dessa forma, foi necessário superar a perspectiva de uma suposta e conhecida (des)ordem nos espaços favelados, passando a perceber significados e sentidos nas relações cotidianas, na ocupação dos espaços e nos estilos de vida. Foi necessário um esforço analítico de “relativizar” o olhar, colocando em questão as categorias e noções que fazem parte da tradicional “visão de mundo”. Assim, a abordagem e o estudo dos espaços de vida comunitária, entendidos como “microrracionalidades” (SANTOS, 1995, p. 102), permite o entendimento da complexidade das iniciativas que envolvem as sociabilidades nas favelas. De fato, como afirma Karina Kuschnir (2000), o interessante é justamente investigar práticas que desafiam a lógica institucional mais ampla, mostrando o quanto esta pode ser permeável a princípios políticos diversos.

Melo (2003), ao se referir às favelas, destaca que trata-se de um território historicamente estigmatizado e que para adentrá-lo é necessário desconstruir certas visões hegemônicas:

[...] não cabe chegar à comunidade com preconceitos e acreditando que exista uma ligação direta entre pobreza e infelicidade; nem tampouco acreditar que o processo de dominação cultural se dá de forma completa, anulando definitivamente todas as suas manifestações culturais (MELO, 2003, p. 85).

Nessa perspectiva, busquei analisar os significados que surgiram das experiências nos espaços de lazer no Morro do Timbau dialogando com os estudos de Santos (1984), Santos; Vogel (1985), Alvito (2001), Melo (2003), Tuan (1980,1983) e Haesbaert (1997). A escolha desses autores justifica-se pela maneira como concebem o fazer sociológico como uma potencialidade metodológica – sobretudo por meio de um jogo de distâncias, aproximações e de relações variadas – capaz de enxergar as complexidades, as mudanças de tonalidades e as modulações da vida social nos lugares periféricos.

A pesquisa busca avançar sobre os estudos que se debruçam em investigar as tessituras sociais que são construídas nos espaços de lazer em territórios periféricos. Assim, o trabalho usará como um dos eixos metodológicos centrais os estudos do pesquisador Carlos Nelson dos Santos, principalmente suas pesquisas publicadas no livro: “A rua como extensão da casa” (SANTOS; VOGEL, 1985) e os relatórios sobre o Morro do Timbau (SANTOS; SILVA,1984). Sob a perspectiva do olhar de Santos sobre os territórios favelados, Valladares (2005, p.134) afirma que “os artigos escritos por Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1984) trazem títulos que demonstram a inquietação de seu grupo e a vontade de sua geração marcar uma diferença em relação aos arquitetos que defendiam pontos de vista e práticas tradicionais”. Desses estudos surgiram pesquisas importantes pelo grupo QUADRA em parceria com a Companhia de Desenvolvimento da Comunidade (CODESCO) que acabaram se tornando livros imprescindíveis para os estudos em territórios periféricos.

Segundo Freire e Oliveira (2002), os estudos do professor Santos (1984) trouxeram um outro olhar sobre áreas periféricas. Olhares que identificavam os moradores como sujeitos e intencionalidades perante esses espaços historicamente estigmatizados.

O Carlos Nelson fez uma importante inversão no tratamento vigente nas pesquisas sobre pobres e favelados: primeiro, transformou-os de objeto em sujeito do trabalho de pesquisa. Segundo, passou a dar investimentos feitos pelos moradores nas favelas importância do ponto de vista patrimonial e arquitetônico. Terceiro, reconheceu que os favelados sabem o que querem, têm suas prioridades, inclusive, simbólicas; isso é fundamental no seu pensamento (FREIRE e OLIVEIRA, 2002, p.109).

Nesse sentido, Santos defendia que esses espaços apresentam materialidade e dimensões simbólicas muito características ao lugar.

Para além da materialidade dos espaços e dos processos que neles se desenvolvem, procuramos as dimensões simbólicas que possam apresentar. Entendemos que em qualquer sociedade há códigos culturais que viabilizam a leitura, a apropriação e o aproveitamento dos lugares. As noções de localização, de territorialidade e do que lhes seja pertinente e adequado são constituídas através do recurso a estes códigos (SANTOS; VOGEL, 1985, p.13).

Assim, entendendo que em um território periférico o lazer e o uso da rua apresentam-se como termos indissociáveis, abrimos a possibilidade de vislumbrar as práticas e as vivências do lazer como estruturas de interação entre indivíduos, criando possíveis laços que, de alguma maneira, ajudam a tornar a *sociedade possível* e o *território habitável*.

Para o alcance destes objetivos, a pesquisa também lançou mão de uma metodologia que considera os processos sociais como algo extremamente rico. Esta perspectiva metodológica “considera que o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos (MINAYO, 2002, p.25)”.

A busca de compreensão do campo científico que nos é pertinente, já trilhado por antecessores e contemporâneos, nos alça a membros de sua comunidade e nos faz ombrear, lado a lado com eles, as questões fundamentais existentes, na atualidade, sobre nossa área de investigação (MINAYO, 2002, p.19-20).

Pela configuração da pesquisa, tornou-se de suma importância analisar os dados através das abordagens provindas da história oral. Assim, as entrevistas tornam-se peça fundamental do trabalho, já que a investigação trilhou o caminho de uma abordagem qualitativa. Nesse sentido, procurei identificar a memória das sociabilidades tecidas nos espaços de lazer, e investigar possíveis fortalecimentos identitários nesses espaços que, segundo Santos (2003, p.18), “se redefinem como ponto de encontro de movimentos longínquos e próximos”.

Como vimos, o trabalho teve como tema geral dar voz a memória desses atores provindos de territórios silenciados. Assim, acredito que a memória é sempre uma construção, onde a lembrança é parte constitutiva da nossa identidade e do nosso sentimento de pertencimento.

O conhecimento histórico traz como vantagem a elaboração de arquiteturas de sentido que excedem os próprios recursos da memória coletiva: articulação entre acontecimentos, estruturas e conjunturas, etc. A história pode

ampliar, completar e até refutar o testemunho da memória sobre o passado, mas não pode aboli-lo.

Contudo, é preciso analisar as diferentes caracterizações de memória segundo o ponto de vista de alguns autores fundamentais no tema. Segundo Le Goff (1990), a linguagem falada e depois escrita é uma possibilidade de armazenamento da nossa memória, saindo assim, dos limites físicos de nosso corpo. Quando há perturbações na memória do indivíduo que levam ao esquecimento, dá-se a amnésia. Porém, quando ocorre perda da memória coletiva geram-se graves perturbações na identidade coletiva.

Esquecimentos e silêncios são reveladores dos mecanismos de manipulação da memória coletiva. Por isso, o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história. Segundo Moll (2000, p. 31), os relatos da vida e as entrevistas possibilitam a “valorização dos saberes e as representações dos sujeitos sociais”. Essa narrativa pode ser constituída por outras fontes e indicada pelos próprios sujeitos através de fotografias, cartas, documentos, entre outros.

Nesse contexto, a entrevista desconstrói toda sua rigidez e ganha um ar de entrevista/diálogo como destaca Morin:

Em alguns casos felizes, a entrevista se converte em diálogo. Este diálogo é algo mais que uma conversação mudança, é a busca em comum. O entrevistado e o entrevistador colaboram para obter a verdade que afete ou bem a pessoa entrevistada, ou bem um problema (MORIN, 1996, p. 218).

A intenção é superar a relação pergunta/resposta; entrevistador/entrevistado. É “escutar de perto” a maneira como os espaços de lazer se transformaram em um campo de possibilidades repleto de experimentação, vivências e transformação, através dos laços de participação dos moradores do Bairro.

Neste formato, o roteiro também se constituiu numa importante ferramenta que permite o foco nas questões de pesquisa, entretanto, sem se configurar numa “camisa de força”, com rigidez inflexível. Longe da ideia de ausência de rigor metodológico, busco trazer outras formas de conhecer; de enxergar a importância dos espaços de lazer na construção social do Bairro, sugerindo um olhar com os sujeitos que participaram desses processos.

Nesse sentido, a memória e tessituras sociais construídas nos espaços acabaram protagonizando as relações dos sujeitos com os respectivos “espaços de lazer”. Para entender melhor a relação com esses espaços, a pesquisa trabalhou com quatro autores que tem importantes pesquisas sobre a relação do sujeito com o espaço. Um deles é o já citado professor Santos (1984; 1985); além dele, analisando dentro do contexto de uma geografia política, usamos os estudos do geógrafo Rogério Haesbaert (1997), que trouxe importantes contribuições para a pesquisas por meio dos estudos sobre territorialidade, multiterritorialidade, desterritorialização e identidades territoriais.

Analisando os simbolismos que os espaços pesquisados apresentaram foi importante, também, incluir os estudos da Geografia Humanista para o entendimento da importância do objeto de pesquisa nas tessituras sociais locais. Nesse sentido, os estudos do pesquisador Yi-Fi Tuan (1980;1983), que traz um histórico trabalho sobre o conceito Topofília, foi usado para explicar as relações de afeto dos sujeitos com o espaço e o resultado disso como construção de um “lugar”. Ainda sobre os simbolismos existentes nos espaços pesquisados, Alvito (2001) trouxe importantes contribuições para o entendimento das sociabilidades tecidas nos espaços. Em sua pesquisa na favela de Acari, observou a necessidade de esmiuçar o conceito de “pedaço” (MAGNANI, 1984) trazendo um outro conceito que seria de “Micropedaço”, justificando a escolha por afirmar que a configuração espacial da favela tem peculiaridades que outros espaços não tem.

Além disso, a pesquisa fez uso de importantes dados desenvolvidos pelas instituições: Centro de Ações Solidárias da Maré (CEASM), Museu da Maré, Jornal o Cidadão, Redes da Maré e das pesquisas desenvolvidas pelos(as) moradores(as) da Maré; Lourenço Cezar, Alexandre Dias (SILVA, 2006), Claudia Rose (SILVA, 2006), Antônio Carlos (VIEIRA, 2004) - que serviram como um imprescindível arcabouço historiográfico para entender melhor a construção do Bairro.

Segundo Claudia Rose (SILVA, 2006), inúmeros documentos e pesquisas têm surgido e se tornado fundamentais para a construção da memória do Bairro.

Gostaria de frisar que temos um arquivo que é a fonte geradora de todas as ações da rede de Memória. A partir deste arquivo, criamos outros projetos que, por sua vez, também geram material para o arquivo. Esse arquivo é subsidiado e vem subsidiando muitas iniciativas acadêmicas também. Temos inúmeros trabalhos concluídos e sendo desenvolvidos: monografias, teses e pesquisas diversas sobre a Maré (SILVA, 2006, p. 14).

A importância de protagonizar pesquisadores(as) mareenses na academia tem como caráter construir uma memória e história legitimada pela população local, que perceba as especificidades e fuja das generalizações, caso contrário, “será simplesmente a história dos vencidos em contraposição à dos vencedores” (SILVA, 2004, p. 55).

Como o trabalho teve como objetivo investigar a Maré a partir das memórias dos moradores, tornou-se imprescindível para a pesquisa fazer o uso de entrevistas semiestruturadas. Por conta disso, sobre os aspectos éticos, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais conforme preconiza a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisas com seres humanos (CAAE 46045015.7.0000.5240).

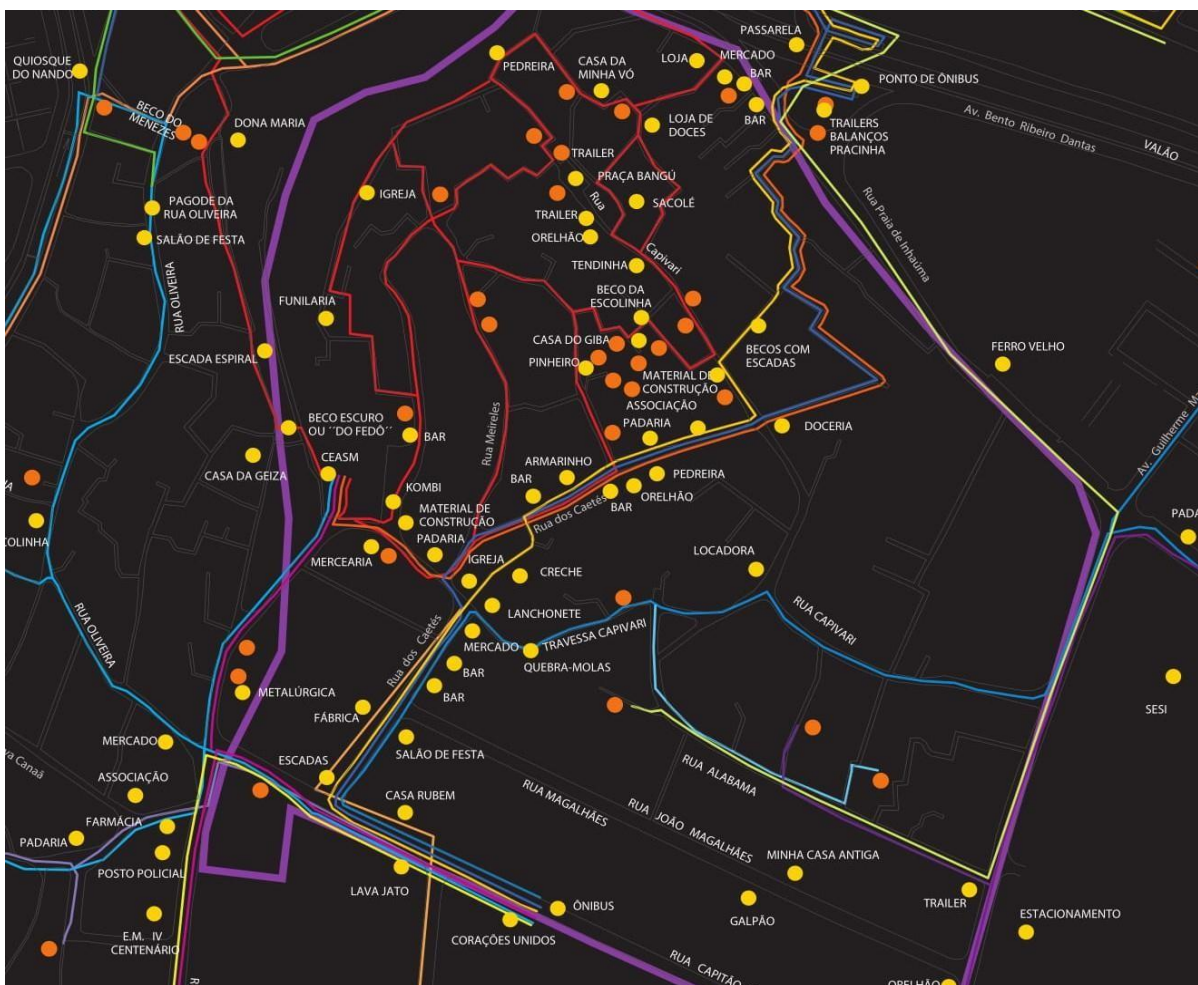
Todos os envolvidos foram solicitados a assinarem dois Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO II), conforme delibera a resolução citada. O TCLE foi assinado em duas vias, uma ficando com o pesquisador e outra com o participante. Foram fornecidas explicações completas e pormenorizadas aos participantes da pesquisa sobre seus objetivos, métodos e aplicação dos instrumentos elaborados para colher suas opiniões e informações a respeito da temática em estudo.

Também foram respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos dos sujeitos envolvidos, bem como o direito do mesmo em não querer participar das entrevistas. Os participantes foram convidados a participar voluntariamente, sendo-lhes assegurado a não obrigatoriedade. Nesse estudo foi assegurada a confidencialidade, a privacidade e a não estigmatização, garantindo que as informações não seriam utilizadas em seu prejuízo.

Como vimos aqui, o estudo se propôs a investigar o Morro do Timbau em uma ótica da história oral, analisando a construção e as tessituras fomentadas nos espaços de lazer. Para entendermos melhor a pesquisa, apresento-lhes o Morro do Timbau, o primeiro território a dar origem ao populoso Bairro Maré.

2.3 O Morro do Timbau

Figura 3 - Mapa do Morro do Timbau



Fonte: VARELLA; BERTAZZO; JACQUES, 2002, adaptação própria.

O Morro do Timbau, chamado pelos moradores de “Morro” ou “Timbau”, ilustrado no mapa na área delimitada pela linha roxa, é a favela mais antiga da Maré. Seu nome vem do tupi-guarani “thybau” (entre as águas). Essa característica veio devido ao Morro se localizar no meio de uma área de mangue, em uma região que era formada por diversas ilhas, praias, manguezais como a Enseada de Inhaúma, a Praia de Inhaúma, a Ponta do Tibau, Ponta da Pedra e a Praia do Apicu. Sua localização ficava “entre as águas”, como diz o idioma tupi⁷.

⁷ Histórico retirado de publicações do Museu da Maré. Disponível em: http://www.museudamare.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=96&Itemid=115 (Acessado em 10/11/2017).

No período imperial, o Morro teve seu passado ligado ao século XVI com a criação do Porto de Inhaúma⁸ e o Porto de Maria Angú⁹, que ficavam no seu território (Inhaúma) e próximo a ele (Maria Angu). A região tinha como características grandes manguezais de Pau Brasil e o Porto servia para escoar os produtos explorados e cultivados na região. O Porto desenvolveu importante papel econômico para o subúrbio e desapareceu nas primeiras décadas do século XX, após os sucessivos aterros na área.

O Morro faz divisa com as favelas Baixa do Sapateiro, Vila do Pinheiro, Conjunto Bento Ribeiro Dantas e a favela “Maclaren¹⁰”. O Timbau, já na década de 80, era uma região que já tinha como grande característica as casas de alvenaria com um bom acabamento, deixando a vista o poder aquisitivo dos moradores. Segundo Santos; Silva (1983, p. 07):

Em 80% das unidades do Timbau as paredes são de alvenaria e cobertura e de laje e telha (55%). Quanto aos pisos, 64% são de cimento e de 29% de taco ou cerâmica. O Morro do Timbau parece ser a favela com residências de maior tamanho. Cerca de 60% das habitações têm uma área construída superior a 50m². Para o conjunto das favelas da maré a proporção cai para 17%.

Ainda segundo o relatório sobre o Morro do Timbau, na década de 1980, constava o registro de 5.640 moradores morando em 1.103 residências. Após três décadas, segundo dados do IBGE (2010), o Morro do Timbau tem 6.359 mil habitantes divididos em 2.109 domicílios, sendo uma favela que teve um aumento

⁸ O Porto de Inhaúma ficava localizado onde hoje fica a Avenida Guilherme Maxwell, ao redor do Morro do Timbau. Segundo arquivos do museu da Maré, a construção do Porto de Inhaúma remonta ao século XVI, logo após a concessão das sesmarias. Segundo Dias da Cruz, no Almanaque Suburbano, os jesuítas rasgando a floresta abriram o caminho que passando por Bonsucesso ia dar no Porto, e que se encontrava com uma grande estrada que ia da Cidade à Santa Cruz, posteriormente conhecida como Estrada Real de Santa Cruz, hoje, Avenida Suburbana. Fonte: Museu da Maré, disponível em: http://www.museudamare.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=96&Itemid=115 (Acessado em 14/10/2017).

⁹ O porto de Maria Angu contava no relatório de 1779 sobre a freguesia de São Tiago de Inhaúma. Tinha um porto onde escoavam os produtos agrícolas do interior vindos da freguesia de Irajá. O historiador Brasil Gerson acredita que o nome veio de uma negra que habitava a região. No entanto, há quem atribua o nome de Maria Angu ao pássaro que tem o mesmo nome. O porto ficava onde hoje fica a praia de Ramos e/ou piscinão de Ramos. Fonte: Subúrbios do Rio disponível em: <http://suburbiosdorio.blogspot.com.br/2012/03/praiade-maria-angu.html> (Acessado em 10/12/2017).

¹⁰ A favela da Maclaren, uma zona difusa situada entre três comunidades da Maré (Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau e Vila dos Pinheiros), é composta por cerca de 40 famílias. A favela não tem Associação de Moradores e as comunidades a sua volta não a reconhecem em seus respectivos territórios. Essa Favela foi amplamente pesquisada e visibilizada pela sanitarista Roberta Lemos Gadelha (2016).

significativo das suas residências, porém manteve o seu crescimento populacional baixo (SANTOS; SILVA, 1983, p. 16).

Tabela 5 - Número de habitantes e de domicílios no Conjunto de Favelas da Maré

Número de habitantes e de domicílios no Conjunto de Favelas da Maré, por comunidade - ano 2010		
Comunidade	Habitantes	Domicílios
Parque União	19.662	6.621
Vila dos Pinheiros	15.492	4.974
Nova Holanda	15.450	4.729
Vila do João	13.301	4.545
Parque Maré	12.322	3.999
Baixa do Sapateiro	7.757	2.590
Roquete Pinto	7.488	2.382
Salsa e Merengue	7.258	2.130
Marcílio Dias *	6.759	1.768
Morro do Timbau	6.359	2.109
Conjunto Esperança	5.530	1.870
Rubens Vaz	5.154	1.710
Conjunto Pinheiros	4.115	1.337
Conjunto Bento Ribeiro Dantas	3.580	953
Nova Maré	3.174	850
Praia de Ramos	3.073	932
Total Geral	136.474	43.499

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Essa característica de ser um dos lugares mais prósperos e desenvolvidos da Maré encontra indícios ainda na época do Porto de Inhaúma. Em pesquisa feita na base de dados da Biblioteca Nacional foram encontrados registros, ainda no século XVIII, sobre a venda de imóveis e anúncios de fuga e espancamento de escravos fomentados pelos senhores de engenho da região.

Pelo juízo de orphão, escrivão Vianna, vae a praça nos dias 25 e 28, e a 3ª em 8 de junho em que devem ser arrematadas as benfeitorias e casado sitio no porto de Inhaúma, pertencentes aos herdeiros (...), cujo sitio teve nova

avaliação por ser muito cara a primeira; quem as quiser ver dirija-se ao dito porto ao Pé da Pedra do Tibáu (**JORNAL DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 25 de maio de 1846**).

Fugio ou furtaram um preto moço de nação Cabinda, de nome Caetano, tem uma cicatriz na perna direita, é fullô e muito ladino, ainda que pareça idiota: quem o levar à chácara das Mangueiras no Porto de Inhaúma ou d'elle der notícia, será bem recompensado (**JORNAL DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 29 de abril de 1849**).

Contudo, a história contemporânea daquela região é contada a partir de 1940, com a construção da Avenida Brasil, em 1946, e a abertura da região para o desenvolvimento fabril. Segundo Santos; Silva (1983, p.8):

Havia ali uma praia, então limpa e agradável. Se chamava praia de Inhaúma, embora o bairro do mesmo nome ficasse distante, no interior do tecido urbano. Foi, aliás, devido a um passeio de domingo na Praia de Inhaúma que os pioneiros da ocupação se encantaram com as qualidades do lugar. Ali não havia nada, só “mato”, o que em linguagem popular significa que a região era coberta por vegetação densa. A praia estava cheia de pedaços de pau trazidos pela Maré, espetados para o clima como que sugerindo que fossem utilizados. Foi mesmo o que fez a mulher esperta que, apesar dos protestos do marido, começou a juntar madeira, pensando em construir um barraco naquele lugar ermo que parecia não interessar a ninguém.

Esse primeiro casal veio do centro da cidade, onde vivia em uma casa de cômodos atrás da estação central de trens do Rio de Janeiro. A mulher havia vindo há pouco da zona rural no interior de Minas. Não se conformava em viver confinada em um quarto “onde chovia dentro”. Escolheu uma área seca conveniente em um pequeno morro perto do mar e construiu seu primeiro barraco com o material que a maré lhe trazia de presente. Depois, tratou de plantar árvores frutíferas e hortas, cercando seu território. Pôde fazer tudo sem que ninguém lhe incomodasse. Mesmo assim, tinham muito medo, conscientes de que estavam se apropriando, sem autorização, do que não lhes pertencia.

Ainda de acordo com Santos; Silva (1983), esse casal era Dona Orosina e seu esposo, que tiveram um importante papel para a construção do, hoje, Bairro Maré. Na edição do Jornal “A Noite”, ainda na década de 1940, é noticiada a ocupação da parte alta da rua Nova Jerusalém onde fica a Baixa do Sapateiro e o Morro do Timbau.

Há dois anos moradores iniciaram construções de barracões nos terrenos da marinha à margem da avenida Brasil em Bonsucesso. Os terrenos formavam um charco que, à medida que iam levantando as casas, iam aterrando. Se localizam ali hoje cerca de 800 barracos. Já havia na parte alta da Jerusalém outro grupo de residências (JORNAL A NOITE, 24/11/1947).

Como vimos na matéria do Jornal acima, com o passar do tempo, os barracos foram se multiplicando e em 1947 o exército decidiu usar os terrenos em frente ao Morro do Timbau para construir suas novas instalações. Nesse contexto, surge uma figura emblemática na região, Sargento Adaulto, que se dizia

encarregado da prefeitura e do Exército, e que para os moradores continuarem ali teriam que pagar uma taxa que variava de acordo com o espaço ocupado.

É possível que o Sargento Adauto fosse instruído para controlar a favela nascente impedindo que se expandisse em direção à área plana onde se iniciaria a construção do quartel. Unindo o útil ao agradável, resolveu cobrar “direitos de ocupação” em benefício próprio, o que caracterizaria abuso de autoridade e grilagem. (SANTOS; SILVA, 1983, p.11)

De qualquer forma, é através do Sargento Adauto que se inaugura uma longa simbiose entre favela e quartel. O edifício é construído em 1947. Pela sua escala, domina a paisagem que se vê do alto do morro quando se olha na direção oeste. Para compreender as representações que os moradores do Timbau fazem de si mesmo é indispensável a referência aos militares em frente. Toda a história da favela é ritmada pelo diálogo com o batalhão, que materializa, no cotidiano e de forma impositiva, o poder na sua vertente mais formal e acabada. Há uma série de sargentos que passam a ser intermediadores. Todos são mais ou menos brutais, exploradores e arbitrários com os favelados (SANTOS; SILVA, 1983, p.17).

Com a chegada dos Militares, o Timbau tornou-se “oficialmente” uma área Militar e o Exército passou a controlar os moradores. Os terrenos, por exemplo, foram alugados pelos próprios militares. Na base de dados do Museu da Maré foi possível encontrar um documento emitido pelo Ministério da Guerra, como recibo de pagamento de taxa, no qual consta o pagamento do morador Geraldo na data de 31/01/1949.

Figura 4 - Recibo de pagamento

PREFEITURA MILITAR

1ª VIA

MINISTÉRIO DA GUERRA

DIRETORIA DE OBRAS E FORTIFICAÇÕES

TESOURARIA

N. 61

DETERRMINAÇÃO DO ALUGUEL
(condições)

% sobre Cr\$

% de taxa suplementar Cr\$

Cr\$

Aluguel..... Cr\$ 30,00

Taxa sanitária..... Cr\$

Multa..... Cr\$

Indenização de avarias Cr\$

Soma Cr\$

Recebi do Sr. Geraldo da Silva

a quantia supra de

relativa ao aluguel de

de 31/01/1949

Visto

Tesoureiro

Adauto

Recebedor - Pagador

NOTA - O locatário é responsável pelo pagamento da taxa de aluguel, pessoalmente ou através de representante no momento, (Cota 12, de nº 241, de 4-4-49).

Fonte: ARQUIVO MUSEU DA MARÉ, 2019.

Além disso, diversas regras foram criadas e descritas em uma carta (lei) de conduta para o território (Anexo I). Dentre as obrigações dos moradores, constava a obrigatoriedade do morador construir o sistema de esgoto da sua casa e, inclusive, da rua na qual reside: “Os locatários estão obrigados a cumprir os itens abaixo. Item 4 - Construir tubulações de águas servidas quer no interior de suas residências, quer na rua em que resida”. Além disso, o documento é bem taxativo ao tratar os moradores como locatários e frisa bem sobre a iminente possibilidade de remoção caso haja o descumprimento das regras.

Qualquer desrespeito às normas acima levará o locatário à expulsão sumária juntamente com os demais moradores de sua residência em 48 horas, sem outros direitos senão inerentes a sua propriedade sobre o material da moradia e os seus haveres que deverão ser retirados no prazo acima citado (CARTA DE CONDUTA DOS MORADORES, Anexo I).

Em outro item, os militares informam que não há qualquer interesse do Exército em fazer obras de melhorias na região, ou seja, sendo uma área militar, o Estado da Guanabara não poderia fazer qualquer obra de melhoria. Só cabia ao Exército fazer qualquer obra na região.

1. Os terrenos do Ministério do Exército, situados no Morro do Timbau e Praia de Inhaúma, são próprios da União e não devem ser destinados a residências.
2. Não há o menor interesse para o Ministério do Exército em conservar as residências.

Esse controle do Exército também influenciava na realização de atividades de lazer nas ruas e praças do Morro. Segundo o senhor Agamenon¹¹, tudo era controlado pelo referido Sargento do Regimento de Carros de Combate que administrava a região:

Essas coisas de churrasco, essas coisas assim, aqui não era muito chegado não. Isso aqui era uma área militar. Tinha um sargento, que o chamavam ele de delegado. Então era muita coisa com ele. Teve uma época antes de mim, teve uma época que dez horas da noite passava uma patrulha e botava todo mundo pra dentro pra dormir. Aqui teve. O Morro do Timbau sempre foi diferente de todas as outras comunidades aqui da Maré (AGAMENON, entrevista concedida a Diogo S. do Nascimento em 2017).

Segundo SANTOS; SILVA (1983, p.19), o cerceamento era absoluto:

De 1952 a 1959 a interferência dos militares na favela é absoluta. “Proíbiam a gente de pregar um prego na cerca”. A ordem era não deixar construir nada novo e não permitir reformas que dessem às moradias caráter

¹¹ Seu Agamenon foi presidente da Associação de Moradores do Morro do Timbau no período de 1968 a 1983.

definitivo (troca de paredes de madeira e estuque por alvenaria, e de telhados de zinco por telhas de barro). As obras em andamento eram derrubadas sem maiores considerações. Quem ousava desobedecer era tratado com imensa brutalidade. “O Senhor precisava ver. Houve um rapaz que construiu sem autorização. Os soldados vieram e destruíram tudo. Até os passarinhos nas gaiolas foram pisados pro aquelas botas odiosas”. Os moradores antigos eram apenas tolerados, desde que se contentassem em viver em condições precárias: espaços mínimos, feitos com material ligeiro. “Se caísse, eles mandavam carregar e não deixavam construir de novo lá no morro”.

Esse cerceamento ganhou um ar de “legalidade”, já que os militares emitiam documentos (notas, recibos, ofícios) que comprovavam toda lógica de controle e vigilância sobre os moradores. O mais intrigante de toda essa tensão entre militares e moradores do Timbau é que, anos depois, constataram que aquela área nunca havia sido do Exército. Santos; Silva (1983, p.147) esclarece:

Nunca foi verificado ao certo se o Morro do Timbau estava ou não englobado por essa propriedade. Quase quarenta anos mais tarde, quando foi feito um levantamento criterioso, descobriu-se que o Exército jamais tivera direito algum ao morro. Ele era terreno devoluto, submetido, portanto, à jurisdição da União e do Ministério da marinha, por se tratar de área ribeirinha.

Contudo, sendo uma pseudo área militar, e tendo um imenso controle sobre a ocupação do seu território, o Morro acabou criando suas próprias peculiaridades na Maré. Segundo Silva (2006):

O intenso controle da ocupação, principalmente no morro, gerou uma menor densidade demográfica nesse local, já que a construção de novos barracos era expressamente proibida e impedida, o que levou a um aumento da densidade nas áreas alagadas. Por outro lado, a organização espacial exigida pelo estado acabou por reforçar a consolidação das moradias (SILVA, 2006, p. 24).

Apesar de toda essa tensão com os militares, os moradores do Timbau criaram, desde muito cedo, uma cultura de mobilização. Isso fez a favela ser a primeira a ter água canalizada, esgoto e calçamento. Tudo isso através da iniciativa comunitária. Segundo o Sr. Agamenon:

A princípio, a gente calçou as ruas porque na época estava sendo feito o Elevado da perimetral, que os caminhões quando chegavam e demoravam muito a descarregar e esquentava e aí o técnico condenava o asfalto, o asfalto, o concreto, aí liberava, eles vinham pra cá e agente dava dez, vinte mil réis o caminhão. O caminhão tinha que se livrar. (...) É. Aí fez tudinho de coisa. Não essa o que está agora aí. Mas quando, olha quando, isso aí depois foi o Projeto Rio né. Mas quando o Projeto Rio chegou aqui o Timbau já tinha água, esgoto, tinha tudo. Timbau estava pronto, faltava só a posse da terra que foi dada depois né (AGAMENON, entrevista concedida a Diogo S. do Nascimento em 2017).

Além disso, o mutirão mostrou ser uma ferramenta marcante na organização das ruas e instalação de dutos de água, esgoto e levantamento de casas de madeiras e alvenaria, como pode ser visto na Figura 5.

Figura 5 - Mutirão no Morro do Timbau



Fonte: ACERVO MUSEU DA MARÉ, 2019.

Segundo Magnani (1984), os mutirões realizados pelos próprios moradores, em áreas periféricas, apresentam significativas dinâmicas sociais.

A maneira como se utiliza o sistema de mutirão, por exemplo, para a construção de casas na periferia, apresenta uma dinâmica em alguns aspectos diferente à dos padrões que caracterizavam o emprego desta forma de trabalho cooperativo, nas lides do campo: o recurso da mão de obra de parentes e vizinhos, cedida gratuitamente ou sob regime de reciprocidade (MAGNANI, 1984, p.27).

Conforme frisou o Sr. Agamenon, o Timbau tem duas características únicas na Maré. É a única favela que fica em ponto mais elevado (Morro) e a única que já foi uma “área militar”. Por todas essas características, os moradores do Timbau tiveram que se organizar desde cedo para combater o cerceamento dos militares para uma eminente possibilidade de despejo, e para construir suas próprias ruas, já que devido aos militares terem o controle da área cabia a eles viabilizarem melhores condições daquela região, o que acabou não acontecendo. Isso fez o Timbau ser um lugar desenhado, tecido e construído pelos seus próprios moradores.

Nesse sentido, Milton Santos (2013, p. 40) diz que “o lugar é o encontro entre possibilidades latentes e oportunidades preexistentes ou criadas” e no Timbau as oportunidades e possibilidades de moradia e direito à cidade foram historicamente construídas.

Essa construção foi feita, segundo Sr. Agamenon, através da união da favela que mantinha em dia a taxa de pagamento da Associação de Moradores:

(...) eu tenho orgulho de dizer que aqui no morro do Timbau noventa e cinco por cento ou mais de moradores eram sócios e sócios pagantes, bonitinho, tinham liberdade. Com isso nós pudemos além de fazer a Praça Bangu, fizemos a sede da Associação, fizemos as caixas d'água. (...) Na época reunião de moradores, perguntamos: pode? Aí visitamos de casa em casa. Aqueles que se, aí foi um modo geral, todos que se apresentaram e gozaram. E eu fiz um apanhado em empresas e vi o valor, dividi, dividi pelo número de moradores e estabeleci quanto que cada um tinha que pagar (AGAMENON, entrevista concedida a Diogo S. do Nascimento, em 2017).

O poder de articulação dos moradores e composição de líderes comunitários desde a década de 1950 mostram características precoces de construção dos moradores do Timbau. Segundo dados de Santos; Silva (1983), o Morro teve uma construção diferente e precoce. O poder de articulação e mobilização dos moradores foi a grande marca da sua construção:

O Morro do Timbau é um caso excepcional no quadro das favelas do Rio de Janeiro. Em um período de vinte anos, o assentamento passa por transformações físicas impressionantes, se for considerado que a maioria das ações foi planejada e executada pelos próprios moradores (SANTOS; SILVA, 1983, p.2).

Outro detalhe era o uso da rua como espaço de lazer. A Praça dos Caetés, Praça da Iracema e Praça Bangu eram lugares construídos e idealizados pelos próprios moradores e recebiam diferentes festividades como festas caipiras, jogos de carteados, jogos de futebol, bailes, missas e cultos, que estão presentes até os dias atuais.

No relatório de Santos; Silva (1983, p.15), consta alguns detalhes desses espaços.

A praça maior, praça dos Caetés, é o centro daquele loteamento que foi feito na área da antiga pedreira. É, sem dúvida, o melhor lugar do Timbau, o mais valorizado, onde estão as casas maiores e mais caras. Articula com becos, escadinhas com as ruas pavimentadas, onde podem entrar caminhões de lixo, de gás engarrafado, de materiais de construção, essenciais à melhoria e manutenção da qualidade das residências. Outra praça, situada em oposição simétrica e oposta à primeira cumpre papel semelhante. É menor e mais recente. Surgiu como consequência do grande muro de arrimo que os favelados construíram no local. O lugar é muito agradável e permite uma vista panorâmica da baía da Guanabara, dos morros e do centro do Rio de Janeiro, que os moradores trataram de aproveitar, fazendo uma balaustrada e criando uma espécie de belvedere.

Com isso, demonstram que, o par e preocupações utilitárias, também procuram realçar os significados afetivos e estéticos do lugar onde moram. Finalmente, parte mais alta do morro, onde só pode haver circulação de pedestres, existe um larguinho que consiste na única área plana com dimensões razoáveis. O lugar aglutina os moradores que o utilizam bastante para jogos entre adultos, brincadeiras de adolescentes e crianças e como ponte de conversação. É arborizado, ventilado e dispõe de bancos e mesas de madeira construídos pelos vizinhos.

No contexto religioso, atualmente, o Morro tem duas capelas católicas, cinco igrejas evangélicas e, segundo o ex-presidente da associação de Moradores do Morro do Timbau, Seu Agamenon, existia um terreiro na Avenida dos Patriotas na pedreira.

O Terreiro chegou a ter. Me lembro bem que lá em cima tinha um, um pessoal que batia tambor. (...) Lá na Patriotas, tudo mais. Mas havia muita reclamação das pessoas por causa do barulho à noite, era a noite toda. Então eu na época mandava alguma coisa, aí proibi, quer dizer, proibi até certa hora né (AGAMENON, entrevista concedida a Diogo S. do Nascimento em 2017).

Contudo, a partir das entrevistas, foi possível mapear cinco espaços de lazer que marcaram o Morro do Timbau, no período de 1930 a 1970. Os espaços são: Campo do Minas Gerais, Bloco carnavalesco Corações Unidos, Forró do Manoel Gomes, Arraiá do Bico Mudo e Cinema Cinco Irmãos. No mapa a seguir, exhibe-se a localização dos espaços no Morro do Timbau e imediações.

Para identificar esses “lugares de lazer”, realizei um inventário com o mapeamento, a descrição, a análise de material documental e as memórias do cotidiano da vida comunitária no Morro do Timbau. Documentos da base de dados do Museu da Maré, recortes de jornal, manuscritos dos moradores, fotografias, trabalhos escolares dos alunos e dados levantados por pesquisas sobre a Maré.

O inventário possibilitou identificar a configuração desses espaços sociais, constitutivos do movimento urbano no qual os sujeitos da pesquisa reavivaram esses lugares como espaços de socialização, de identidade, de ação política, de convivência humana.

A localização e a escolha dos sujeitos foram constituídas pelo conjunto de informações levantadas. O Zé Toré, figura emblemática na Maré, forneceu uma lista inicial de pessoas que poderiam ajudar a pesquisa. A experiência de viver da comunidade, de preocupar-se com problemas coletivos, forjou sujeitos diferenciados na história do Morro do Timbau e produziu um espaço atravessado pelas práticas coletivas, principalmente no campo do lazer.

Centenário, umas das primeiras escolas dentro da Maré. Segundo dados que constam no blog¹³ da Escola, a Unidade foi feita com a doação do terreno no qual já havia a menção do Campo de Futebol.

Em 1957, a comunidade da Baixa do Sapateiro doou uma área usada como campo de futebol, na rua Nova Jerusalém nº 495 – Morro do Timbau, para a construção de um prédio escolar. No dia treze de maio de 1958, a escola começou a funcionar com o nome de Escola Serpha, com apenas duas salas de aula. No ano de 1965, a Associação de Moradores da Baixa do Sapateiro pediu a ampliação do prédio. O Governo cedeu o material necessário e a comunidade se encarregou da mão de obra. Em 12 de agosto de 1965, foram inauguradas mais quatro salas de aula. Como neste ano comemorava-se o aniversário de 400 anos de Fundação da Cidade do Rio de Janeiro, nossa escola recebeu o nome de IV Centenário. Em 2008, este prédio foi demolido. O antigo espaço deu lugar a um prédio de 3 andares, inaugurado em abril de 2011 (BLOG DA ESCOLA, 2018).

Atrás da escola existe um largo que é usado para realização de diferentes eventos de samba, funk e rock. O último era financiado pelo Zé Toré, que tem um bar com seu mesmo nome. O bar é o ponto de referência de diferentes tribos. Lá encontramos universitários, alunos do pré-vestibular do CEASM, militantes de partidos de esquerda e vários senhores que participaram de times de futebol nos campos de pelada da região. Um lugar de vanguardismo, podemos dizer.

Naquele ambiente foi possível encontrar vários senhores que jogaram em diferentes times pela Maré. Foi lá que soube que ainda tinha gente viva que jogou no Campo que existiu ali antes da escola. O primeiro nome citado foi o do Seu Parodi, que para minha felicidade ficou super entusiasmado com o interesse da pesquisa sobre o campo.

Logo na primeira entrevista, Parodi contou como começou sua relação com o campo. Primeiramente, o seu nome é Sebastião Cândido de Oliveira e não tinha nada de Parodi. Então, logo perguntei de onde veio esse apelido:

O Botafogo jogou com o Vasco sábado à noite e o Vasco ganhou de um a zero, gol de Parodi, furou a rede, entendeu. Sabe de uma coisa, eu não conheço ninguém aqui, eu vou jogar o que eu sei jogar. Dei um balão no primeiro, enganei o segundo, entrei e dei uma pancada, furou a rede, um a zero. Aí ficou, as crianças ficou: 'É Parodi, É Parodi' por causa do sábado a noite o Parodi... ficou e até hoje a Maré toda me conhece como Parodi (PARODI, entrevista concedida a Diogo S. do Nascimento, em 2017).

¹³ Blog da Escola Municipal IV Centenário. Disponível em: <http://emivcentenario.blogspot.com/p/historico.html>
Acessado em 19 de março de 2018.

Em seguida, ele disse mais detalhes sobre aquela Maré que ainda era bem pequena: “sossegada, era palafita. Era tudo legal. Legal mesmo. Sempre gostei disso aqui. No Rio de Janeiro acho que não tem lugar melhor que esse aqui”.

Segundo registro do Museu da Maré, a favela na época, década de 1950, apresentava apenas três conjuntos: Morro do Timbau, Parque Maré e Baixa do Sapateiro (CEASM,2003). O campo era localizado na divisa do Morro do Timbau com a Baixa do Sapateiro. Quando perguntei sobre áreas de lazer naquela época, ele foi categórico: “Existia. O campo era ali mesmo. Aqui não tinha nada de lazer. Não tinha quase nada não. Tinha não”.

Essa fala apontou que o referido campo foi o primeiro campo de futebol da Maré e umas das primeiras áreas de lazer do bairro. Parodi usava o campo jogando pelo Time Diamante Negro. Esse time era conhecido nas histórias de futebol da Maré. Alguns diziam que foi o maior time da história do bairro. Era como a seleção de 1982 na Maré, disse “Zé Toré”.

Segundo relatos do entrevistado, o Diamante Negro foi fundado em 1952 e nessa mesma época surgiram alguns outros times como Sete de Setembro, Cruzada, Onze Irmãos e o ABC. Com uma curiosidade sobre o time Onze Irmãos, Parodi disse que o nome do time era esse porque era composto pela mesma família de onze irmãos que moravam na Rua Evanildo Alves.

Parodi ainda falou sobre algumas relações importantes que foram tecidas no campo. Disse que sua profissão de eletricista surgiu através das amizades que fez no campo. Era um espaço de trocas, conversas e ajuda mútua. Quando alguém estava desempregado, logo a notícia era compartilhada no time, e foi nesse processo que Parodi aceitou um emprego de auxiliar de eletricidade e, a partir daí, passou o resto da vida sendo eletricista. Segundo Mayol (1996, p. 84), “parentes de operários, morando em bairro de operários, acabam influenciando a prática de profissões exercidas no lugar em que se mora”. Por se tratar de um lugar periférico e de jovens sem formação técnica, essa profissão estava condicionada a oportunidades que porventura aparecessem. E nesse processo, o campo surgia como um lugar do encontro; um lugar de oportunidades.

As experiências no/pelo campo apresentaram-se como um importante espaço para discussão de problemas coletivos e individuais em que os sujeitos foram sendo construídos diferenciados da história da cidade. Assim, produziram

interações a partir de vivências no campo articulados por demandas provocadas pela solidariedade em que uma construção identitária também se fazia tecer.

Nesse sentido, por se tratarem de jovens de vinte poucos anos, era comum que irmãs e primas fossem ao campo assistirem aos jogos. Nessa rotina nasceram diversas relações amorosas, como a do Seu Parodi, que culminou em um casamento. Na verdade, quando falamos disso, sua esposa saiu da cozinha e trouxe um quadro com uma foto da recente festa de 50 anos de casados. Segundo Alvito (2001, p.63), “é comum em territórios favelados namoros, casamentos ocorrerem dentro de uma mesma microárea”.

Na entrevista, Parodi com seus 70 anos, apresentava falta de memória quando perguntado sobre alguns fatos mais específicos, como quando acabou o Diamante e como foi o processo de término do campo. Contudo, ele afirmou que o time tinha identidade forte com o lugar e que o término do campo acabou enfraquecendo o time, a ponto de chegar ao seu fim.

Durante toda entrevista, sempre que tinha dúvidas ou não se lembrava dos fatos, Parodi mandava perguntar ao Duda. Sobre o esquecimento de experiências, Halbwachs diz que:

No “primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria dos seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiverem mais frequentemente em contato com ele” (HALBWACHS, 2003, p.51).

Pela parceria que teve, Duda foi muito lembrado na entrevista. Assim, seguindo as orientações desse baluarte, resolvi voltar ao bar do Zé Toré para descobrir onde o Duda morava. Anotada as coordenadas, fui visitá-lo.

A entrevista com o Duda envolveu alguns códigos e cerimônias. Não foi difícil achá-lo, já que o mesmo tem um trailer de lanches na rua Evanildo Alves, na Baixa do Sapateiro. Quando cheguei, o trailer estava fechado e o mesmo me atendeu por uma pequena abertura na janela. Em um diálogo rápido, Duda pediu pra passar no dia seguinte no final da tarde. Como combinado, no dia seguinte retornei ao local e, devido a toda ansiedade com o tema, de imediato expliquei a pesquisa. Eu falava e percebia que Duda não esboçava uma reação receptiva, mesmo eu falando que morava na Maré. Não adiantou muito. Assim, lembrando das inserções de Magnani (1984) ao “pedaço”, resolvi pedir uma cerveja e fui me achegando ao grupo de senhores que conversava, inclusive com o dono do bar no meio. Nesse

processo, surgiu uma conversa sobre futebol e o campo do Minas Gerais foi mencionado. Em seguida, Duda disse para os outros senhores: “parece que o rapaz ae tá pesquisando o campo”. Nessa oportunidade de entrada, contei um pouco da pesquisa e com quem já tinha conversado. Percebi que eles se sentiram mais à vontade quando relatei que estava ali com referências do Parodi. Pronto, a partir daquele momento estávamos todos em casa.

O interessante deste movimento foi a percepção de um território simbólico que Duda apresentava. Estamos falando de um grupo de senhores que participaram de importantes experiências de lazer no bairro e que circulam frequentando os mesmo “pedaços” de lazer, o que chamo na pesquisa de “lugares de lazer e lazer topofílico” (discutirei nos capítulos seguinte), em que existem códigos de acesso e ritos de aceitação. Sobre esses processos e códigos, Magnani narrou sua inserção em um “pedaço” referente a um bar em uma zona periférica.

Acerquei-me de um grupo que trocava uma ideia animadamente no bar da padaria “Três irmãos, ao cair da tarde. Perdi uma bebida e, atento à conversa que se desenrolava ao lado, vez por outra arriscava um palpite se o tema não provocara muita polêmica, ou então confirmava com um “é isso aí”, quando interpelado diretamente pelo “é”, ou, não é?”. Introduzindo desta forma na conversa- o círculo abriu-se, permitindo a entrada no grupo- o passo seguinte foi aceitar o copo que alguém me estendeu, e, em seguida, pagar uma rodada, o que aparentemente dava-me direito a maiores intervenções (MAGNANI, 1984, p. 135).

Após muito bate papo sobre uma Maré que não existe mais, o bar foi esvaziando e Duda começou a dar mais atenção ao que eu falava e perguntava. Algo que me chamou a atenção é que, assim como Parodi, Duda também só é conhecido pelo apelido. Quando perguntei sobre o seu nome, Duda respondeu: “Meu nome é Fidelcino de Andrade. Duda. Bota Duda porque pelo nome ninguém me conhece”.

A entrevista acontecia no próprio bar/trailer e, cada vez que chegava um freguês, a entrevista era interrompida, principalmente quando era preciso preparar algum lanche, já que o bar também se apresentava como lanchonete. O que me chamou atenção de imediato era o vigor e lucidez de Duda. Ora, estamos falando de um senhor de 78 anos que ainda trabalha ativamente.

Seguindo a entrevista, Duda disse que chegou à Maré em 1948, com oito anos, e tinha nascido em Itaperuna- RJ. Também disse que morou em frente ao campo do Minas, onde hoje existe uma padaria. Ele relatou que o campo já existia e quem cuidava era um senhor chamado Zacarias. Dando mais detalhes sobre o

administrador do campo, Duda disse: “Ele tinha o time chamado Minas Gerais e, quando não tinha jogo do Minas, ele alugava o campo de manhã até a tarde antes do Minas jogar futebol”. Duda foi categórico ao dizer que o time mais antigo que ele lembrava era o Minas Gerais F.C. “Eu era criança quando ele já existia”.

Nesse momento surgiram dois importantes dados. O primeiro era que o campo já existia desde a década de 1940. O segundo era que o campo pertencia ao time do Minas Gerais e era conhecido como “Campo do Minas Gerais”. Até aquele momento, aquelas informações sobre o campo eram desconhecidas para mim. O próprio Parodi não se lembrou dessas referências que o campo tinha.

A partir daí, percebi que aquele campo tinha uma história maior do que se imaginava. Não era um mero campo de várzea, e sim um campo e time que tinham boas estruturas e eram conhecidos e respeitados já naquela época, década de 1940.

Duda deu mais detalhes sobre o campo: “Tinha tudo, tinha tudo. Era um campo de terra, mas era um campo muito bom... Era marcado na base da cal”.

Figura 8-Campo do Minas Gerais



Fonte: ACERVO MUSEU DA MARÉ, 2019.

Na base de dados do Museu da Maré foi possível encontrar uma imagem (acima) do referido campo no qual mostra, segundo Duda, o time do Minas Gerais

uniformizado e à esquerda o Seu Zacarias de vestimenta clara. Na imagem é possível ver algumas características da região, como as árvores no fundo, o chão de terra batida, uma possível baliza no fundo e um senhor com uniforme (aparentemente) militar.

Sobre a organização do campo, segundo Duda, havia uma taxa para o uso que era cobrada pelo presidente do Minas Gerais, Seu Zacarias. “É. Todos os times que fossem jogar, tá entendendo? No horário diferente pagava para o presidente para poder conservar o campo. Botar rede, organizar eventos, comprar bolas”.

Duda deu mais detalhes sobre o término do Minas Gerais e o surgimento de uma outra geração de times: “Daqui, da época até cinquenta e oito, o Minas Gerais já tinha acabado e o Vila também. Aí que surgiu Diamante Negro. É... Onze Irmãos, esse Diamante Negro, isso dessa área aqui”.

Outro detalhe é que Duda reitera o que Parodi disse sobre o campo ser o primeiro da Maré. “Aqui só tinha esse. Na Maré, na época só tinha esse. Porque aqui tudo era mangue”. De um despretenso campo de várzea surgiram diversas histórias que eram desconhecidas, até então, por grande parte dos moradores, inclusive alguns que tiveram sua vida ligada ao futebol na Maré, como o diretor do Time do Benfica, Seu David¹⁴.

Um dos registros, que deixou claro que havia uma organização e identidade daquele lugar, foi encontrado na base de dados da Biblioteca Nacional no jornal Tribuna Popular de 26/01/1947. Trata-se de uma reportagem falando de um jogo amistoso entre Humaitá F.C x Minas Gerais, no campo do Minas Gerais em Bonsucesso, que seria realizado no dia 09 de fevereiro de 1947.

¹⁴ Seu David é um antigo morador do Morro do Timbau que acompanha o futebol amador na Maré desde a década de 1970. Atualmente é diretor do time Benfica.

Figura 9-Grande Jogo no Campo do Minas Gerais

Betinho, o crack que atua nas fileiras da Associação Atlética Higienópolis está com a palavra. O jovem player, elemento de indiscutível valor técnico e defensor entusiástico do novel clube do bairro de Jardim Higienópolis, focaliza hoje, em rápidas palavras o que será o "Campeonato Popular". As suas impressões são rápidas, embora traduzam o entusiasmo que sente pela aproximação do magno certame, e que no seu pensar e de muitos militantes nos despertou, está fadado ao completo êxito.

Diz ele:

— Não tenho autorização para falar em nome dos meus companheiros de equipe, porém, posso adiantar ao meu amigo, e ponto de vista individual de quem assiste e pratica football há algum tempo. O "Campeonato Popular" será uma competição fodada ao maior sucesso, porque tem uma finalidade única: auxiliar e incentivar o desporto mais popular do Brasil, dando aos clubes reconhecidamente pobres aquilo que eles nunca tiveram: publicidade e animação. Nós jogadores vivemos na obscuridade, lutando com dificuldades para aparecer. Veio a TRIBUNA POPULAR e organizou o Campeonato. Al está a coisa que mais desejávamos. Por isso mesmo, estou solidário com tudo que está sendo elaborado e faço questão de ser um colaborador tecnicamente falando ou melhor, como auxiliar daqueles que dirigirão o certame. Da minha parte existe o maior entusiasmo possível pelo "Campeonato Popular", embora reconheça que não temos grandes possibilidades de vitória. Num confronto com quadros mais categorizados do que o nosso, de qualquer maneira estaremos firmes ao lado dos nossos co-irmãos, para prestigiar a iniciativa benemérita da TRIBUNA POPULAR. Inegavelmente o jornal amigo dos pobres e dos cracks que atuam sem publicidade. Quero ser o "fan" número um do "Campeonato Popular", terminou Betinho, que encaminhou-se rapidamente para a sua residência.

SOMENTE HOJE SEGUIRÁ O BOTAFOGO. — Devido às más condições atmosféricas da tarde de ontem, a delegação do Botafogo ficou impedida de embarcar para Belo Horizonte. Somente na manhã de hoje seguirão os alvi-negros para a capital mineira, onde hoje mesmo enfrentarão o Cruzeiro, vice-campeão local.

O Humaitá F. C. de Sampaio Prestigiará o Campeonato Popular

A visita do sr. João Dias da Silva, diretor de esportes do valoroso clube — Sua próxima visita a Bonsucesso

João Dias da Silva, é o diretor de esportes do Humaitá F. C., da estação de Sampaio. O conhecido jornalista suburbano esteve ontem, em visita à nossa redação, procurando inteirar-se dos detalhes para fazer a inscrição do seu valoroso clube no "Campeonato Popular", que será realizado no próximo mês de Março.

Em rápida palestra com um dos nossos redatores, João Dias da Silva fez comentários elogiosos para a iniciativa de TRIBUNA POPULAR, declarando que o Humaitá F. C. prestigiará amplamente a realização do maior certame que já foi organizado até agora.

— O Humaitá F. C. estará ao lado dos seus irmãos de lutas — declarou ele — e faremos tudo o possível para conseguir algumas vitórias nas lutas que a tabela marce. Estamos preparados para fazer figura no "Campeonato Popular" e honraremos o football de Sampaio.

Al está uma declaração revelada de absoluta franqueza é que serve de aviso para os outros clubes: cuidado com o poderio técnico do Humaitá F. C. de Sampaio!...

VISITARA' BONSUCESSO

No próximo dia 9 de fevereiro, a estação de Bonsucesso estará em grande movimentação. É que o Humaitá F. C. de Sampaio, visitará o campo do Minas Gerais F. C., afim de disputar uma partida amistosa.

Tratando-se de uma equipe categorizada como a do Humaitá F. C., justo se torna que o Minas Gerais intensifique os treinamentos, a fim de que possa suportar o assédio dos visitantes. Daí portanto, a razão do entusiasmo que já reina desde hoje nos domínios do Minas Gerais F. C., pela próxima visita do Humaitá F. C., de Sampaio.

Fonte: JORNAL TRIBUNA POPULAR, 26/01/1947.

Esses registros trouxeram novas e importantes (re)leituras sobre o campo que já apresentava relações estabelecidas em uma época remota da Maré. Nesse processo de pesquisa, buscando saber mais detalhes e histórias desse primeiro campo da Maré, consegui encontrar um ex-jogador do time Minas Gerais. Ele se chama Jair e tinha fama de ser um bom zagueiro. O contato surgiu novamente no bar do Zé Toré, com seu irmão. Mais uma vez tive que apresentar códigos para inserção nesse território simbólico de baluartes.

Durante algumas semanas conversei ao telefone com seu irmão que, antes de confirmar a entrevista, marcou um encontro no bar do Zé Toré. Em um típico ritual etílico em um dia de semana, pude explicar melhor a pesquisa e com ajuda e convencimento do "Zé Toré", tive o meu "passe aceito para visitar o "Velho Jairzão", como é conhecido na região.

Assim, depois do ritual etílico, consegui finalmente entrevistar o “velho Jairzão” em sua casa. Logo que vi aquele alto senhor com voz grave e um baita bom humor imaginei que iria descobrir mais coisas sobre o Campo do Minas.

No início, já fui alertado pelos familiares sobre uma possível falta de memória, por conta do seu estado de saúde, mas Jair foi se lembrando de detalhes do campo e do time Minas Gerais. Logo no começo, uma informação chamou muito a atenção. Ele disse que o time era muito respeitado na região e que começou jogando diferentes fases do time: “Joguei em diversos, desde o infantil até o time de cima”.

Além disso, Jair contou que o campo era usado para realização de outras atividades além do futebol: “Tinha festa. Tinha o time, jogava o time. Jogava o primeiro, o segundo time. Tinha festa, dava festa, diversos eventos, sabe, eles brincavam lá.” Esse registro sugere que, já na década de 1940, a Maré já apresentava atividades de lazer em espaços criados pelos próprios moradores. Além disso, corrobora com a afirmação de Duda de que havia uma taxa para uso do campo e que essa era revertida na manutenção do campo e na realização de eventos.

Quando indaguei sobre um grande jogo entre Minas Gerais x Humaitá, na Maré, Jair disse que lembrava e que nessa época ainda não jogava no time titular. “Eu assisti esse jogo porque eu não jogava, eu era mais novo. (...) ficava cheio. Quando o Minas Gerais jogava lá, ficava lotado”.

Outro fato interessante dito por Jair foi a lembrança dele sobre o time Minas Gerais. Quando perguntei desde quando se lembra do time, ele respondeu: “Existia. A gente brincava no campo. Eu tinha seis, sete anos de idade”.

Levando em conta que Jair nasceu em 1934, essa informação deu a entender que a época que ele tem recordações do campo e do time remete a 1940/1941. Para ir mais a fundo sobre a história do campo, ele mencionou o nome de Dona Iara, que era esposa de um grande jogador do Minas Gerais chamado Taica. Dona Iara mora no mesmo lugar, atrás do antigo Campo do Minas Gerais, desde a época que seu marido jogava.

A possibilidade de entrevista com Dona Iara foi marcada por dois fatores imprescindíveis, a minha relação com seu neto, pois participamos na adolescência de um mesmo grupo na paróquia da região, e a participação do ritual do cafezinho em um sábado à tarde. Assim, entre um gole e outro de café, a

entrevista com Dona lara foi marcada pelo bom humor daquela lúcida senhora de 94 anos que chegou à Maré com dois anos de idade, morou na parte mais alta do Morro do Timbau, na Rua João Magalhães, e depois foi morar com sete anos de idade na Rua Nova Jerusalém (mesma rua do campo do Minas Gerais).

Dona lara corrobora com a ideia de que o campo já existia desde o final da década de 1930. “A minha vida era isso aí. Tinha muita planta, muitas árvores, não tinha casa nenhuma aqui. Tinha umas três casas quando eu vim morar aqui. Tinha o campo e muitas coisas aconteciam lá”

Ela também contou das características da Maré naquela época. Disse sobre uma árvore antiga que é uma marca na Maré, a tamarineira da Rua Oliveira. “Ainda tem até hoje, tem a Tamarineira lá. É Arte Centenária aquela Tamarineira lá...”. Segundo Tuan (1983, p. 157), as árvores são plantadas para proporcionar mais sombra e para torná-lo mais verde, mais aprazível. Fazem parte do plano deliberado de criar lugar. Assim, a tamarineira referida por Dona lara é uma referência de localização espacial na Maré e também um símbolo identitário do lugar.

Ainda sobre o campo, por ser mulher e não praticar atividades esportivas, Dona lara falou sobre outras formas de lazer que tinham naquela época (década de 30/40). Falou sobre os banhos na praia de Maria Angu. “(...) tinha uma praiazinha aí embaixo e nós tomávamos banho aí”.

Dona lara também se referiu ao campo para falar das festas que aconteciam lá e do Sr. Zacarias, que era diretor do time Minas Gerais e administrador do campo. “Já tinha os meninos, brincava tudo ali, a gente fazia festa de São João, festa de São Pedro, era tudo fazia ali. E lá embaixo era a chácara do senhor Zacarias, uma chácara que tinha boi, tinha vaca. (...) tinha Seu João também, antigo Seu João, morava aqui, ele tinha muita cabra, muito bicho e ele matava e vendia”.

Os relatos se referem a um período antes do controle do Exército, que chegou à região em 1947 com o 1º Regimento de Carros de Combate (RCC). Por esse motivo não causa espanto saber que, antes do controle dos militares, a região tinha uma característica rural a ponto de pessoas como Sr. Zacarias criarem gado. Isso mostra que o lugar, mesmo nos primórdios da década de 1930 e 1940, já apresentava a presença de moradores, festas e atividades de lazer. Como retrata

Dona lara sobre a festa de São Pedro: “(...) a maior festa que tinha aqui era a de São Pedro, durava três dias”.

Além disso, ela apontou mais sobre a importância do campo para sociabilidade da época. Era o lugar do encontro e o time Minas Gerais movimentava a região com seus jogos recebendo visitantes e cedendo o campo para a realização de festas. “Vinha time de fora (...) tinha a festa né, eles vinham jogar. Aqui era Minas Gerais, o nosso time era Minas, o nome era Minas Gerais, eles vinham jogar com o Minas aqui”.

Dona lara contou que, já no período que a região se tornou área militar, os militares usavam algumas vezes o campo para fazer ginástica. “De vez em quando a gente via passava aí fazendo ginástica, tem gente que corria né, eles faziam a volta aqui no campo e descia pela rua dos Caetés”.

Ela também contou que a presença de mulheres na torcida era algo marcante. Disse que várias vezes foi torcer pelo seu marido Taica, que jogava no Minas Gerais. A presença de mulheres à beira do campo, referida por Dona lara, era uma marca dos jogos. Em uma das raríssimas fotos encontradas do campo é possível ver um grupo de mulheres em uma improvisada arquibancada assistindo um jogo na Figura 10, abaixo.

Figura 10-Torcida no Campo do Minas Gerais



Fonte: ACERVO MUSEU DA MARÉ, 2019.

Figura 11-Confraternização dos jogadores do Minas Gerais



Fonte: ACERVO MUSEU DA MARÉ, 2019.

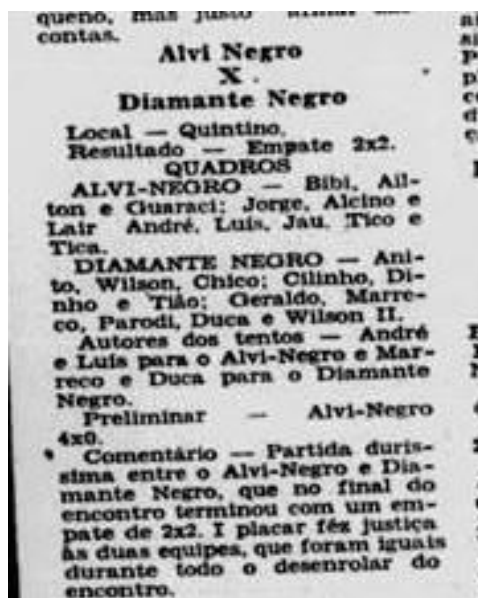
Na figura 11, Seu Taica (de camisa estampada) marido de Dona Iara, junto com seus companheiros do time Minas Gerais, exemplifica alguns relatos que fizeram menção às confraternizações do time, e aconteciam em um bar próximo à casa do Seu Zacarias. Segundo Magnani (1984, p. 139), o ritual do “mé” é uma importante sociabilidade nos campos de várzea e está muito ligado ao pertencimento do pedaço. O ritual acaba “aproximando os indivíduos através das preferências desportivas, a lembrança do encontro, um dia, em algum baile ou jogo de várzea” que aconteceu ou irá acontecer no pedaço.

Após o período do time Minas Gerais, que segundo registros das entrevistas terminou na década de 50, outros times surgiram e também fizeram uso do campo. Um dos principais times foi o Diamante Negro, no qual Duda e Parodi jogaram. Segundo Duda, o nome foi inspirado no jogador Leonidas da Silva, que também era conhecido como “Diamante Negro”, e tinha grande prestígio na época.

O Diamante ainda carrega a fama de ter sido um grande time da Maré, muitos dizem ter sido um time imbatível; e quando perguntei ao Duda sobre essa fama ele explicou que veio devido ao time ter disputado um campeonato promovido pelo jornal Tribuna da Imprensa. “O único time que aqui disputou um campeonato importante foi o Diamante Negro, que disputou campeonato da Tribuna da Imprensa”.

Voltando à base de dados da Biblioteca Nacional, foram encontrados 79 registros sobre a participação do time Diamante Negro no torneio promovido pelo jornal Tribuna da Imprensa, em 1958. Em um desses registros consta a escalação do time com Parodi e Duda, jogando juntos em um duelo contra o time Alvi Negro, em Quintino, que terminou em 2x2.

Figura 12-Escalação do Diamante Negro



Fonte: JORNAL TRIBUNA DA IMPRENSA, 1958.

O Campo Minas Gerais foi destruído em 1956/1957 para a construção da Escola Municipal IV Centenário. O campo acabou, mas as memórias aqui contadas mostraram que o lugar foi importante para a construção do bairro, em um tempo em que a Maré ainda tinha a presença dos militares que até hoje habitam esse território, seja com o exército, seja com a polícia.

3.2 Bloco carnavalesco Corações Unidos de Bonsucesso

O carnaval no Rio de Janeiro tem um papel importante que, mesmo apropriado pela indústria cultural, apresenta uma história marcada por processos de resistência e atuais processos de resiliência, como o (re)surgimento de diversos blocos pela cidade. Além disso, a história das escolas de samba perpassou por diversos territórios periféricos de onde surgiram inúmeros músicos e compositores negros, pobres, como: Cartola, Nelson Cavaquinho, entre outros. Assim, desde a

Segundo o entrevistado, a relação da Maré com o samba já era antiga e se intensificou mesmo após a destruição do campo. Duda disse que já existiam blocos carnavalescos e até Escola de Samba na região desde a década de 1960. “Tinha o Bloco a Unidos da Baixa de Sapateiro e depois fundaram a Acadêmicos de Bonsucesso, escola de Samba”.

Em pesquisa na base de dados da Biblioteca Nacional foi encontrada uma reportagem falando sobre o surgimento do Bloco como Escola de samba em 1960. A reportagem é de 20 de julho de 1960.

ACADÊMICOS DE BONSUCCESSO.

Surge no cenário do samba a Escola de Samba Acadêmicos de Bonsucesso, que pediu filiação à Confederação Brasileira de Escolas de Samba (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 20 de julho de 1960).

A escola tinha sua sede na Rua Nova Jerusalém, nº 411, em um dos acessos a Maré, e apresentou-se como um grupo remanescente de outros grupos da região. Segundo reportagem do Jornal Diário Carioca, de 7 de setembro de 1961, a Escola estava se preparando para fazer seu primeiro desfile.

ACADÊMICOS DE BONSUCCESSO

Com sede montada na Rua Nova Jerusalém 411, o Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos de Bonsucesso desfilará pela primeira vez, oficialmente, este ano sociedade carnavalesca que resultou da fusão de vários blocos do simpático bairro leopodinense, os acadêmicos de Bonsucesso elegeram para este exercício carnavalesco a seguinte diretoria: Presidente Armando da Silva; diretor de harmonia, José de Sousa, Bateria Puri, Vice presidente Sebastião Ferreira, Diretor de carnaval Coelho e pintura Geraldo Barbosa. Além da diretoria, os Acadêmicos de Bonsucesso contam com a inestimável colaboração do Carlinhos, Boa Lenhada, figura tradicional das serenatas da Avenida Nova Iorque (JORNAL DIÁRIO CARIOCA, 7 de setembro de 1961).

Além da reportagem sobre o seu surgimento, também foram encontrados outros registros que traziam informações sobre locais e datas de desfiles. A maioria dos desfiles da Escola se concentraram na Avenida Rio Branco e na Praça Onze. Os registros sobre os desfiles foram encontrados nos respectivos anos: 1961 (Avenida Rio Branco), 1962, 1963, 1964, 1965 e 1966 (Praça Onze).

Foram encontradas o total de 72 notícias sobre a Escola no período de 1960 a 1970. Uma delas, inclusive, de 9 de março de 1962, constava o resultado de um desfile na Praça Onze na qual a escola ficou em 12º lugar do Grupo III.

Figura 14-Classificação do desfile

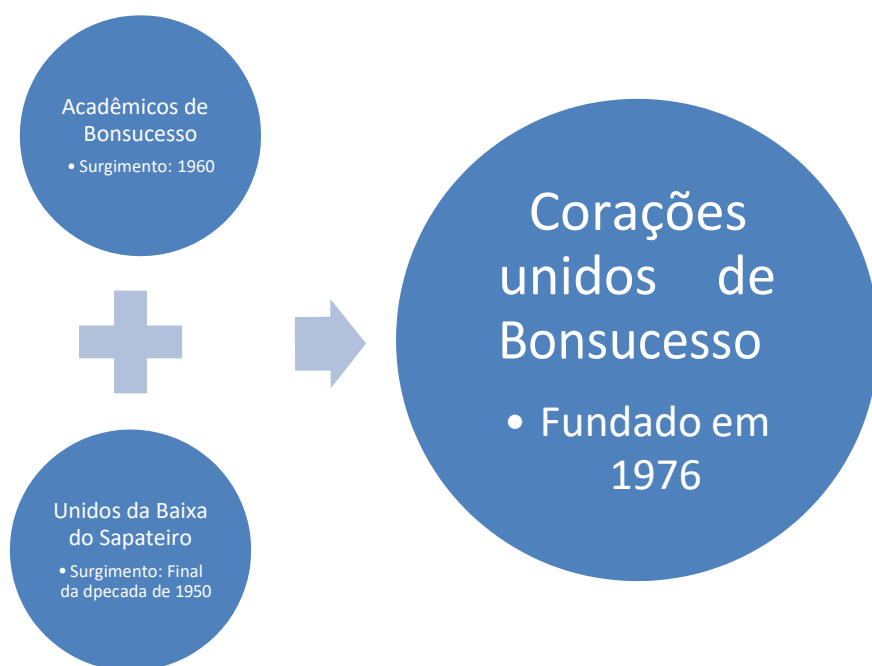
ESCOLAS DE SAMBA (Praça Onze)		
1º	Independentes do Leblon	95
2º	Unidos de Nilópolis	91
3º	Acadêmicos do Engenho da Rainha	87
4º	São Clemente	86
5º	Unidos de São Carlos	85
6º	Unidos da Ponte	78
7º	Unidos do Morro Azul	77
8º	Acadêmicos do Engenho de Dentro	76
8º	Independentes do Zumbi	76
9º	Unidos da Vila Santa Teresa	74
10º	Império de Campo Grande	66
10º	Aprendizes da Gávea	66
11º	Aprendizes da Boca do Mato	62
12º	Acadêmicos de Bonsucesso	61
13º	Unidos de Jacaré	58
13º	Em Cima da Hora	58
13º	Unidos de Eden	58
14º	Independentes de Mesquita	53

Fonte: JORNAL DIÁRIO CARIOCA, 9 de março de 1962.

Pelos registros encontrados sobre a Acadêmicos de Bonsucesso, nota-se que era uma Escola de Samba que tinha sua sede próxima à Avenida Brasil. Ela ficava ainda no acesso à Maré, isso teoricamente facilitava a participação de moradores da parte nobre do Bairro Bonsucesso. A divisão do bairro se dava pela Avenida Brasil, que era, e se mantém até os dias de hoje, usada como fronteira para definir a parte periférica da região. Assim, a Escola não subia o Morro e seus participantes mareenses é que desciam até a sede da Escola para participar dos eventos e em ensaios da mesma.

Revisitando a base de dados da Biblioteca Nacional foi possível perceber que a última publicação sobre a Escola foi no ano de 1966. Duda contou que o surgimento do Bloco Corações Unidos veio posteriormente, na década de 1970, com a junção dos integrantes remanescentes da Escola de Samba Unidos de Bonsucesso e do Bloco Unidos da Baixa do Sapateiro. “O que fez a comunidade fundar o Corações Unidos foi que em 1950 aqui tinha uma, em 1950 também tinha o bloco Unidos da Baixa de Sapateiro. Aí, mais pra frente a gente quis fundar uma Escola mais com a nossa cara”.

Figura 15-Blocos carnavalescos da Maré



Fonte: Elaboração própria.

Em pesquisa na base de dados da Biblioteca Nacional encontramos 42 registros de notícias sobre o bloco nos seguintes jornais: “A Luta Democrática (15), Jornal do Brasil (12), Jornal dos Sports (6), Tribuna da Imprensa (5), O Fluminense (3) e Última Hora (1). Em uma das reportagens, o Bloco aparece no jornal “A Luta Democrática”:

Hoje, o Bloco Corações Unidos de Bonsucesso estará realizando em sua quadra a Rua Flávia Farnese nº 132, lá mesmo em Bonsucesso, a partir das 15 horas, empolgante samba com um succulento angu à baiana. Os seus dirigentes, Duda e Dilson, por intermédio do Zé Carlos da Sotero dos Reis, estão convidando a moçada para prestigiar o evento, e como é certo a equipe de carnaval L.D não pode faltar (JORNAL A LUTA DEMOCRÁTICA, Edição 06982, 7 de fevereiro de 1976).

Duda, que foi o primeiro presidente do Bloco e participou de momentos importantes do grupo, principalmente da inauguração de sua primeira sede em um galpão na rua Flávia Farnese, disse que aconteciam muitos eventos na sede, como bailes e ensaios. Além disso, aconteciam muitos ensaios nas ruas e até mesmo na Escola IV Centenário, a mesma que foi feita onde era o Campo do Minas Gerais.

Duda contou que o Bloco acabou reunindo antigos jogadores e frequentadores do Campo do Minas Gerais. Nesse sentido, com a (re)ocupação do espaço a partir dos ensaios na Escola, mesmo em uma nova configuração espacial, que, segundo Duda, anos depois ainda era chamada pelo antigo nome (Campo do

Minas Gerais), trazia memórias e pertencimentos que se faziam importantes na memória coletiva daqueles indivíduos.

Um outro membro do Bloco, Seu Arlindo, em entrevista relatou a grande transitoriedade do Bloco, que vivia mudando os locais de ensaio constantemente: “conseguimos levar o ensaio lá pra cima (laje do Seu Alcides) e depois ele desceu de novo porque era muito apertado”.

Com o passar dos anos, devido principalmente ao aumento da violência na região, essas áreas já não eram tão atraentes para indústrias e seus terrenos acabaram perdendo valor por conta da sua proximidade com as favelas que surgiam e se estabilizaram na região.

Era comum o Bloco usar galpões abandonados para seus ensaios que acabavam aglomerando um grande número de pessoas. Segundo Arlindo, o Bloco era uma referência na região e seus ensaios eram levados a sério, pois o Bloco precisava manter sua hegemonia. “Passamos três anos sem perder e todos ajudavam nos ensaios (Biquinho, Moisés, Devanir) que vieram pra ajudar a tomar conta também, aí nós fomos levando um bocado de tempo”.

Com o passar do tempo, o Bloco resolveu realizar seus ensaios na rua, pois o número de participantes era grande e aumentava nas datas próximas ao carnaval, disse Duda. Além da preparação para o desfile, o ensaio do bloco acabou tecendo outras experiências aos moradores. Nesse sentido, o Bloco servia para movimentar a economia local e criava oportunidades de renda para crianças e adultos, principalmente os provenientes das palafitas. Sobre isso, o entrevistado Lourenço Cezar ressalta o quanto os ensaios tiveram uma importância na sua vida:

Era difícil conseguir trabalho, mas aos sábados tentávamos carregar as compras dos moradores na Feira da Teixeira e à noite eu ajudava a Dona Maria do Rock (acho que ela tinha esse apelido para se diferenciar das tantas outras “Marias” que havia no bairro. O nome Rock vinha do seu filho, que por ser muito arredo, ficou mais famoso que a mãe e assim a fez ficar conhecida.). Foi um dos trabalhos que mais sinto saudades. Nós vendíamos churrasco durante o ensaio do Bloco Corações Unidos, de Bonsucesso. Eu amava aquele clima de festa (LOURENÇO CEZAR, entrevista concedida a Diogo S. do Nascimento, em 2018).

Apesar de estarmos falando de eventos que aconteceram na década de 1960, é comum até os dias de hoje, no processo de resiliência que passam alguns blocos carnavalescos no Rio em seus ensaios e desfiles nas ruas, avistarmos um comércio local composto por pessoas de baixa renda, com um número significativo de mulheres negras e crianças/adolescentes vendendo bebidas, lanches,

churrascos, cigarros e tantas outras coisas. No relato acima podemos perceber as potencialidades econômicas que o Bloco girava na região.

Os ensaios do Corações Unidos reuniam pessoas dentro de um território marcado pela invisibilidade e pela não instalação, de fato, do Estado. Assim, a organização dos ensaios, fechamento das ruas, a organização do comércio, cabia aos próprios moradores e ao presidente Duda.

Nesse sentido, os ensaios foram construindo experiências sobre aqueles espaços, fábricas abandonadas, ruas, escolas, transformando a prática de lazer em um movimento de transformação e apropriação dos espaços, ou seja, construindo lugares de memórias e (re)construção de identidades. Nesse movimento os ensaios ganharam comércio cativo, roda de samba e transformaram-se em uma importante prática de lazer na região. Sobre as memórias dessas experiências de lazer, Lourenço Cezar disse:

Eu era fascinado mesmo pelo ensaio do Bloco dos Corações Unidos. Era sempre especial. Tanto meus vizinhos de palafita, quanto os que moravam no Morro do Timbau e tinham uma situação melhor, se juntavam naquela festa. E no final do ensaio tinha a roda de samba. Adorava ver “Inha”, irmã mais velha do meu amigo “Ninho”, entrar na roda para sambar. Apresentava uma graça, beleza e sutileza que mais parecia uma rainha. Ela dançava como ninguém e quando se juntava com seu outro irmão, Bádo, era como se dois anjos estivessem na roda. Ao longo da vida, conheci outros ritmos e estilos de música com os quais me identifiquei, mas poucos conseguem ativar minha memória como o samba que, inevitavelmente, me transporta para esse momento onde Inha e Bádo entravam na roda (LOURENÇO CEZAR, entrevista concedida a Diogo S. do Nascimento, em 2018).

A narrativa coloca o Bloco como um importante processo de cristalização de vivências de lazer e da própria construção de um protagonismo local. Na citação acima podemos perceber o quanto as vivências deixaram marcas que só fazem sentido naquele território. As rodas de samba, que foram vivenciadas ao longo dos anos, não (des)memorizaram as relações de lazer que foram tecidas na rua, no bloco; naquele lugar.

Nesse sentido, podemos apontar que os espaços de lazer abarcam vivências e memórias que, em um território favelado, criam identidades sociais em pessoas que nasceram em meio a diversos direitos negados, inclusive o próprio direito à cidade. Pessoas que tinham um papel simbólico e protagonista em seus lugares de lazer e que, assim, acabaram cristalizando momentos, práticas e experiências pelo lazer.

Segundo Mayol (1996, p. 21), esses espaços vividos e marcados pelas memórias apresentam percursos realizados pelos habitantes que ligam os lugares ao lazer. “Isto porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidas por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso”, como a dança de Inha e Bádo, citados acima.

Como disseram Duda e Arlindo, havia uma grande preocupação no Corações Unidos em manter suas raízes com o envolvimento da comunidade e com a apropriação de diferentes espaços na região. Essa ligação com a comunidade foi identificada pelo movimento dos diretores, inclusive Duda, em levar os ensaios do Bloco para dentro da favela e pela escolha de alguns enredos. No desfile de 1992, por exemplo, uma das alas fez referência a “TV Maré¹⁵”.

Contudo, o bloco acabou aproximadamente no final da década de 1990, depois de mais de duas décadas de existência. Em reportagem ao Jornal O cidadão, Cilame, que era um dos fundadores do bloco, contou um pouco da história do Corações Unidos de Bonsucesso.

O grêmio recreativo bloco Carnavalesco Corações Unidos de Bonsucesso. A agremiação surgiu em 1975. Nos 20 anos em que existiu, desfilou em vários bairros cariocas e ganhou 5 títulos, sendo um logo no primeiro ano de desfile, em Santa Cruz, quando ninguém levava muita fé. Ciro Silva, 55 anos, morador da Baixa do Sapateiro, foi mestre de bateria do bloco e ainda mantém viva na memória a história do Corações Unidos.

- O bloco Carnavalesco Corações Unidos surgiu da ideia de 5 ou 6 pessoas. Por que nessa comunidade sempre teve samba. Aqui já teve escola de samba, Acadêmicos de Bonsucesso e teve vários blocos, o Unidos da Baixa do Sapateiro, o Unidos do Caetés, o Unidos da Tamarineira e o Diamante de Bonsucesso. Essas agremiações foram acabando e depois do Diamante teve uma parada. Foi aí que surgiu o Corações Unidos, em 1975. A comunidade ajudava como podia. A gente queria que o povo saísse na agremiação. Muitos não saíam, mas iam para a avenida. A nossa galera levantava o bloco torcendo e gritando: já ganhou! Já ganhou – conta Ciro, mais conhecido como Cilame.

O carnaval do Corações Unidos teve momentos bons e ruins. O mais alegre foi o desfile na Avenida Rio Branco. O bloco já campeão duas vezes. Já um dos anos mais tristes foi o de 1978, quando houve um desentendimento no bloco, faltou fantasias e sapatos. Nesse ano a agremiação infelizmente desceu. O grupo acabou por falta de financiamento e porque vários

¹⁵ A TV Maré surgiu como uma iniciativa na CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e teve como objetivo passar a registrar problemas de infraestrutura da região. Entretanto, através da iniciativa de jovens moradores, houve reportagens que resolveram explorar as origens e identidade dos moradores.

integrantes foram removidos para outra comunidade. (JORNAL O CIDADÃO, 2003, edição 26)

Figura 16-Desfile do bloco em 1992



Fonte: ARCEVO MUSEU DA MARÉ, 2019.

Apesar de ter acabado na década de 1990, o Bloco teceu inúmeras memórias e identidades no território. Pessoas que continuam tendo um protagonismo na região por conta da sua relação com o Bloco, tais como Cilame, Duda, Arlindo e tantos outros. Além disso, podemos pensar quais construções são tecidas pelas práticas de lazer quando praticadas dentro de coletivos marcados por sociabilidades e por lugares regados de pertencimento. A memória, ainda que seja seletiva, nos ajuda a entender essa tríade (lazer, lugar, pertencimento) que tem uma grande marca nos territórios periféricos. Isso se dá pelo uso da rua e das construções físicas e simbólicas dos seus próprios espaços de lazer.

Após o término do Bloco, sua quadra foi usada para a realização de bailes charmes, shows de pagode e funk. No início dos anos 2000, o espaço foi

transformado em estacionamento e se mantém até os dias atuais com essa finalidade. Contudo, o Bloco, por ter passado por diferentes espaços, seja para ensaiar e/ou promover outros eventos, permitiu a construção das identidades em diferentes sujeitos e espaços.

Nesse sentido, podemos pensar sobre as potencialidades que o lazer, dentro de uma perspectiva coletiva, ganha a partir da sua construção de práticas culturais na periferia. Como observamos, os ensaios promoviam a transformação de alguns espaços como galpões abandonados, ruas, escolas em “lugares de lazer” e pertencimento. Assim, podemos pensar que a prática de lazer trouxe um processo de ressignificação do espaço através de processos que, a partir da prática de lazer, culminaram em relações mais íntimas com os territórios e contribuíram para outras possibilidades de desenvolvimento pessoal e social por meio da possível ocupação da cidade. Ou seja, o direito à cidade aqui era à base de repique e tamborim.

3.3 Maré de Cinema- O Cine Cinco Irmãos

Seguindo pelas ruas do Morro do Timbau, chegamos à rua Guilherme Frota. Apesar de ser paralela à rua Nova Jerusalém, que é marcada por comércios na parte alta e fábricas na parte baixa, a rua Guilherme Frota é quase que totalmente constituída por empresas e galpões que hoje servem de estacionamento.

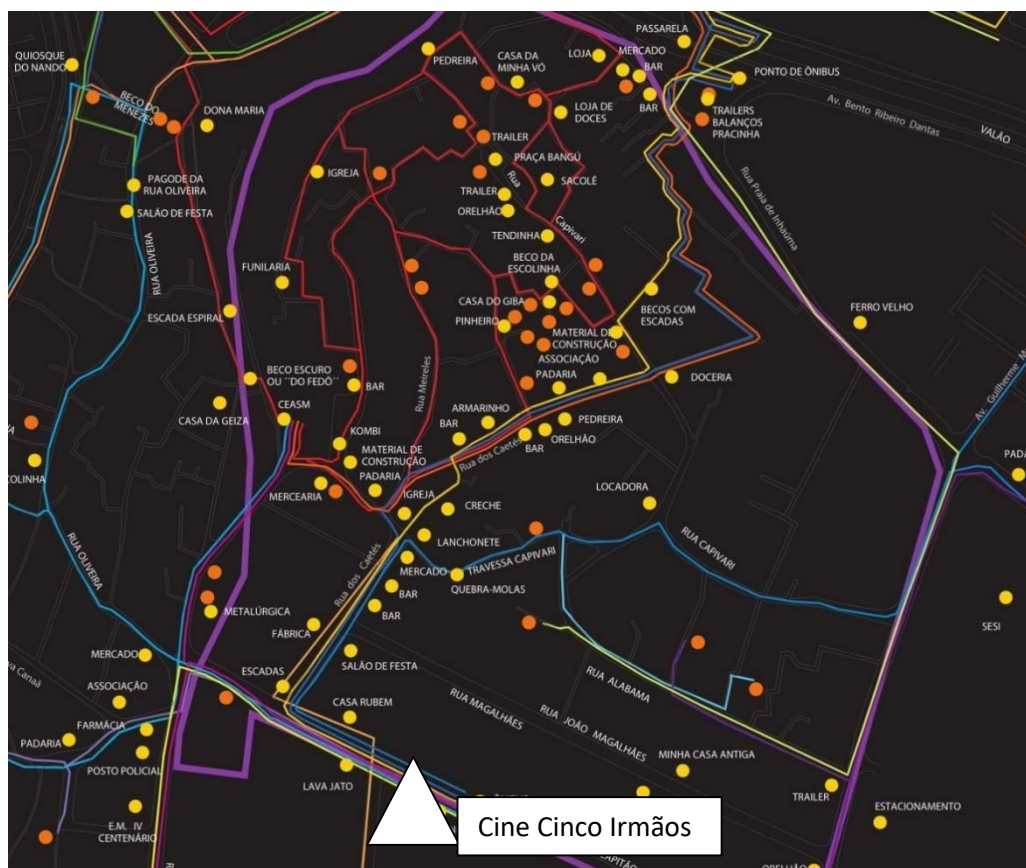
A localidade, nos dias atuais, apresenta dois pontos de comércio: um conjunto de prédios que fica próximo à Avenida Brasil (lugar fora da Maré) e algumas casas na parte alta. Além disso, a rua terminava em duas importantes empresas que existiram na região, a fábrica de cimento Quartizolit e a vinícola Garibaldi. Na verdade, inúmeros galpões, ao longo da história, marcaram aquela região da Maré. Sobre essa característica industrial na região, Abreu (1987) diz que aquelas áreas foram procuradas pela sua localização e contexto geográfico:

Toda a área próxima à Avenida Brasil foi destinada à localização fabril, além de armazéns, oficinas, garagens, respeitando-se apenas terrenos de propriedade militar. Mas essa destinação não foi disciplinada a tempo, pois a participação maior do transporte rodoviário no Brasil somente se verificou na década de 1950, tendo havido alguma antecipação pela ocupação de vastos terrenos por favelas (ABREU, 1987, p. 103).

Em frente à velha vinícola, morava o Seu Olívio, um antigo militar que devido a sua grande paixão por salas de cinemas e filmes teve a ideia de fazer um

cinema em sua casa. O cinema chamava-se Cinco Irmãos e era uma alusão aos cinco filhos que Seu Olívio tinha na época.

Figura 17- Mapa do Cine cinco irmãos



Fonte: VARELLA; BERTAZZO; JACQUES, 2002, adaptação própria.

Seu Nourival, filho do Seu Olívio, em entrevista, rememorou algumas características do seu pai. Disse que ele se tornou um militar desde muito cedo e seguiu em diferentes instituições militares:

Com a idade aí de dezesseis a dezessete anos, eu não sei qual porque ele, a farda que ele serviu foi até ser fuzileiro naval, então eu não sei em que época e não sei nem como ele se alistou, aquele troço todo. Então é uma época que pra mim é neutra. Só sei que ele foi fuzileiro naval, aliás, depois que ele botou farda ele nunca mais tirou a farda. Depois de fuzileiro naval ele foi pra guarda civil, guarda não sei o quê, guarda municipal até terminar a vida, infelizmente agente de polícia (NOURIVAL, entrevista concedida a Diogo S. do Nascimento, em 2018).

Como contou seu filho durante a entrevista, Seu Olívio foi policial da delegacia do bairro (na época Bonsucesso) e tinha como ideal da profissão zelar pela segurança da região:

Meu pai sempre prezou pela comunidade, por isso, ele sempre fez questão, se fosse transferido de delegacia, ele arrumava um peixinho no meio do caminho que ele tinha que voltar pra delegacia dele. E quando, era aquele tal negócio, ele tinha razão, ele dizia pra qualquer um, ele dizia assim: “você acham que eu vou trabalhar em outra delegacia pra quando eu chegar em casa eu ser assaltado? Então não. Eu vou ser polícia aqui na delegacia do bairro” (NOURIVAL, entrevista concedida a Diogo S. do Nascimento, em 2018).

Além de trabalhar como policial da delegacia que abrangia aquele território, Seu Olívio participava ativamente em diferentes práticas de lazer que aconteciam naquela época. Assim, apesar de não jogar bola, como frisou seu filho, ele participou da direção do time Minas Gerais e da direção de um Bloco carnavalesco chamado “Unidos do Caetés” (próxima foto).

Figura 18 - Seu Olívio



Fonte: ARQUIVO MUSEU DA MARÉ, 2019.

Segundo Seu Nourival:

O meu pai gostava muito, mas gostava muito, mas muito, muito, muito, muito de sempre ser diretor. Nunca foi bola, nunca entrou no campo de bola, agora eu tinha uns primos que batiam bola bonitinho, parente da minha mãe. Então tinha o Ailton e Cici, dois irmãos, batiam uma bola redondinha, tinha uma moçada boa na localidade do futebol, sabe como é que é, mas ninguém não chegou nunca nem a atravessar, acho que se alguém atravessou (NOURIVAL, entrevista concedida a Diogo S. do Nascimento, em 2018).

Na fala foi possível perceber um termo que tem muito significado na Maré. Estamos falando do termo “atravessar”. No relato, ele se refere diretamente ao atravessar para o outro lado da Avenida Brasil, parte mais “desenvolvida” do então

Bairro Bonsucesso que, inclusive, era um território farto de salas de cinema, lojas e diversos entretenimentos.

Como estamos falando de um território historicamente estigmatizado, que teve ao longo dos anos a construção de grandes vias (Avenida Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela) que acabaram por servir como fronteiras e delimitação da região, o termo atravessar ganhou outros simbolismos, como aponta Alvito (2001, p.32).

O termo atravessar, muitas vezes utilizado para o ato deslocar-se de uma comunidade para outra, tem um aspecto semântico extremamente interessante. Além do seu sentido literal, marcar a importância da “fronteira simbólica” que é transposta (à época da Guerra Fria, dizia-se: “ele atravessa a cortina de Ferro”; diz-se, de certo tipo de música, que “atravessa fronteiras” etc.).

Esse atravessar envolve questões sociais, já que ultrapassar a fronteira (Avenida Brasil) para o lado “visibilizado” do bairro não envolveu um simples deslocamento e sim uma possibilidade social. Talvez isso explique o orgulho que o Seu Nourival expressou ao fazer alusão à sua experiência no campo do Bonsucesso. “Eu fiz infanto-juvenil do Bonsucesso, já os meus primos que batiam uma bola redonda na época deles não jogaram no Bonsucesso”.

Essa ligação com o futebol era muito fomentada pelo seu pai, Seu Olívio, que era um dos diretores do time Minas Gerais. Além de diretor de futebol e policial, ele, ainda na década de 1950, teve a ideia de construir um cinema em sua residência. Segundo Seu Nourival, a ideia surgiu a partir das vivências dos cinemas da parte central do Bairro. Esses surgiram a partir da chegada da linha férrea Leopoldina Railway, que cortava diversos bairros vizinhos como Olaria, Ramos, Penha, entre outros.

Na década de 1930, as estações serviram de referência para a implementação de cinemas na região, os famosos cinemas da Estação. Segundo Ferraz (2014), a linha férrea teve um importante papel para o desenvolvimento dos cinemas na região da Leopoldina.

Os cinemas que existiram em frente e nos arredores das estações de trem, principalmente aquelas localizadas nos bairros que compõem a Zona da Leopoldina, subúrbio do Rio de Janeiro, marcaram a configuração urbana de toda uma região. Tais arrabaldes leopoldinenses – Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha e Brás de Pina –, urbanizados ao longo da segunda metade do século XX, se caracterizavam como locais de moradia proletária e área industrial. Além disso, durante muito tempo guardaram acentuados aspectos de ruralidade, apesar dos pequenos polos comerciais erguidos em torno das paradas da Leopoldina Railway (FERRAZ, 2014, p. 2).

Essa expansão do cinema ancorado nas estações de trem, a partir da década de 1940, trouxe diversas salas de exibição para a região. Segundo Gonzaga (1996), o surgimento dos cinemas em Bonsucesso seguiu a seguinte cronologia.

1951 – Inaugurado o Cine São Jorge, em Bonsucesso.

1952 – Inaugurado o Cinema Bonsucesso, propriedade da Cinemas Lux S. A., Rua Cardoso de Moraes, nº 96, Bonsucesso, com capacidade de 399 lugares.

1954/1955 – Inaugurado o Cinema Cinco Irmãos, na Rua Guilherme Frota, nº 516, Bonsucesso, que funcionou por toda a década dos anos 50. Projetava filmes de 16 mm

1955/56 – A companhia Cinemas Leopoldina Ltda, propriedade de Lívio Cecchini Bruni, Péricles Ribeiro Baptista Leite e Abelardo e Gennaro Acetta, que arrendaram, também, o Cinema Bonsucesso e o Cinema Penha, entrando no circuito da Leopoldina

1960 – Inaugurado o Cine Mello Bonsucesso, propriedade de Álvaro da Costa Mello, Rua Teixeira de Castro, nº 10, loja D, Bonsucesso e capacidade para 876 lugares.

1962 – Inaugurado o Cine Rio Palace, de propriedade da firma Esplendor Filmes S. A. na Rua Cardoso de Moraes, nº 400, loja D, Bonsucesso, capacidade de 2200 lugares (GONZAGA, 1996, p. 38, grifo nosso).

Todo esse fervor cinematográfico na região, com salas de grande e pequeno porte, serviu de inspiração para o Seu Olívio criar um cinema em sua própria casa, na Rua Guilherme Frota. Segundo Seu Nourival, seu pai fez um galpão para abrigar o então cinema Cinco Irmãos.

Ainda segundo seu filho, o cinema era gerido pela própria família. Seu Olívio colocava o rolo de filme de 16 mm para rodar e seus filhos ajudavam na venda de ingressos, na venda de lanches e organização do espaço. Entretanto, mesmo com 11 anos de idade, quando o cinema surgiu, em 1954, Seu Nourival colocava os rolos de filmes quando seu pai estava ausente, devido aos plantões policiais.

Eu era menor, mas eu segurava a peteca aí quando meu pai estava de plantão, aquele troço todo, era eu quem passava o filme pra freguesia, agente botava direitinho. (...) quando estava de plantão, porque ele sempre estava na delegacia local. Então ele me botou numa posição com o meu tio por parte da minha mãe, pra passar o filme quando ele não tivesse aquele troço todo e tal, eu ficava meio enrolado, mas meu tio tinha uma experienciuzinha (NOURIVAL, entrevista concedida a Diogo S. do Nascimento, em 2018).

Seu Olívio é quem era o responsável de alugar os filmes na empresa Paramount Picture em sistema de trocas, como disse seu filho: “Ah, tinha que buscar na companhia, na Paramount. Era alugado. Você chegava lá, pegava, levava um,

trazia outro, levava um, trazia outro”. Ainda segundo o entrevistado, o cinema funcionava de sexta a domingo e nos outros dias Seu Olívio ia até o centro da cidade para entregar e buscar filmes. “A sessão, se não me falha a memória, era sexta, sábado e domingo à noite. Porque na segunda, terça e quarta a gente estava buscando filme pra trazer para o Cine Cinco Irmãos”.

Pelos relatos, Olívio tinha o cuidado de fazer com que o cinema fosse um espaço confortável e organizado para os moradores que lá chegavam. Nourival contou um pouco da rotina no cinema: “Era pagamento na hora, aí, tinha sempre alguém da família, ou eu ou um irmão ou mãe, pagava na hora, pagava no guichê, tinha um guichê direitinho, tudo certinho e tal, entendeu, cadeirinha tudo arrumada, fixada”.

Infelizmente, já não há mais registros do cinema Cinco Irmãos. Segundo o neto do Seu Olívio, Alexandre Dias, havia alguns rolos de filmes e uma antiga câmera de projeção que se perderam ao serem emprestadas. Contudo, segundo Seu Nourival, ainda existem partes da construção do antigo cinema. “O piso é do cinema antigo. Onde a gente bota nosso carro”.

Na edição do Jornal “O Cidadão”, de 2003, foi publicada uma reportagem falando sobre o antigo cinema Cinco Irmãos:

Cine Cinco Irmãos

O Sr. Norival Vieira da Silva, Morador do Timbau há 60 anos, nos contou que seu pai criou um cinema no quintal de casa. O nome da “Sala” era “Cine Cinco Irmãos”. Os moradores do lugar se reuniam ansiosos para ver o último dos moicanos. Era uma festa!

O nosso cinema aqui se chamava Cine Cinco Irmãos, que nós eramos só cinco irmãos, depois é que vieram os outros dois. Do outro lado da Avenida Brasil, mais ou menos onde hoje é a Nestlé, se não me falha a memória, tinha um cineminha chamado “Vá como Pode”. Era mais antigo do que o daqui. Meu pai já fez o daqui copiando o de lá. Era mais antigo e o dono eram muito amigos, ele se chamava Quincas... meu pai desistiu disso daqui por que o serviço dele começou a acumular, por esse motivo ele não chegava na hora da sessão, Então, aqui ficava um tumulto, a garotada começava a assobiar... a gente ficava numa expectativa aqui e ele não chegava. Então, eu e meu falecido tio aprendemos e começamos a passar o filme, mas quando arrebentava a fita a gente não tinha aquela prática de fazer a colagem e isso tudo fez com que meu pai parasse o cinema (JORNAL O CIDADÃO, 2003, edição 32).

Além dos trabalhos da pesquisadora Ferraz (2014), a pesquisa de Gonzaga (1996) traz mais detalhes sobre o cine Cinco irmãos. Segundo a autora, o referido cinema existiu a partir de 1954 e comportava cerca de 500 pessoas, conforme dados apresentados no livro “Palácios e Poeiras: 100 anos de cinemas no Rio de Janeiro” (GONZAGA, 1996).

Todos esses dados remontam a grandiosidade do cinema Cinco Irmãos. Apesar de existirem raríssimos registros do cinema é possível perceber a idealização da grande utopia do Seu Olívio. Um militar que teve um importante papel no desenvolvimento de atividades culturais de lazer na região. Ele esteve diretamente ligado a três movimentos importantes (futebol, carnaval e cinema) em uma região que, ainda na década de 1950, era marcada pela precarização das moradias, tensões com os militares e segregação espacial, já que se tratava de uma região renegada do bairro de Bonsucesso.

Abordando o lazer no contexto das minorias sociais, Melo (2003, p. 55) afirma:

O lazer é uma experiência cultural que não é apenas determinada mecanicamente pela base econômica, nem tampouco é livre e idealizada. É fruto de expressão ativa de relações sociais e das lutas que se estabelecem no cotidiano das camadas populares.

Nesse sentido, sendo um importante movimento de lazer na região, segundo dados colhidos nas entrevistas, Seu Olívio e familiares conseguiram manter o cinema por uma década, oportunizando aos moradores daquela região assistirem aos filmes de grande sucesso naquela época.

Segundo Dona Lara, que além de participar das atividades no Campo do Minas Gerais, conforme já relatado anteriormente, também trouxe importantes informações sobre o cinema, o divertimento na região era escasso e as limitações financeiras acabavam inibindo a circulação pelas áreas de lazer na parte desenvolvida do, então, bairro Bonsucesso. Segundo a entrevistada; “era nosso divertimento. Aquele cinema dia de domingo na casa dele. Seu Olívio botava o telão e todo mundo se divertia. Naquela época as únicas diversões aqui eram o Campo do Minas e o Cinema”.

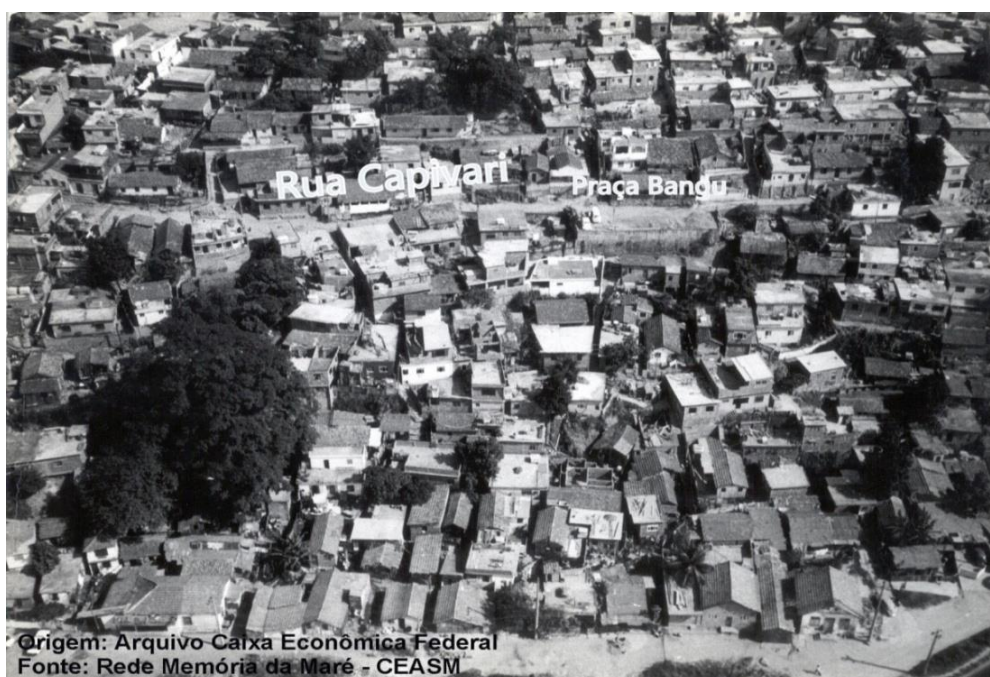
Além de oportunizar aos moradores da outra parte do bairro Bonsucesso o acesso aos filmes, o Cinema Cinco Irmãos também carrega o simbolismo de ser um dos primeiros cinemas em área favelada do Rio de Janeiro. Esse pioneirismo foi uma marca do Morro do Timbau, conforme relatou Santos; Silva (1983, p. 43): “através de uma progressiva tomada de consciência da própria situação, os moradores agiram com habilidade e trabalharam duro para melhorá-la. Com isso definiram-se a si mesmos cada vez mais”.

O Cinema Cinco Irmãos apresentou um importante movimento de resistência e autonomia da Maré. Pensar em uma favela ter um cinema ainda na

lazer. Além do Campo do Minas Gerais, surgiram outros movimentos de lazer no outro lado do Morro, que fica de frente para o Instituto Oswaldo Cruz¹⁶.

Um movimento importante foi o Arraiá do Bico Mudo, que aconteceu por décadas na Rua Capivari. Como podemos ver na imagem (20) abaixo, a região conhecida como Capivari é uma rua que desemboca na Praça Bangu. Uma das primeiras perguntas que fiz foi por que o Arraiá não acontecia na Praça Bangu, já que era uma área mais espaçosa. Essa dúvida foi sanada na entrevista com a Dona Edite¹⁷, uma das organizadoras do Arraiá. Ela disse que a Praça Bangu era um lugar perigoso na época devido à ribanceira que existia lá. Podemos confirmar na imagem (12) que a Praça Bangu tinha um grande largo e realmente uma ribanceira sem qualquer proteção.

Figura 20 - Rua Capivari



Fonte: ACERVO MUSEU DA MARÉ, 2019.

¹⁶ O Instituto Oswaldo Cruz, criado em 1899, fica localizado no Bairro Manguinhos e faz divisa com a Favela Vila do João no Bairro Maré.

¹⁷ Dona Edite, de 80 anos, é moradora da Rua Capivari desde 1956 e, junto com a sua família, ajudou a organizar o Arraiá do Bico Mudo até a década de 1980.

Segundo o jornal O Cidadão¹⁸ (Edição nº7), um dos idealizadores desse Arraiá foi o Seu Nilo Fernandes Siqueira (imagem 21), que era morador da Rua Capivari, no Morro do Timbau. Seu Nilo fez parte da história cultural do bairro durante muitos anos. Ele fez um importante trabalho com danças folclóricas envolvendo os moradores do Morro e de diferentes lugares da Maré. Danças como as pastorinhas, boi dançarino e dança do coco. Nilo aprendeu essas danças durante a 2ª Guerra Mundial, quando foi mandado para o Nordeste pelo exército. Chegando lá, ele acabou aprendendo diferentes danças. Sempre que podia, ia ver as danças das pastorinhas, Boi do Rei, chegança e outras. Lá mesmo casou-se e, com o fim da guerra, voltou para o Rio.

Figura 21 - Seu Nilo em visita ao Museu da Maré



Fonte: ARQUIVO MUSEU DA MARÉ, 2019.

Ao chegar à Maré, especificamente na Rua Capivari, Seu Nilo tratou logo de, junto com outros nordestinos, fazer uma festa para alegrar as ruas do Morro do

¹⁸ O jornal O Cidadão é um projeto da ONG Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM). Foi criado em 1999, como um instrumento de comunicação comunitária para todas as 16 favelas que formam o Conjunto de Favelas da Maré, localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro.

Timbau. A festa, que começou com uma quadrilha de roça, ficou conhecida como Arraiá do Bico Mudo e foi tradição naquela região do Morro por cerca de 25 anos.

O nome, segundo Dona Edite, surgiu de uma reunião com o intuito de promover a organização da festa. Os moradores discutiram entre si para a escolha do nome da festa na comunidade. Houve tumulto entre os organizadores por causa do nome, até que um deles esbravejou bem alto para todos que estavam na associação a fim de que ficassem quietos: "Arraiá do Bico Mudo"! Todos se calaram e foi assim que surgiu o nome do Arraiá que marcou a face sul do Morro do Timbau.

Para saber mais detalhes da festa, tive a oportunidade de entrevistar duas senhoras octogenárias, Dona Edite e Dona Neuza¹⁹, que participaram por muitos anos desse Arraiá e também fizeram parte do grupo "As Pastorinhas do Xororó". Dona Edite e Dona Neuza são irmãs e chegaram à Rua Capivari em 1951. Chegaram à Maré ainda na juventude. Segundo Dona Neuza, naquela época a região era pouco habitada. "(...) quando a gente começou morar lá só tinha a casa do Bangu, o falecido...". De imediato já foi possível elucidar a origem do nome da praça, que fica no final da Rua Capivari. A Praça Bangu foi uma homenagem que fizeram a um antigo morador conhecido como Seu Bangu, que morava em frente ao largo. Segundo o Guia de ruas da Maré (REDES, 2012), a Praça Bangu não existe oficialmente, ou seja, sua existência vem do imaginário local.

Naquela época, década de 1950, a rua Capivari era um lugar com poucas casas e ruas de barro, segundo relatos das entrevistadas. Além disso, ainda havia o problema da água. Segundo Dona Edite, só havia um ponto para pegar água, chamado de bicão, que ficava na parte baixa do Morro. "Não tinha água. A água era um bicão que tinha no começo da Capivari e a gente passava a noite todinha pegando água, entendeu, era fila. Aí o pessoal pegava água dali e a gente pegava". Nessa época, devido à grande dificuldade que era deslocar latas d'água morro acima, muitos moradores usavam o famoso rola-rola, que era um barril de vinho provindo da vinícola Garibaldi²⁰, localizada no Morro do Timbau. A balança²¹ e

¹⁹Dona Neuza, de 82 anos, foi moradora da rua Capivari desde 1956 até 2005. Irmã da dona Edite, Dona Neuza e sua família ajudaram a organizar o Arraiá do Bico Mudo até a década de 1980.

²⁰A Vinícola Garibaldi é uma cooperativa de vinhos sediada no Rio Grande do Sul que, nas décadas de 1950/60, teve uma filial na rua Capitão Carlos nas imediações do Morro do Timbau.

²¹A balança era um equipamento rústico usado para carregar água. Tinha como estrutura uma madeira, que ficava em cima dos ombros e dois baldes, um em cada lado, que formavam uma balança.

o rola-rola ajudavam os moradores a carregarem a água para diferentes áreas da Maré.

Segundo Santos; Silva (1983, p.19) a luta pela água acabava prolongando ainda mais a jornada de trabalho dos moradores que, ao chegar dos seus “trabalhos formais” tinham que carregar água morro acima:

As memórias deste tempo não são as melhores. Com o crescimento da favela os barracos ficavam cada vez mais longe da água. A vida era muito sacrificada. Os chefes de família ao chegarem do trabalho à noite tinham de sair para aproveitar o único momento em que havia água. Era preciso fazer de quatro a seis viagens carregando o “balanço” pesado para abastecer uma residência. Formava-se uma fila de pessoas indo e vindo. A noite não se podia dormir com o barulho de latas de água batendo enquanto as carregavam. Mesmo com todas as adversidades, os moradores da Rua Capivari conseguiram criar uma grande festa, organizada pela própria comunidade, naquela rua marcada por pouca infraestrutura.

Apesar das dificuldades que se apresentavam no território, o Arraiá seguiu suas comemorações ao longo dos anos. A festa tinha duas marcas importantes, as danças que eram organizadas pela criatividade do Seu Nilo e as barraquinhas, que vendiam comidas típicas. As barracas eram organizadas pelos próprios moradores, como conta Dona Neuza:

Cada um botava sua barraca e vendia o que queria, não tinha nada disso de pagar nada a ninguém não. Naquele tempo não tinha esse negócio de ambição, vai vender, vai pagar tanto né, não tinha não. Cada um botava o que queria pra vender (NEUZA, entrevista concedida a Diogo S. do Nascimento, em 2018).

O relato de Dona Edite chama a atenção para a relação de lugar estabelecida na Rua Capivari. Lugar entendido como espaço inteiramente familiar. Segundo Tuan (1983, p. 61). “O espaço fechado e humanizado é lugar. Comparado com o espaço, o lugar é um centro calmo de valores estabelecidos”. Segundo Mayol (1996, p. 23), “o lugar se refere de forma indissociável ao vivido, ao plano do imediato. E é o que pode ser apropriado pelo corpo”.

Esses valores e apropriações podem ser exemplificados pela construção do Arraiá que, como Dona Edite relatou, seguia de uma forma bem significativa para aqueles moradores pertencentes daquele pedaço, Rua Capivari e adjacências (becos e vielas daquela região).

Outra característica do Arraiá, segundo Dona Edite, era a dança das pastorinhas que, segundo ela, era o ponto alto da festa.

Pastorinha era uma dança que as garotas se vestiam de caipira, mas toda fantasia tinha e batia os negócios assim e dançava a pastorinha. Aí depois de dançar, agente dançava primeiro, depois entrava o bumba meu boi, depois entrava essa dança que eu estava falando, aí fazia um baile e

dançava até de manhã (EDITE, entrevista concedida a Diogo S. do Nascimento, em 2018).

Figura 22 - As “Pastorinhas” do Arraiá: Elza, Edite e Neusa



Fonte: ARQUIVO MUSEU DA MARÉ, 2019.

Dona Edite contou que a relação com os militares era amena. Nunca houve uma proibição de fato para a realização do Arraiá. Entretanto, havia uma ronda de militares que apareciam para acompanhar o andamento da festa. Era um evento com estrutura de som, organização de danças e barracas que durava até o dia raiar “(...) botava um som e dançava a noite todinha. Depois que dançava a caipira, que dançava o bumba meu boi, as pastorinhas, aí já amanhecia o dia era tocando música e a gente dançando, tudo vestido de caipira, dançando”.

O Arraiá era organizado e frequentado por pessoas que eram vizinhas e que também tinham graus de parentescos naturais ou tecidos dentro de uma lógica local. Dessa festa saíram muitos casamentos reais. Segundo Alvito (2001), em territórios favelados é comum encontrarmos diversos tipos de parentesco e relações amorosas dentro de uma microárea.

Muito frequentemente, namoros, e casamentos ocorrem dentro de uma mesma microárea. É escusado dizer que, quando os filhos se casam, procuram residir nas proximidades, de preferência na mesma microárea. Os

laços de amizade e vizinhança, já bastante estreitos, são assim reforçados por laços de parentesco. Isso sem falar no parentesco ritual estabelecido pela existência de “comadres” e “compadres”. Esses diferentes tipos de relacionamento concorrem para a existência de uma coesa e importante rede de solidariedade (ALVITO, 2001, p. 63).

Esse contexto se confirma na família de Dona Edite e Dona Neuza. Seus irmãos, genros, netos e sobrinhos, até meados dos anos 2000, moravam no Morro do Timbau. Dona Neuza morava em frente à casa da sua irmã, Dona Edite. Na rua ao lado morava a sua outra Irmã, Dona Elza. Já seu irmão, Seu Manoel Joaquim, foi morar no outro lado do morro. Seus filhos e netos continuaram morando no Timbau, muitos na própria Rua Capivari. Um dos filhos da Dona Edite construiu uma casa no quintal da mãe, onde mora até os dias de hoje.

Essas relações próximas dos moradores também eram explícitas na época da festa de final de ano. Nesse período, segundo Dona Edite, os moradores da Rua Capivari faziam um grande banquete comunitário. “Quando chegava natal, ano novo, fazia uma mesada aí na rua, todo mundo dava uma coisa e se confraternizava”. Quando perguntei sobre atividades e lugares que existam do outro lado do Morro (Campo do Minas Gerais), Dona Edite disse que não era comum circular por aquela área.

Agente não usava muito aquela região não, só quando tinha algum casamento, festa. Uma vez contaram uma história que tinha uma cara daqui de cima que casou, aí a festa era num barraco lá dentro, e quando chegou na hora a tábua quebrou caiu o noivo e a noiva dentro da lama (EDITE, entrevista concedida a Diogo S. do Nascimento, em 2018).

Nesse sentido, segundo Tuan (1983, p. 99), “as pessoas em um bairro conhecem bem a sua área, porém é possível que desconheçam a área ocupada por um grupo vizinho”. Ou seja, o Campo do Minas Gerais, apesar de próximo e pertencente ao Morro do Timbau, não tinha uma relação identitária com a Dona Edite. Ou seja, não era um lugar em que ela circulava ou frequentava. Esse estranhamento é uma grande marca dos micropedacinhos que compõem uma favela.

Outro detalhe que caracteriza esses micropedacinhos foi percebido nas características que enalteciam o seu lugar perante os outros. Isso era dito em alusões a histórias engraçadas abordando as características mais pobres da região, como a localidade das palafitas localizada na Baixa do Sapateiro. Sobre essas microáreas na favela, Alvito (2001, p. 73) explica:

A existência de microáreas, por exemplo, é um fenômeno comum a todas as favelas cariocas, mas a importância relativa de cada uma delas e sua ligação com características econômicas, ecológicas, históricas e identitárias variam de uma favela para outra.

Contudo, essa microárea, Morro do Timbau, é composta por vários micropedacinhos como a “Capivari”. As memórias nos mutirões para a construção de residências e da própria rua, seja como resistência ao poder dos militares e/ou como uso da rua como prática de lazer, revelou ser uma marcante identidade local. A Capivari, nesse processo, se tornou um lugar importante no desenvolvimento territorial e identitário do Morro do Timbau.

São pedacinhos da Maré que criaram sua própria característica e construção. “Cada um desses pedacinhos na verdade encerra em si uma rede de relações firmemente entrelaçadas, cujo ponto de partida é a vizinhança” (ALVITO, 2001, p. 63). Essa rede criou o Arraiá e contos que ganharam veracidade, segundo Dona Edite.

Meu marido trabalhava de noite, dizia que nesse beco aqui, quando tu desce aí que vai pra casa da Elza, diz que de meia noite, aparecia um capeta. Aí meu marido vinha meia noite, do trabalho, quando ele vem andando, andando, andando, viu um neguinho preto, um neguinho preto de uma perna só, chego a me arrepio todinha, aí ele veio andando, andando, quando ele olhou, sumiu. (*risos*). Inventava tanta coisa, mas isso foi verdade mesmo (EDITE, entrevista concedida a Diogo S. do Nascimento, em 2018).

Outro indicativo de articulação dos moradores é que a Capivari teve a instalação do prédio da Associação de Moradores do Timbau em seu território. Além disso, teve a participação de moradores nos cargos de gerência da Associação. Além do Seu Agamenon, que morou na Capivari até o seu falecimento (2019), o lugar teve como presidente da Associação o pesquisador Carlos Vieira Mayol (1996), que é filho da Dona Elza, uma das fundadoras do Arraiá do Bico Mudo. Ele exerceu o cargo de presidente da Associação de Moradores na década de 1990 e logo após participou da construção de um pré-vestibular comunitário, que logo iria se tornar o Centro de Ações Solidárias da Maré - CEASM.

Esse poder de resistência do Morro do Timbau teve um importante papel nas tessituras desse pedaço da favela. Isso justifica o Arraiá ter durado 25 anos resistindo, inclusive, ao cerceamento dos militares, à pouca infraestrutura e à própria carência dos moradores, que lutavam por direitos básicos como água, luz, calçamento, entre outros. Entretanto, alguns fatores corroboraram para o fim da festa. Sobre o fim do Arraiá, Seu Nilo, em entrevista ao Jornal Cidadão (edição nº 7),

disse que a festa acabou por causa da modernidade. “Ninguém mais queria dançar daquele jeito”. Mas, segundo Dona Edite, outros fatores foram determinantes para o término do Arraiá:

A gente foi casando, foi saindo, aí começaram a fazer, aí enfraqueceu, aí depois foi começando entrar esses bandidos e até a poucos anos tinha e agente ainda dançava. Eu me vestia de homem, todo mundo, a gente fazia uma festa. E agente quando acabava a caipira tinha um dia que a gente se vestia, as mulheres todinhas, umas se vestiam de homem, outras de mulher, brincava pra caramba. Aí depois foi que começou... No último ano foi que já tinha bandido aí, aí os bandidos veio correndo, veio correndo um atrás do outro e aí ficaram com medo de continuar as festas (EDITE, entrevista concedida a Diogo S. do Nascimento, em 2018).

Essa fala aponta para a violência que se intensificou nas décadas de 80 e 90 naquela região. Foram épocas em que o tráfico de drogas dominou as ruas, com as bocas de fumo e homens armados, e a polícia intensificou a política do confronto direto.

Segundo Alvito (2001), a década de 1980 marca uma drástica mudança na dinâmica das favelas do Rio de Janeiro.

“Tanto policiais quanto moradores de favelas são capazes de apontar um momento, situado por volta de meados da década de 1980, em que a dinâmica do tráfico de drogas modificou-se, assumindo da noite para o dia as proporções de um comércio milionário cujo controle, sem dúvida, é supralocal e até mesmo supranacional, embora a ponta mais visível (e única a ser, de forma ou de outra, reprimida) esteja localizada, entre outros sítios, nas favelas cariocas” (ALVITO, 2001, p. 60).

Se em outrora a Capivari era um lugar marcado pelas memórias de diversos episódios de resistência, de lazer e de encontro, a partir da intensificação da violência, a rua foi se tornando um lugar hostil. Isso explica a mudança do semblante da Dona Edite ao falar da substituição do Arraiá para a violência com a entrada do tráfico de drogas. “Foram entrando bandidos, aí acabou a festa”. Alvito (2001) chama a atenção para esses paradoxos das microáreas da favela.

Essas microáreas são lócus de uma memória. Ela pode ser alegre, referir-se às travessuras conjuntas, às inúmeras brigas entre eles- das quais riem muito hoje- no tempo em que todos iam assistir à televisão na única casa que tinha uma. E pode ser trágica: “bem nesse lugar aqui meu irmão tomou um tiro”. É um espaço com as marcas das relações familiares, dos entes queridos hoje ausentes: “naquela esquina eu vendia churrasquinho com a minha falecida mãe” (ALVITO, 2001, p. 67).

Nesse sentido, a violência acabara por modificar a história da rua que tinha se tornado um Lugar de Lazer importante na Maré. A partir da década de 1990, o lugar passou a ser frequentado por bandidos fortemente armados em pontos de vendas de drogas (bocas de fumo) que traziam tensões para os moradores que

circulavam naquela região. O Arraiá e as confraternizações comunitárias, a partir dessa drástica mudança, tornaram-se meras lembranças.

Ainda assim, além de resistência, o território Mareense também apresenta um importante estado de resiliência. Passada a década de 1990, período marcado por uma intensa violência e confrontos, os anos 2000 trouxeram esperanças de dias melhores. Os moradores sentiam falta de ocupar novamente suas ruas com lazer e atividades que só tinham na memória. Por isso, inspiradas no grande inventor folclorista da Maré, Seu Nilo, suas filhas resolveram resgatar o Arraiá do Bico Mudo.

Segundo Dona Edite, em 2004, organizada pelas filhas do Seu Nilo e moradores que ajudaram a criar o Arraiá, foi feita uma grande festa lembrando a famosa comemoração da década de 1950. A volta do Arraiá do Bico Mudo acabou estimulando outros moradores na criação de novos arraiás pelo Morro do Timbau. Foram registradas festas caipiras nas ruas Nova Jerusalém, Praça dos Caetés, Rua Capitão Carlos e Avenida dos Patriotas.

Porém, a violência voltou a se intensificar e houve um grande desestímulo dos moradores. Nesse processo, três anos após a sua volta, o Arraiá terminou novamente. Desde então, essas festas sumiram das ruas do Morro do Timbau. Em alguns lugares ocorreram festas em ruas como a Capitão Carlos e Nova Jerusalém, que ficavam próximas ao posto policial. Entretanto, a retirada do posto policial aumentou o território usado pelos traficantes, que passaram a circular livremente pelos lugares em que ainda aconteciam festas. Nesse sentido, acredito que a iminência de um confronto com policiais e/ou bandidos de uma facção rival, no meio de uma festa, deixa todos apreensivos.

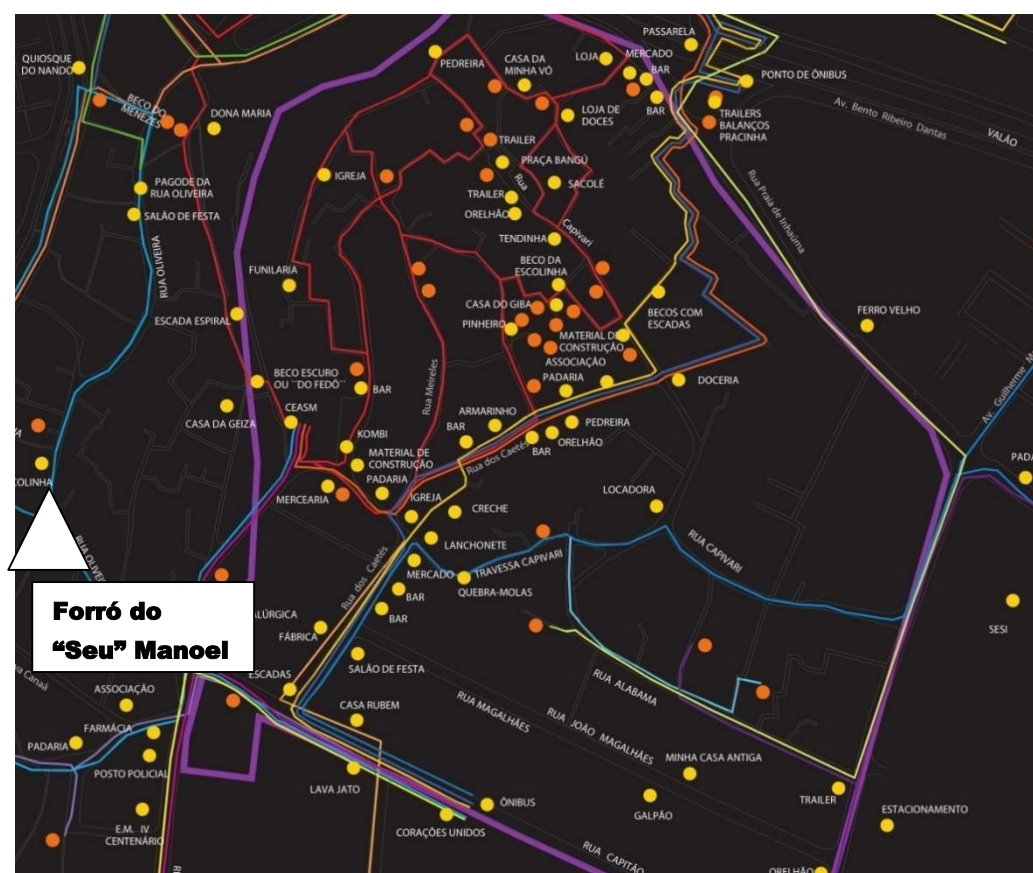
Contudo, o Arraiá apresentou-se como uma prática de lazer que sofria um grande cerceamento do Exército, e que anos mais tarde foi inibido pela violência. Mesmo assim, a festa foi uma importante prática de lazer que construiu sociabilidades e identificações com o lugar.

Nesse sentido, é possível pensarmos em um prática de lazer como processo de resistência, apropriação em que “na rua, e por esse espaço, um grupo (a própria cidade), se manifesta, aparece, apropria-se dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado” (LEFEBVRE, 1999, p. 29-30). Ou seja, o lazer na rua Capivari tinha a apropriação da rua como um processo importante de resistência e (re)existência.

3.5 O Forró do Seu Manoel Gomes

Na favela havia uma família que tinha um grande comércio. O negócio era armazém mesmo. Havia outros armazéns na favela, dois ou três mais, entretanto aquele era da preferência de todos. Vendiam tudo, até banho. O dono do armazém mandara construir alguns quartinhos de madeira do lado de fora, instalara chuveiros. Os homens, eram sempre os homens, compravam ficha e iam lá se banhar. Devia ser bom, era banho de chuveiro, como se fosse pequena chuva caindo no corpo da gente (EVARISTO, 2017, p.41).

Figura 23 - Mapa do Forró do Seu



Fonte: VARELLA; BERTAZZO; JACQUES, 2002, adaptação própria.

Retornando ao lado do Morro em que o acesso se dá pela rua Nova Jerusalém, em um trecho em que o Morro do Timbau faz fronteira com a Baixa do Sapateiro, morava um Senhor chamado Manoel Gomes, um velho conhecido de muitos moradores provindos do Nordeste que veio da cidade de Montanhas, no interior do Rio Grande do Norte- RN, por volta de 1953. Segundo relatos de sua filha Lídia, “Seu” Manoel Gomes virou uma referência para a população nordestina que chegava na cidade em busca de moradia. Sua referência foi construída por alugar ônibus para trazer os nordestinos que buscavam a sorte no Sudeste. Além disso,

criou um “barracão” que funcionava como uma espécie de hospedaria, em que homens solteiros, recém chegados, dividiam quartos e alimentação na famosa “hospedaria do Seu Manoel Gomes”.

Tornando-se uma referência para quem chegava do interior do Nordeste, principalmente do Rio Grande do Norte e Paraíba, já que sua cidade natal ficava próxima à divisa dos Estados, Manoel Gomes seguiu sua vida organizando excursões e tocando a hospedaria. Contudo, por ter seu “barracão” localizado em um ponto de grande transitoriedade (ficava localizado em uma esquina de grande circulação de moradores), posteriormente abriu um pequeno armazém que servia lanche, almoço e vendia diversos tipos de alimentos que compõem a cesta básica.

Segundo Dona Lídia, o armazém começou de maneira tímida. “Ele vendia bolo, vendia banana, vendia de tudo... Aí começou a vender mais coisinhas, tipo, um comerciozinho. Aí foi melhorando um pouquinho”.

Sobre a importância do Armazém na construção “do lugar”, Santos; Vogel (1985, p. 30) diz que “o armazém evoca espaços domésticos. É uma extensão do lar dos proprietários, que moram nos fundos. A casa tem porta que liga ao espaço comercial e um corredor que a comunica com a rua”. Esses fatores ajudaram a transformar o armazém em um espaço importante para a população nordestina que habitava a região, que posteriormente transformou-se também em um espaço voltado para os bailes de forró.

Segundo Dona Lídia, seu pai chegou ao Rio por volta de 1953. A única imagem que mostra um pedaço do Barracão do Seu Manoel Gomes, foi disponibilizada pela Dona Maria Luiza, antiga moradora do bairro, 86 anos, que desde de 1952, mora na mesma localidade que ficava em frente ao antigo barracão.

Na imagem é possível ver a rua Nova Jerusalém e um caminhão ao fundo indo buscar pedras em uma antiga pedreira que havia no alto do Morro do Timbau. Do lado direito é possível ver o Barracão do Seu Manoel Gomes e um grupo de pessoas sentadas ao lado. Na foto, que segundo Dona Maria Luiza foi tirada na década de 1950, é possível perceber quão rústica era a região. Uma localidade que não tinha luz, sistema de esgoto e havia um escasso acesso a água.

Figura 24 - Barracão do Seu Manoel Gomes



Fonte: ARCEVO PESSOAL DONA MARIA LUIZA

Era uma região da favela que foi sendo habitada por muitos nordestinos, principalmente por migrantes provindos da Paraíba e Rio Grande do Norte. Segundo Dona Marina, que chegou ao Rio na década de 1970, “era um pedaço da favela bem familiar. Quando cheguei já habitavam vários antigos vizinhos e parentes que chegaram aqui com ajuda do Manoel gomes”.

Dona Maria Luiza apontou uma outra referência para a localidade, que apesar de não ter estrutura de calçamento das ruas, ainda sim, o lugar “Era tipo um ponto de encontro do pessoal que vinha do Nordeste. Era tipo uma rodoviária. Todo mundo ia pra ali. Os que chegavam e saiam. A Dona Dina fazia uma festa quando eles tinham que viajar pro Nordeste. Era uma festa ver os ônibus chegarem e saírem de lá”. Além de viagens para o Nordeste, o lugar servia de ponto de romaria para Aparecida do Norte- SP. Ainda segundo Dona Maria Luiza, “tudo era aí no Manoel Gomes”.

Sobre os bailes de forró dentro do armazém, Dona Lúcia disse: “O forró eu sei que meu irmão ficava vendendo no bar, o pessoal vinha e despachava no bar, despachava as bebidas, e ele ficava... quando as pessoas vinham, ele ficava dentro

do bar, despachando!”. Como armazém, hospedaria e agente de viagem, Manoel Gomes conseguiu criar uma referência naquela localidade do Morro com Baixa do Sapateiro. Contudo, os bailes de forró tornaram-se um grande point dos moradores provenientes do Nordeste. Isso fez o barracão ficar pequeno com o grande número de nordestinos que vinham de diferentes partes da Maré. Ainda segundo Dona Lúdia, sem saber precisar a data, posteriormente o baile começou a ser realizado na rua todas as sextas, sábados e domingos.

Sobre a venda de bebidas alcóolicas, segundo Dona Lúdia, havia um cuidado devido as restrições impostas pelo comando dos militares que nessa época cerceavam os moradores. Sobre o documento que registrava formalmente as atribuições e deveres dos moradores e militares na região, Silva esclarece (2006, p. 76):

A repressão, os abusos e a “exploração” da favela como atividade econômica – fato que tanto indignava as autoridades da época - assumiram feições de legalidade, praticada por militares, inclusive com a emissão de recibos oficiais. Esses agentes assumiram o controle total sobre a favela e passaram a funcionar, sob o pretexto de cuidar do patrimônio da União, como verdadeiros “grileiros”. Mais uma vez, o poder público cuidou de inventar a favela. O Compromisso dos Moradores, documento que enumerava uma série de deveres e normas de conduta a serem seguidas pelos moradores, expunha os preconceitos e estigmas sobre a favela.

Nele constavam, dentre as obrigações dos moradores classificados como “locatários”, diversas proibições que atingiam diretamente os eventos promovidos pelo Seu Manoel Gomes, entre elas o uso e venda de bebidas alcóolicas e a realização de festas nas residências.

É vedado:

- 3. O uso de bebidas alcóolicas e prática de jogos proibidos.
- 9- Aos possuidores de armazém, bares etc. Vender bebidas alcóolicas.
- 26- Ao locatário dar festas em sua residência que perpetuem até altas horas da noite sem autorização do administrador (CARTA DE CONDUTA DOS MORADORES, Anexo I).

Nas entrevistas não foi possível saber se houve alguma intervenção ao estabelecimento e/ou algum acordo do Seu Manoel Gomes com os militares, contudo foram relatados que havia sim uma apreensão perante a venda desses itens proibidos e dos bailes que seguiam até a madrugada.

Segundo Dona Maria Luiza, o forró vivia “cheio de gente dançando. As “raparigueiras”, as mulheres tudo dançando. Família mesmo, vinha os paraíbas do

norte aí ficava lá dançando também, dançava com o meu pai e tudo e minha mãe aqui em casa”.

A extensão do local do forró, que acontecia dentro e fora do barracão, acabou trazendo desconforto para alguns vizinhos. Um deles, Seu Atanázio que chegou na Maré em 1954 e até hoje mora na mesma casa, que fica em frente ao antigo barracão, contou alguns detalhes sobre o forró.

“Fiz um barraco aqui e assim que conheci o Manoel Gomes. Começou a vir muita gente ao baile e o “Manel” queria aumentar o barracão. Só que iria invadir uma área que era minha e acabei tendo que conversar com ele. Acabou que o Manel desistiu da ideia”. “Sábado e domingo aí era muita gente. Uma bebedeira danada! Mas apesar de ter muita gente, não tinha briga não! (ATANÁZIO, entrevista concedida a Diogo S. do Nascimento, em 2018).

Nas entrevistas com a Dona Lídia, Seu Atanázio, Dona Marina e em diversas conversas com outros moradores da Maré que frequentaram o Forró do Seu Manoel Gomes, foi notória a narrativa de que era um importante espaço de lazer para os moradores oriundos do Nordeste. Inclusive, em todas as narrativas surgiram notícias de que o cantor e sanfoneiro Zé Gonzaga, irmão de Luiz Gonzaga, era amigo pessoal do Seu Manoel Gomes e sempre que vinha ao Rio tocava no baile de forró na Maré.

Outra narrativa importante sobre o forró, como vimos também no Arraiá do Bico Mudo, era o uso da rua como extensão da casa. O “uso da rua como sendo o uso ou a multiplicidade de usos afetivos que dela fazem” (SANTOS; VOGEL, 1985, p. 82). Ainda segundo os autores, “a apropriação de um pedaço de rua por uma atividade de lazer, é, em princípio, reconhecida como algo legítimo”. Nesse sentido, no contexto do lazer, a rua ganha uma vividez provinda de tessituras sociais que acabam construindo uma importante identidade territorial, que carrega um vínculo íntimo e afetivo em que só tem sentido naquele lugar.

Além do forró, festas caipiras também aconteciam no largo em frente ao barracão do Seu Manoel nos meses de junho e julho. Na verdade, as festas caipiras foram realizadas por décadas e terminaram na década de 1990, muito por conta da violência. Lembro-me bem que haviam barracas, pau de sebo, muita comida, bebida e danças folclóricas. Sobre a festa naquele território do Seu Manoel Gomes, o entrevistado Lourenço Cezar contou algumas características.

Cortar as bandeirinhas, colar no barbante e esticar no alto do Arraiá. Na verdade, a montagem do Arraiá é feita no final do processo, pois antes tem os ensaios que já mobilizam muitos moradores. Não sei explicar por que nunca dancei quadrilha já que era tão apaixonado, mas adorava assistir. Os

comerciantes já começavam a montar suas barracas nesse período, o que já causava um clima de festa, e se tornava parte da programação de fim de semana. Quando acabava a dança das quadrilhas, diminuía a luz e o Arraiá virava um grande salão de baile, era a hora das paqueras, namoros, encontros e desencontros. Esse era um momento em que eu conseguia uma boa grana dos meus primos mais velhos, pois eles eram muito namoradores e sempre me usavam para ajudá-los nas paqueras ou para driblar as namoradas (LOURENÇO CEZAR, entrevista concedida a Diogo S. do Nascimento, em 2018).

Relações amorosas e matrimônios eram comuns de acontecerem a partir dos bailes e festas promovidas pelo Seu Manoel. Era um percentual grande de migrantes que moravam no Timbau, “cerca de 30% indicaram os estados do Nordeste como última moradia antes de chegarem ao morro (SANTOS; VOGEL, 1985, p. 5). Pelas significações e relações de lazer, sociabilidade e pertencimento, muitos sujeitos acabavam se estabelecendo naquele pedaço do Morro.

Em todo esse tempo, o “Lugar” construído por uma imensa rede, a partir das referências simbólicas tecidas pelo Seu Manoel Gomes, criou uma territorialidade importante para a manutenção de um “lazer toponímico”, ou seja, a rodoviária, hospedaria, armazém e baile de forró representaram um lugar em que as memórias, costumes e notícias da terra natal se mantinham vivas.

O que ficou evidente nesse território construído pelo Seu Manoel Gomes é que o contexto regional marcou profundamente as dimensões espaciais da vida local onde tudo acontecia. O “Lugar de Lazer”, aqui exemplificado, que será melhor discutido no capítulo seguinte, aponta a importância de ancoradouros no processo de (re)territorialização, fruto da migração da vida rural para a vida urbana. Ancoradouros atravessados pelo lazer, pelas relações interpessoais de apoio, ajuda mútua que foram construindo um importante pertencimento àquele pedaço do Morro.

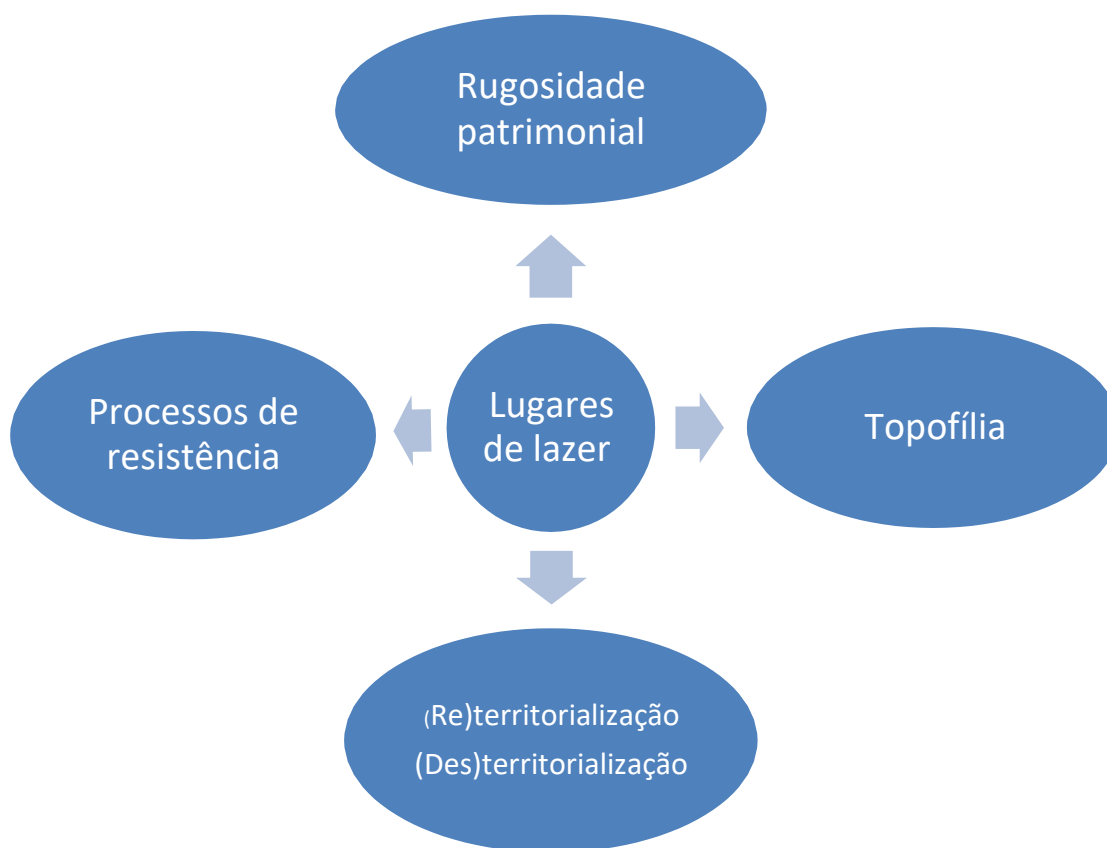
A existência desse lugar definiu-se pela circulação de saberes, pela disposição pessoal e coletiva para o lazer, para a resolução de problemas e acolhimento. Assim, através de experiências e significados importantes construídos nesse lugar, possibilitando uma melhor articulação com a nova região e com a nova cidade, lastros de cultura comunitária criaram condições para a construção de processos sociais diferenciados.

Nesse sentido, o Forró do seu Manoel Gomes ajudou a construir a conquista do lazer, da própria cultura e do território por sujeitos concretos que teimaram contra sua própria exclusão social. Todo esse processo deu sentido às

marcantes e tofílicas experiências naquele pedaço, que transformaram suas singularidades em relações de pertencimentos emblemáticas.

4 CONSIDERAÇÕES EM CURSO: (RE)DEFININDO E APONTANDO CAMINHOS.

Figura 25 - Esquema Lugares de Lazer



Elaboração própria

4.1 Espaços de lazer x lugares de lazer

Nessa pesquisa, algumas reflexões do campo do lazer dialogaram intensamente com alguns conceitos da geografia humana. Nesse capítulo, iremos discorrer sobre os conceitos geográficos (Lugar, Rugosidade Patrimonial, Espaço, Território) em uma tentativa de mostrar o quanto essas discussões se tornaram pertinentes para nós pesquisadores do lazer, principalmente para a importância dos

espaços, que aqui chamamos de “lugares de lazer”, e das indissociáveis sociabilidades tecidas nestes.

Assim, ao longo da pesquisa, alguns conceitos exemplificados no mapa conceitual acima trouxeram importantes construções para diferenciarmos “Espaços de lazer” de “Lugares de lazer”. Sobre essa diferenciação de espaço e lugar, Tuan (1983) diz que Espaço é construído por uma concepção aberta sem pertencimentos e significados.

O espaço é símbolo comum de liberdade no mundo ocidental. O espaço permanece aberto; sugere futuro e convida à ação. Do lado negativo, espaço e liberdade são uma ameaça. Ser aberto e livre é estar exposto e vulnerável. O espaço aberto não tem caminho trilhados nem sinalização, Não tem padrões estabelecidos que revele algo, é como uma folha em branco na qual se pode imprimir qualquer significado (TUAN, 1983, p. 61).

Tuan (1983) define o Espaço como algo sem marcas e aberto. Nesse sentido, podemos visualizar diversos espaços de lazer que hoje são explorados pela indústria cultural. São espaços com padrões arquitetônicos (shoppings, cinemas, teatros, casas de show, entre outros), em que a relação pessoal é marcada pela impessoalidade. “Espaços que na cidade luminosa, moderna, (...) a naturalidade do objeto técnico cria uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresa” (SANTOS, 2001, p 325).

Espaços marcados por uma imensa homogeneização que marca às zonas luminosas como “espaços de exatidão” (SANTOS, 2001). Nesse contexto, segundo Marcelino (2006, p. 69), existe uma lógica em andamento que promove a escassez de “espaços para o lazer, na perspectiva do encontro humano, em prol da maciça oferta de equipamentos para o lazer mercadoria”. Ou seja, ausência de espaços públicos de lazer acaba por corroborar para um crescimento do “lazer mercadoria”.

Assim, as práticas de lazer têm deixado de lado sociabilidades importantes para construções de pertencimentos, identidades que são indissociáveis nas tessituras dos “lugares de lazer”. Segundo Marcelino, a transformação dos espaços de lazer vem minando a possibilidade do lazer como lugar de significações coletivas.

Os tradicionais botequins são substituídos pelas lanchonetes, os fast-foods, onde o consumo é rápido, e a convivência, desestimulada. As ruas e a maioria das praças, das grandes cidades, são concebidas, quase sempre, unicamente como locais de acesso e passagem. Os condomínios verticais e horizontais buscam a ilusão da saída individual para o lar, doce, lar, construindo suas moradas como cantinho de sonho, refúgio do guerreiro,

mas têm em suas construções guaritas medievais, e fossos, com pontes elevadiças, separando as casas. E o lazer é individualizado, com profusão de piscinas e parabólicas, e bancos individuais, nos jardins, distando, em alguns casos, pelo menos dez metros uns dos outros (MARCELINO, 2006, p. 74).

Nesse sentido, podemos pensar em espaços de lazer que hoje se apresentam como fechados, racionalizados e racionalizadores (SANTOS, 2001, p. 326). Espaços em que os sentidos, tessituras e apropriação são marcados pela pacificação dos sentidos. Espaços que se apresentam “abertos” e multiuso, mas que na verdade são pseudopúblicos, como o caso dos shoppings que cerceiam, hoje, diversos encontros de jovens popularmente conhecidos como “rolezinhos”.

Ainda sobre a discussão de espaço e lugar, um outro processo que faz diferenciarmos espaços e lugares de lazer são as políticas públicas voltadas para áreas periféricas. Políticas que impõem projetos arquitetônicos destruindo/construindo espaços sem qualquer participação da comunidade envolvida, como foi o caso do Campo do Minas Gerais que acabou devido a intervenção unilateral do Estado.

Esses lugares de lazer são imprescindíveis para a população que vive historicamente à margem da cidade. Uma população que teve o seu direito à cidade cerceado por políticas que ao longo da história centralizaram equipamentos culturais em áreas mais valorizadas. Parte da cidade onde residem as classes médias e altas que “adoram anunciar a mistura de classe, mas sempre que podem prefere deixar claro a distância e a diferença, sendo constante o argumento da violência dos espaços populares” (MELO, 2003, p. 107).

Essas classes ainda atribuem, segundo Marcelino (2006, p. 75), “à cidade a função exclusiva de circulação, já que podem desfrutar de lazer em seus espaços privatizados”. Ou seja, a partir da função da cidade como espaço de circulação e trabalho, para grande parte da população empobrecida restou criar lugares e práticas de lazer em seus próprios territórios. Assim, campos de várzea, o uso da rua para atividades culturais coletivas (festas, churrascos, comemorações), acabaram por se constituir como marcas históricas dos subúrbios, periferias, favelas, aglomerados e tudo mais que é mantido à margem da cidade.

A construção do lugar envolve significados importantes e íntimos. Contudo, segundo Tuan (1983, p. 155), “a permanência é um dos elementos mais importantes na ideia de lugar. Assim, analisando a construção desses “lugares” na

ótica simbólica e cultural, foi possível conhecer os lugares de lazer enquanto um espaço que é tecido a partir de um conjunto de práticas sociais importantes para a ressignificação do território pesquisado.

4.2 Lazer Topofílico

A partir da diferenciação de espaços para lugares de lazer, o desafio se constituiu em identificar como se deu a construção desses referidos lugares. Quais relações e significados foram tecidas nesses lugares de lazer? Assim, partir da narrativa de pessoas que tiveram suas identidades sociais atravessadas por esses lugares, foi possível construir e pensar em novos significados para essa relação lazer/lugar.

Nesse sentido, entendendo o lazer como a cultura - compreendida em seu sentido mais amplo - vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível pensado como um elemento fundamental na construção dos lugares, podemos refletir sobre as tessituras que envolvem a prática do lazer na relação sujeito/ espaço. Nesse contexto, o lazer topofílico seria o processo de pertencimento e apropriação associado a um Lugar de Lazer que fomenta a formação dos sujeitos enquanto relação social. Assim, o lazer topofílico caracteriza-se pela riqueza de experiências e possibilidades socioculturais constitutivas e constituídas na trama das relações cotidianas que tecem identidades, pertencimentos no processo de ressignificação dos espaços.

É possível visualizarmos o lazer topofílico na experiência do Seu Parodi, no Campo do Minas Gerais, por exemplo. A sua chegada na Maré foi marcada pelas experiências tecidas no campo. “Assim que eu cheguei aqui, soube de um campo. Fui lá pra conhecer o povo já que não tinha nada por aqui. Subi o Morro e parece que eu não descí mais. O campo me trouxe tudo que tenho hoje”. Nesse relato podemos perceber o quanto o campo tornou-se um importante elemento de construção de sentimentos e permanência no território, ou seja, o lazer experienciado no campo serviu como um processo de construção do lugar.

Desse modo, o lazer topofílico envolve sociabilidades, permanências, experiências e identidades que “transformaram o estranho e desconhecido em um lugar familiar” (TUAN, 1983, p. 221).

Outro exemplo que podemos citar como lazer topofílico são os relatos do pesquisador Melo (2003) sobre suas experiências no Terreirão do Samba, zona central do Rio de Janeiro. Relatos que exemplificam importantes significações no processo de construção dos lugares.

Não sendo por certo membro das camadas populares, não poucas vezes fui alertado sobre o risco de tal frequência, supostamente perigosa e arriscada. (...) Nenhum dos avisos, contudo, foi suficiente para impedir-me de participar daquele espaço, onde me deliciava com uma certa “organização “desorganizada”. Barracas aparentemente precárias, com toldos de cores diversas, sempre com uma espontaneidade deliciosa, a cerveja gelada (de garrafa, pois quem bebe cerveja sabe o quanto a lata muda o paladar da bebida) e uma comida típica, simples e amistosa. Além disso, em um palco longe das melhores condições técnicas, tinha a possibilidade de assistir grandes nomes do samba carioca. Sem falar que os grupos afro da cidade organizavam apresentações informais em suas barracas, tornando mais difusa e rica a sonoridade do ambiente. Por certo foram noites e madrugadas (e às vezes dias) intermináveis e divertidos. Logo fiz amizade e tornei-me cliente fiel de um dos barraqueiros (barraca da Rose), afinal sem a barraca não há festa de largo. (...) Enfim, a barraca é um importante espaço de referência no meio daquele mundaréu de gente disposta a divertir-se. E com tantos atrativos, logo outros amigos, também da classe média, muitas vezes por mim convidados, chegaram junto e começaram a tornar-se habitués do espaço (MELO, 2003, p. 107).

Vimos nos exemplos acima a importância que o lazer tem na construção desses lugares, a partir de um olhar sobre as práticas, vivências e experiências que constroem importantes sociabilidades e identidades. Contudo, além dessa diferenciação já discutida de espaços x lugares de lazer, penso que a construção do segundo é acompanhada de um sentimento topofílico. Esse sentimento tem como raiz a topofília que, segundo Tuan (1980, p. 129), “associa sentimento com lugar”. Nessa relação do lazer com a topofília, podemos pensar nos processos que envolvem diferentes práticas de lazer que só fazem sentido em um determinado lugar. Podemos citar o boteco, o campo de várzea, a quadra, a rua, o largo, a praça, a roda de samba e tantos outros lugares significativos.

É notório pensarmos em um processo rico de pertencimentos e construções de identidades no qual estamos chamando aqui de lazer topofílico. Gomes ao falar da dimensão cultural do lazer, cita a relação Espaço - Lugar como um importante espaço de apropriação e transformação.

Espaço-Lugar, que vai além do espaço físico por ser um “local” do qual os sujeitos se apropriam no sentido de transformá-lo em ponto de encontro (consigo, com o outro e com o mundo) e de convívio social para o lazer (GOMES, 2004, p. 124).

Nessa perspectiva, o que estamos chamando de lazer topofílico são experiências culturais e sociais do lazer que constroem lugares através do “desenvolvimento pessoal e social, do encontro e da convivencialidade, do corpo, em contraposição ao lazer mercadoria” (MARCELINO, 2005, p, 70). Por ser um lugar marcado historicamente pela ocupação de famílias de baixa renda, a Maré teve que ser inventada como moradia. Muitos, inclusive, tiveram que fazer não só o teto de suas casas, mas também o chão sobre as águas.

Em todo esse percurso até se transformar em bairro, moradores fizeram suas moradias, ruas, lutaram por direitos básicos como saneamento, postos de saúde, escolas, água e o direito de ter seus “lugares de lazer”. Dos campos de várzea, ruas e bares cercados pelos militares; aos espaços impensáveis como o cinema; até mesmo a circulação pela cidade sendo promovida por um bloco carnavalesco; todas essas vivências foram marcando e transformando espaços abstratos, frios, desconhecidos, negados e homogêneos em algo familiar.

Espaços que, dentro de um contexto simbólico e cultural, foram transformando-se em lugares. Ou seja, as relações que envolvem o lazer topofílico apresentaram-se como uma experiência que só faz sentido no “lugar” como um espaço apropriado e tecido de significações.

Assim, só é possível pensarmos em um “Lugar de Lazer” a partir da vivência de um lazer topofílico. Em outras palavras, esses lugares só podem ser construídos a partir de uma relação e sentido íntimo da prática com o lugar. Portanto, o lazer topofílico se constitui como uma prática que está indissociavelmente ligada ao lugar.

4.3 Rugosidades do lazer

Assistimos ao longo da história da Maré diversos ‘lugares de lazer’ sendo violados pela visão utilitarista do espaço pelo próprio Estado. Mesmo esses lugares sendo violados pelo Estado, quando significado com alta densidade simbólica, revelam o que Pierre Nora (1984) chama de lugar de memória. Lugares que são cercados de simbolismo, rituais que permitem pensar e (re)construir narrativas, principalmente em espaços marcados historicamente pela estigmatização social.

A Mistura desse arcabouço memorial dos lugares de lazer remonta a supressão do tempo no espaço. Nesse sentido, por ser uma pesquisa histórica que

se propôs a investigar lugares que não existem mais na sua configuração material, o trabalho trouxe alguns questionamentos que dialogam com o conceito de rugosidade debatido pelo geógrafo Milton Santos (2013). Segundo o referido autor, rugosidade é:

O que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho (SANTOS, 2013, p. 91-92).

Entretanto, os resquícios materiais que ficaram dos espaços pesquisados não têm a capacidade de se caracterizar como algo que remete diretamente ao passado, já que os raríssimos resquícios dos lugares não apresentam marcas ou símbolos que expressam significados claros aos moradores contemporâneos.

Assim, percebemos que o conceito de rugosidade proposto por Santos (2013) não abrange as estruturas apresentadas pelo espaço que constituiu os lugares de lazer pesquisados. Todavia, o geógrafo Oliveira (2016) apresenta em sua tese de doutorado um importante desdobramento do conceito de rugosidade defendido por Milton Santos. O autor chama atenção para diferentes espaços que foram suprimidos, mas que ainda (re)existem em uma memória coletiva. Para definir esses espaços, o autor usa o termo “rugosidade patrimonial”.

Expressam-se materialmente como mecanismos de persuasão e reprodução das relações sociais. Ora pelo papel alegórico difundido pela agregação de uma identidade, ora pelas narrativas associadas aos desígnios dos mitos fundadores, como interesses estratégicos dos poderes ligados à produção do espaço urbano (OLIVEIRA, 2016, p. 45).

Tendo como marca a supressão do espaço, a rugosidade patrimonial se materializa aqui, nas memórias dos lugares de lazer, pois o mesmo continua a (re)existir nas memórias de antigos moradores que continuam a protagonizar identidades e remontar aquele lugar como um espaço imaterial, um espaço de memória em que o lazer vivenciado ali se mostra como rugosidade patrimonial.

Ainda sobre o conceito citado, Oliveira (2016, p. 58) chama a atenção para a riqueza dessa imaterialidade que o espaço produz.

A rugosidade patrimonial, em seu arranjo espacial absoluto mais complexo (como conjuntos de construções, núcleos urbanos, metrópoles inteiras e grandes parques naturais), ou isoladamente (monumentos, obras de arte, construções diversas), ou ainda como pressupomos a sua imaterialidade (festas, ritos, costumes e o saber-fazer) é a peça-chave para uma

consciência mais integrada e relacional do presente em relação ao passado e futuro.

Em pesquisas feitas no bairro do Catumbi, Santos; Vogel (1985) identificaram o interesse de alguns idosos em contar a história de imóveis que não existiam mais. Quem passava pela rua e via uma casa demolida ou um terreno aparentando estar abandonado, ou até mesmo um imóvel mais novo, não imaginaria que ali existia uma outra configuração do espaço que só pôde tornar-se existente a partir das memórias de antigos moradores.

Descobrimos que os primeiros informantes, em particular os mais velhos, se dedicavam a uma estranha prática arqueológica. Nas andanças que faziam conosco iam plotando no terreno toda uma arquitetura imaginária. Evocavam muros, soleiras e casarões que não existem mais. Exercitavam a memória em exercícios nostálgicos de inventariação dos teres e haveres coletivos de antigamente. Manifestavam um saber que não encontra mais vestígios onde apoiar-se. Os edifícios forma demolidos e as ruas desfeitas. Asfalto e concreto soterraram soleiras e quintais (SANTOS; VOGEL, 1985, p. 22).

Ouso dizer que muitos lugares de lazer, dentro de um contexto periférico e que já tiveram seus espaços suprimidos, têm uma grande chance se construírem como “rugosidades patrimoniais”. Digo isso porque os espaços periféricos, ao longo dos anos, tiveram como grande marca diversas políticas de cerceamento do Estado. Seja para construir/destruir espaços públicos unilateralmente; seja para remover os “subcidadãos” que habitavam esses territórios.

Nesse processo, muitos lugares de lazer que já não existem mais, continuam a (re)existir dentro de uma junção indissociável da relação entre memória e identidade. Essas rugosidades patrimoniais acabam por reavivar identidades de pessoas que só tem a memória como lembrança do que foi vivido nos lugares de lazer. Lugares que, segundo Tuan (1983, p. 207) “fortalecem o passado que precisa ser resgatado e tornado acessível”.

4.4 Lugares de lazer, espaços de resistência

Esses “lugares de lazer” pesquisados na tese nunca estiveram lá como dever do Estado, mas afirmam-se pelas relações de pertencimento e ação coletiva da comunidade. Apresentam-se, assim, como um importante processo de resistência. Para refletir sobre a prática social do lazer como um processo de resistência, podemos citar o Arraiá do Bico Mudo e o Forró do Seu Manoel Gomes,

que surgiram em meio a um grande cerceamento militar na região, como já referido na pesquisa. Assim, o Arraiá e o Forró aconteceram em ruas, territórios, que se constituíram por uma rica territorialidade marcada por “redes de parentescos e reciprocidade humana com bases na cooperação (ZIBECHI, 2015, p.54).

Dessa forma, essas práticas de lazer se configuraram como territórios que (re)existiram às tensões impostas de maneira arbitrária pelo poder público, e que viram no uso da rua a possibilidade de construir um direito social ao lazer. Nesse processo, Dona Edite, Dona Elza, Dona Neuza, Seu Nilo, Seu Manoel Gomes e tantos outros construíram na rua um território simbólico que criou “lugares de lazer” tecidos por ricos processos de resistência.

Segundo Melo (2003, p. 55):

Longe de estarem desorganizadas, as camadas populares têm uma organização própria, que lhes permitem inclusive entabular estratégias de resistência, embora muitas vezes estas não estejam vinculadas à política em seu sentido clássico”.

As tessituras sociais construídas no Arraiá, por exemplo, mostraram que aquela prática de lazer só fazia sentido naquele lugar, mais especificadamente, no meio da rua, já que nessa parte da rua (meio da rua) moravam os idealizadores da festa, Dona Edite, Dona Neuza e Seu Nilo. Além do Arraiá, na outra parte da Morro, Manoel Gomes marcava simbolicamente parte da rua como um importante Lugar de Lazer e resistência da comunidade nordestina. Essas configurações espaciais dizem muito sobre as identidades que são criadas a partir das práticas de lazer, ou seja, estamos diante de um bom exemplo do que se configura como lazer topofílico.

Nesse sentido, acredito que seja importante, principalmente em territórios favelados, aprofundarmos os olhares sobre o lazer como uma prática de resistência. Trazendo essa discussão para os dias atuais em que grande parte da população sofre com o aumento das “violências” no país e ainda luta pelo direito à cidade, chamo a atenção para aguçarmos nossos olhares sobre as práticas de lazer/resistência nesses territórios marginalizados.

Como vimos, ocupar e morar nesses territórios sempre foi marcado por processos de resistência, processos esses que, todavia, incluiu a necessidade de criar a rua como uma extensão da casa e o lazer como experiência que produz um território possível. Assim, a criação de lugares de lazer e resistência trouxe o sentimento de pertença ao território em sujeitos historicamente marcados por processos de migração e remoção ao longo da história.

Contudo, retomando a discussão de lazer/lugar, podemos pensar nessas práticas coletivas de lazer, tecidas sob um indissociável sentimento de pertença social e territorial que envolvem, inclusive, processos de territorialidade, (re)territorialização e topofília, que só fazem sentido quando vivenciadas dentro de um recorte territorial marcado por um “apego ao lugar”, em que a participação do sujeito se dá não só na prática de uma atividade de lazer, mas, sobretudo, na sua relação com um lazer/identidade praticado em um lugar marcado por processos de significações (TUAN, 1983, p. 286).

Nessa perspectiva, o lazer topofílico, debatido acima acaba por fomentar processos de resistência. Assim, podemos pensar sobre as configurações identitárias que corroboram para a construção de um protagonismo local fomentado a partir de uma prática de lazer vivenciada em um território afetivo e de construções afetivas para além do capital.

Observamos também que a construção de um Lugar de Lazer consolida relações que são muito comuns aos moradores dos subúrbios, favelas, aglomerados, periferias que ainda apresentam uma forte ligação e sociabilidade com o “lugar” que moram. Nesse sentido, as práticas de lazer se apresentam como um grande referencial, pois a participação dos sujeitos na prática de um lazer coletivo, muitas vezes, não consiste apenas no uso do espaço. Consiste também na manutenção e até mesmo na construção e ressignificação do espaço.

E dessas margens podemos observar o quanto os lugares de lazer dentro do Morro do Timbau e suas fronteiras externaram potencialidades indissociáveis às práticas de lazer em um âmbito coletivo. Nessa perspectiva, o “lazer resistência” carrega uma indissociável relação lazer/lugar que acabou construindo um importante sentido de pertença territorial.

4.5 Lugares de lazer e territorialidade(s)

Pensando sobre a influência da migração nordestina na construção cultural do Bairro, podemos refletir sobre outros significados que atravessaram a construção desses “lugares de lazer”. Um deles é o de (re)territorialização, defendido por Haesbaert (1997). Esse conceito, como vimos nos subcapítulos sobre o Baile do seu Manoel Gomes e o Arraiá do Bico Mudo, aborda elementos

importantes para entender a construção de lugares de lazer como processos de fortalecimento de culturas regionais e grupos étnicos.

Através da análise desses lugares de lazer, foi possível perceber esse processo como um território material, bar/armazém/rodoviária e baile de forró do Seu Manoel Gomes, que se tornou uma referência para a população nordestina que habitava a região. E como um território imaterial, como o Arraiá do Bico Mudo que através de festas, ritos e costumes, fortaleceu e criou uma (re)territorialização por meio da construção de práticas de lazer intimamente ligadas àquele lugar.

O processo de identificação territorial provindo de grupos de migrantes, apresentam algumas características que foram amplamente discutidas nos estudos de Haesbaert (1997, 2007). Por se tratarem de migrantes, é notório observar que por lógicas capitalistas de desenvolvimento do país na época, muitos nordestinos tiveram que largar suas terras para tentar a sorte no sudeste do país. A chegada em um novo espaço com configuração cultural extremamente diferente acabou constituindo no migrante um sentimento de desterritorialização, que significa “a ausência de uma identificação com o espaço vivido” (HAESBAERT, 1997, p.48).

Ainda sobre o processo de desterritorialização, Luiz Gonzaga transformou em canção os versos feitos por Patativa Assaré que expressam bem o processo de desterritorialização que passou o povo migrante nordestino.

A Triste Partida (Trecho)

Patativa Assaré

Chegaram em São Paulo
Sem cobre quebrado
E o pobre acanhado
Percura um patrão
(Meu Deus, meu Deus)
Só vê cara estranha
De estranha gente
Tudo é diferente
Do caro torrão
(Ai, ai, ai, ai)
Trabaia dois ano
Três ano e mais ano
E sempre nos plano
De um dia voltar
(Meu Deus, meu Deus)
Mas nunca ele pode
Só vive devendo
E assim vai sofrendo
É sofrer sem parar
(Ai, ai, ai, ai)

Se alguma notícia
 Das banda do norte
 Tem ele por sorte
 O gosto de ouvir
 (Meu Deus, meu Deus)
 Lhe bate no peito
 Saudade de móio
 E as água nos zóio
 Começa a cair
 (Ai, ai, ai, ai)

Esse sentimento de desterritorialização acabou transformando a hospedaria/ mercearia, rodoviária e baile de Forró do Manoel Gomes em um espaço de (re)territorialização. Segundo Haesbaert (1997), o processo de (re)territorialização consiste na “formação de novos territórios através de uma reapropriação política e/ou simbólica do espaço, incluindo aí a conjugação de redes de caráter mais local e centrípetas” (HAESBAERT, 1997, p. 117).

Nesse contexto, a Maré, especificadamente o território criado pelo Seu Manoel Gomes, teceram redes que acabaram construindo um espaço produzido de territorialização.

Só podemos admitir que existam identidade de algum modo “fundadas” pelo território se partimos da concepção de espaço produzido, de territorialização como um processo de re-produção social que incorpora tanto uma dimensão concreta quando simbólica, uma série de características socialmente produzidas/vividas (HAESBAERT, 1997, p.50).

A produção referida trouxe o fortalecimento de costumes, crenças, identidades e a tessitura de uma grande rede que serviu como um “processo de (re)territorialização, ou seja, de formação de novos territórios” (HAESBARTH, 1997, p.94). Nessa (re)territorialização, o espaço foi passando por processos de familiarização e construção de laços afetivos que Tuan (1980) chama de topofília, uma construção “em que a consciência pelo passado é um elemento importante no amor pelo lugar” (TUAN.1980, p. 114).

Além da construção de um “Lugar de Lazer” e referência identitária para os migrantes nordestinos da região, Manoel Gomes usava o baile na rua em frente a sua residência para discutir questões ligadas a associação de moradores, tanto que, segundo seu Atanázio, o mesmo participou da eleição para associação de moradores.

Sua participação na Associação tinha como objetivo criar uma maior representatividade da rede nordestina daquele “território” da Maré, já que era um ator social importante na construção da territorialidade naquela região. Segundo

Melo (2003, p. 19), apesar de ser um espaço marcado por festividade, o lazer também pode criar espaços, inclusive, de subversões:

A vida festiva tem seu valor reconhecido não só como válvula de escape, mas como manutenção da pressão, da coesão, também como subversão. Os momentos de diversão são eivados tanto pros elementos de manutenção quando de contestação da ordem. Mais ainda, como tempo/espaço de vivência cultural, seria local privilegiado para compreender como erudito e o popular se cruza.

Sobre o interesse de Manoel Gomes em participar de um processo eleitoral para a associação de moradores, segundo Haesbaert (1997), em estudos sobre a migração sulista ao nordeste, uma das características dos migrantes em fortalecer seu processo identitário, mesmo estando em outra região do país, era exercer nos processos eleitorais o “voto étnico”. Ainda segundo o autor, trata-se de “uma nova forma de representação política em que candidatos migrantes disputavam o voto de seus conterrâneos, como uma forma de campanha, apelavam para o interesse étnico comum” (HAESBAERT, 1997, p. 236).

Com os votos de seus “conterrâneos”, Manoel Gomes conseguiu participar de chapas eleitorais vencedoras para a Associação de Moradores. Contudo, seu espírito de animador cultural acabou vencendo e ele seguiu realizando forrós, festa juninas e excursões até a década de 1990.

Nesse contexto, podemos pensar na importância que os lugares de lazer têm nos processos de (re)territorialização. Práticas de lazer que estão intrinsicamente ligadas aos lugares, lazer tofófilico, que são praticadas trazendo consigo toda a construção simbólica sobre o lugar, a memória e a própria identidade que, segundo Haesbaert (1997, p. 33), “são sempre configuradas tanto em relação ao nosso passado, à nossa memória e imaginação, isto é, à sua dimensão histórica, quanto em relação ao nosso presente, ao entorno espacial que vivenciamos, isto é, à sua dimensão geográfica”.

Essa (re)territorialização está diretamente ligada com a construção identitária. Partindo do princípio de que as identidades são fontes de significados para os próprios atores, tendo o poder como parâmetro, Castells (1999) propõe três categorizações de identidade: identidade legitimadora, com um caráter essencialista, instituída pelas instituições dominantes; identidade de resistência, que representam os grupos contra-hegemônicos e identidades de projeto, que diz respeito à perspectiva construtivista das identidades onde os atores constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade. Nesse sentido, podemos

pensar o lazer nas dimensões identitárias de resistência e projeto onde o “Lugar de Lazer” é territorializado, apropriado e resistido.

Para Zaluar (1985, p.144), a identidade dos favelados se forma a partir da atuação nas diversas esferas de seu lugar de moradia: associações de moradores, praças, bares, agremiações recreativas-culturais-esportivas. Em que pese a heterogeneidade econômica que possa existir numa favela, a homogeneidade das múltiplas práticas e vivência cotidiana num mesmo lugar cria e renova os seus símbolos de identidade. As situações em que são colocados na categoria de subalternos, bem como as estratégias de resistência a estas situações, forjam laços que não são fixos nem definitivos, mas estão constantemente sendo renovados e reinterpretados.

Nessa perspectiva, ousa afirmar que esses lugares são mais fáceis de identificar nas periferias, favelas, aglomerados, assentamentos. Isso porque esses lugares carregam saberes que os sujeitos têm acerca do que vivem, do que lutam, do que sofrem, do que se divertem. Tessituras que não são menores, nem menos qualificadas, mas constitutiva de olhares e experiências que se produzem pelas relações e vivências das vidas provindas das silenciadas periferias. Assim, entendendo esses espaços como “lugares de lazer”, abre-se o olhar para o saber do outro, que no caso da pesquisa é o sujeito marcado historicamente pela estigmatização e empobrecimento da sua cultura; do seu lazer, do seu lugar.

Assim, acredito que os lugares de lazer, dentro do contexto periférico, em que nessa época o morador criava e fazia a manutenção de suas áreas de lazer (não que hoje seja diferente), apresenta uma íntima relação na qual, para alguns, é difícil dissociar mesmo quando o lugar não existe mais. Os apelidos, que criam identidades, as oportunidade de emprego e profissão, os arranjos matrimoniais construídos, as amizades e tantas outras relações, como vimos no Arraiá do Bico Mudo, no Campo do Minas Gerais, no Forró do Seu Manoel Gomes, no Cine Cinco Irmãos e no Bloco do Corações Unidos de Bonsucesso, mostram o quanto esses lugares de lazer continuam a tecer processos de identidade importantes e que hoje se materializam em rugosidades patrimoniais e territorialidades.

Pensar em lugares de lazer que não existem mais materialmente, mas que ainda existem dentro de um contexto simbólico, é entender a importância desses lugares na construção do território que, segundo Araújo e Haesbaert (2007, p. 37) “é construído entre material e imaterial, funcional e simbólico.

Vale ressaltar que estamos falando de um território que é historicamente massacrado por imagens sociais negativas e estigmatizantes. Valorizar outras construções e narrativas para além da violência, é entender que mesmo com a configuração territorial marcada por políticas de remoção, de destruição dos espaços (principalmente os lugares de lazer pelo Estado), esses territórios são ricos em tessituras sociais que constroem importantes processos de valorização da memória coletiva.

O Lugar de Lazer aqui defendido, se coloca como um importante elemento dessas rugosidades que trazem relações que ressignificam os territórios perante todos os estigmas sociais que Estado, mídia e “asfalto” pregam. Territorialidades que acabam por (re)construir um direito à memória nos territórios em que “policiar e urbanizar é mesma coisa” (FOUCAULT, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser uma das fases mais importantes do trabalho, sinto dificuldades em classificar como “conclusão” os dizeres que irei discorrer a seguir. Estudar o território que você nasceu e viveu a vida inteira é realmente incrível. Em todo esse período da pesquisa, confesso que foram muitos dias virando noites no audacioso “Cometa” rumo à UFMG. Foram tantos outros subindo e descendo o Morro, percorrendo os indícios que se apresentavam na pesquisa. Barulho de helicópteros e agentes do Estado revistando minha mochila de livros, anotações e um “perigoso” gravador também acompanharam esse processo.

Além dos ricos e incomensuráveis aprendizados que vivenciei na UFMG, tive a oportunidade de (re)conhecer territórios comandados por senhores de cabelos brancos, muitas rugas e histórias sobre a Maré. Assim, fui remontando um espaço que eu achava que conhecia. Achava que aqueles senhores, que eu conhecia pelos seus apelidos, tinham vivido em uma Maré não tão diferente da que eu já vivi.

Em um tempo em que muitas coisas nos passam e nada nos acontece, confesso que a pesquisa foi daquelas experiências que atravessam e tocam profundamente a alma. Assim, todo o trabalho foi me transformando em um sujeito de experiência que, como diz, Larrosa: caminha em “espaços onde tem lugar os acontecimentos” (LARROSA, 2015, p.25). Mesmo não tendo vivenciado os lugares de lazer que pesquisei, pude sentir a importância dos mesmos nas narrativas que, depois de surgidas, invocaram um olhar arqueológico nas minhas andanças pelo Bairro.

A pesquisa despertou em mim uma “escrevivência”, como diz Conceição Evaristo. Nesse caminhar, muitas prosas que formalmente são chamadas de entrevistas remontaram o imaginário dessa Maré que insurgiu e territorializou-se a partir de uma forte ideia de “lugar de direitos”. Uma Maré que não aceitou desde os seus primórdios a pacificação dos seus sentidos. Por tudo que escutei e senti nessas tantas prosas, insisto nesse lazer/ resistência e nesse lazer topofílico que (re)existem em tantas favelas no país.

Um lazer que me ativou inúmeras memórias do Beco da Praça com um futebol que por várias vezes foi interrompido por operações policiais, do campo do

Picolé na Vila do Pinheiro, do futebol de veteranos no campo da Vila, da ciclovia que existia na Baixa e dos inúmeros jogos “contras” que existiam entre a galera do Beco e a galera da pracinha. Memórias de um lazer tofílico que construiu em mim sentidos e significados em um corpo chagado pela violência Estatal.

Um corpo favelado visto pela sociedade de duas formas equivocadas – a paternalista e a conservadora. As duas apresentam, de forma pouco construtiva, uma interpretação preconceituosa e estereotipada da favela e dos favelados. E o que fica evidenciado em maior flagrante é o desconhecimento das histórias de lutas, resistência cultural e política desenvolvidas nesses espaços a partir do sentimento de pertencimento e identidade dos moradores.

Se pensarmos nos lazes surgidos no contexto periférico podemos citar o samba, que surgiu nos Morros e Subúrbios da cidade e que, até hoje, exaltam lugares e pertencimentos. A canção “o meu lugar”, do compositor Arlindo Cruz, narra diferentes características do Bairro Madureira e chama a atenção do que na tese chamamos de Lazer Topofílico.

Nesse sentido, a presente investigação se inspirou nos estudos sobre o espaço vivido, que aqui chamamos de “lugares de lazer”, no qual pudemos trazer para a discussão a importância da dimensão simbólica do espaço em que se desenvolvem as práticas de lazer. Tais experiências com o espaço acabaram por corroborar para a construção dos “lugares de lazer” como “lugares memoráveis”.

Essa perspectiva apresentou as influências que o lazer tem na relação sujeito/espaço, ampliando assim as dimensões e sentidos do lazer para a sua construção afetiva e memorável com o espaço. Como vimos, na discussão do capítulo anterior, o espaço, perpassando pela prática de lazer, acaba por transformar-se em algo mais íntimo e pertencente ao indivíduo, o qual nomeamos de lugares de lazer.

Com isso, a prática de lazer acaba por alinhar-se a elementos como o enraizamento e os laços afetivos presentes nos agrupamentos sociais tecidos com os solos onde suas vidas se manifestam. Nesse sentido, percebemos que as marcas, as rugosidades, os pertencimentos aos lugares de lazer são importantes elementos para entender melhor as tessituras sociais que são construídas nos territórios periféricos.

Além disso, o respectivo trabalho buscou trazer reflexões sobre a riqueza da construção dos lugares de lazer, em um contexto periférico, com o

intuito de contribuir para o entendimento sobre as relações simbólicas e estigmatizantes que acabam por determinar a percepção do poder público sobre as Favelas. Esta relação invariavelmente se dá no campo simbólico, onde se trava a luta política pela imposição, como vimos desde a década 1950, com a destruição do Campo do Minas Gerais, no cerceamento que existia no Arraiá do Bico Mudo e no Forró do Seu Manoel Gomes, mediada sempre por conflitos, tentativas de controle e pacificação dos sentidos, de ações Estatais que estão em permanente disputa neste campo. Acredito, assim, que essa luta simbólica, que aqui chamamos de “direito aos lugares de lazer”, possa se tratar de um processo importante na compreensão daqueles mobilizados para a (re)construção de Lugares e, em particular, a Favela.

Não obstante, a pesquisa sobre os lugares de lazer expôs um pouco do histórico das intervenções governamentais nas Favelas do Rio de Janeiro, que historicamente se apresentaram como ações que inibiram expressões simbólicas e afetivas, e se materializam por intensas relações de poder que se mantém até os dias atuais. Logo, mesmo tendo passado cerca de 70/80 anos dos primeiros registros das ações arbitrárias no Morro do Timbau, ainda assistimos ações do Estado que continuam oprimindo os diversos agrupamentos territoriais presentes nas áreas faveladas.

Por conseguinte, é preciso avançarmos para uma ressignificação do olhar para a Favela. Penso que esse novo olhar deve levar em conta as construções e sociabilidades tecidas nos lugares de lazer. Contudo, isso irá depender de onde se olha e para onde se olha, e a análise deve garantir de quem são esses olhares ou quem realiza essas leituras. Nas palavras de Harvey (2003, p. 22), “as possibilidades político-econômicas da reconstrução de lugares estão coloridas pela maneira evolutiva da representação dos lugares”. Para o autor, materialidade, representação e imaginação não são mundos separados; nessa recusa à segmentação do conhecimento do espaço reside a força da construção do lugar.

Nesse sentido, o lazer topofílico, as rugosidades do lazer e o Lugar de Lazer como processo de resistência tecem um complexo intercâmbio entre a transformação material e o simbolismo cultural, entre a transformação simbólica dos espaços em lugares, e a própria construção de identidades. Desse modo, essas representações ligadas aos lugares de lazer são também carregadas de

intencionalidade que visam à produção de efeitos na realidade social favelada. A construção dessas intencionalidades opera necessariamente como um importante e relevante processo, que dão relevância a alguns aspectos simbólicos, respondendo ao universo especial de interesses dos sujeitos que a (re)constroem.

Assim, os sujeitos e os lugares de lazer circulam no âmbito de um "campo simbólico", que ao produzir um objeto material na periferia, um campo, um cinema, um bloco, um armazém, produzem também a maneira como será consumido por meio das práticas simbólicas que produzem o objeto sob a forma de discurso, imagem e afetividade. A reelaboração simbólica desses lugares reproduz a realidade social e, por essa razão, tal realidade é também constituída ou determinada pela própria atividade de pertencimento.

Por todas essas memórias e pertencimentos que a pesquisa reavivou, esse trabalho apontou reflexões acerca das relações que envolvem os lugares de lazer em um local periférico, principalmente em um período em que esses espaços eram construídos e mantidos pelos próprios moradores. Observamos aqui inúmeras ligações que enriquecem os objetivos sociais do lazer. Como vimos, relações de pertencimento, resistência, rugosidade, territorialidade e topofília adicionam mais dimensões sociais aos estudos e reflexões no campo do lazer.

Por fim, a pesquisa nasceu dessa sede de publicizar os fios que ligam as memórias às histórias que permeiam e constituem o lugar onde nasci, cresci, vivo e me (re)construo como um sujeito social. Assim, essa pesquisa se caracteriza como um singelo gesto de militância que se soma a outras diversas ações de muitos moradores que lutaram e lutam para que o pertencimento a esse espaço, impregnado de estigmatização e preconceitos, seja transformado em conscientização, empoderamento e luta pela cidadania, a que nos foi historicamente negada e nos é contemporaneamente assassinada.

MARIELLE FRANCO, PRESENTE!

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHA, 1987.
- ALVITO, Marcos. Um bicho de sete cabeças. *In*: _____. **As cores de Acari**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério. **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.
- BAHIA, Mirleide Chaar; FIGUEIREDO, Silvio Lima. Os espaços verdes e os equipamentos de lazer: um panorama de Belém. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 11, n. 2, 2008.
- BLOG da Escola Municipal IV Centenário. Disponível em: <<http://emivcentenario.blogspot.com/p/historico.html>>. Acesso em: 19 mar. 2018.
- BURGOS, Miria Suzana *et al.* Atividades culturais, esportivas e de lazer de adultos. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 16, n. 2, 2013.
- CAIAFA, J; FERRAZ, T. Comunicação e sociabilidade nos cinemas de estação, cineclubes e multiplex do subúrbio carioca da Leopoldina. **Galaxia**, São Paulo, Online, n. 24, p. 127-140, dez. 2012. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/viewFile/10374/9431>>. Acesso em: 13 abr. 2018
- CALDAS, Carolina Drumond Porto; SILVA, Luciano Pereira da. **Sentidos e significados da participação em projetos sociais de lazer para a juventude do aglomerado da Serra: trajetórias e expectativas**. 2017. 200 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/BUBD-ARLQ55>>. Acesso em: 4 out. 2017.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri *et al.* **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CEASM. Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré. Censo Maré 2000: Quem somos? Disponível em: <<http://www.ceasm.org.br/abertura/05redes/05observ/censo.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

COSTA, Karla Tereza Ocelli; DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira. **Vem que hoje é dia de festa: corpo, território e ancestralidade nas festas da Comunidade Quilombola Carrapatos da Tabatinga - Bom Despacho, MG.** 2017. 134 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Disponível em:

<<http://hdl.handle.net/1843/EEFF-BB6FZ6>>. Acesso em: 2 mai. 2019.

DE ANDRADE, Carolina Paes. A importância de um grande equipamento de lazer na periferia de São Paulo: o SESC Itaquera e os jovens que vivem em seus arredores. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 13, n. 2, 2010.

DE ANDRADE, Carolina Paes; MARCELLINO, Nelson Carvalho. O lazer, a periferia da metrópole e os jovens: algumas relações. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 14, n. 2, 2011.

DOS SANTOS, Edmilson. Experimentando as juventudes num bairro segregado. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 13, n. 2, 2010.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória.** Higienópolis-RJ: Pallas Editora, 2017.

FAUSTINI, Marcus Vinícius. **Guia afetivo da periferia.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

FERRAZ, Talitha Gomes. Os lugares dos cinemas no subúrbio carioca da Leopoldina: falências, usos e destinos. **Contemporânea, Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia**, v. 13.1: 193-209, 2014.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, agosto de 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 de maio de 2019.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população.** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). **Capítulos da memória do urbanismo carioca.** Rio de Janeiro: Edições Folha Seca, 2002.

GOMES, Christianne Luce. **Dicionário crítico do lazer.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

GONZAGA, A. (1996). **Palácios e Poeiras :100 anos de cinema no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Funarte; Record.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste.** Niterói, EDUFF, 1997.

HALBWACHS, M. A Memória Coletiva. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, p. 133, 1990.

HARVEY, David. **A arte de lucrar: globalização, monopólio e exploração da cultura. Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2003, 139-171.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/panorama>>. Acesso em 10 de março de 2017.

JUNIOR, N. J. **A construção do sentimento local: o futebol nos arrabaldes de Andaraí e Bangu (1914-1923)**. 2012. 126f. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Rio de Janeiro, 2012.

KANITZ, RCM. **Capoeira angola na favela: juventudes, sentidos e redes sociais**. 2011. 152 f. 2011. Tese (doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, 2011.

KANITZ, Roberto C. Malcher. Capoeira angola na favela: juventudes, sentidos e redes sociais. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 14, n. 4, 2011.

KANITZ, Roberto Carmargo Malcher. Os Angoleiros da Favela: Um Olhar sobre Lazer, Juventude e Violência. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 19, n. 2, p. 199-225, 2016.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 de maio de 2018.

_____. **Tremores: escritos sobre experiência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1990.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1999.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Unesp, 1984.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **"O lazer e os espaços na cidade."** Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG (2006): 65-92.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Repertório de Atividades de Recreação e Lazer: Para hotéis, acampamentos, prefeituras, clubes e outros**. Campinas-SP: Papirus Editora, 2005.

MARIANO, Stéphanie Helena. Políticas públicas de lazer em cidades de pequeno porte de regiões metropolitanas. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 11, n. 1, 2008.

MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre (orgs.). **A invenção do cotidiano 2 - Morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996

MEIRELLES, Renato; Celso Athayde. **Um país chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Gente Liv e Edit Ltda, 2014.

MELO, Victor A. **Lazer e minorias sociais**. São Paulo: IBRASA, 2003

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O significado social e para a saúde da violência contra crianças e adolescentes. In: **Violência e criança**. São Paulo: Edusp, 2002. p. 95-114.

MOLL, Jaqueline. **Histórias de vida, histórias de escola: elementos para uma pedagogia da cidade**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2000

MORIN, Edgar. **A noção de sujeito. Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 45-58, 1996.

OLIVEIRA, Rafael Fabricio de. **De aldeamento jesuítico a periferia metropolitana: Carapicuíba/SP como rugosidade patrimonial**. 2016. xiii, 378 f. Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Departamento de Geografia. Brasília, 2016.

PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Lícia. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. **O futuro das metrópoles**, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000.

REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ. Disponível em http://redesdamare.org.br/?page_id=2429, Acesso em 01/07/2017.

SANTOS JUNIOR, Nei Jorge; JORGE, Nei. **A vida divertida suburbana: representações, identidades e tensões em um arrabalde chamado Bangu (1895-1929)**. 2017, 230 f. Tese (doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, 2017.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; SILVA, Maria Lais Pereira da. **O Morro do Timbau**. Relatório de pesquisa para o HABITAT/ONU. Rio de Janeiro, 1984, mimeo.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa**. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, Milton. Salvador: centro e centralidade na cidade contemporânea. In: GOMES, Marco Aurélio Filgueiras (org.) **Pelo Pelô: História, Cultura e idade**. Salvador: UFBA, 1995, p.11-29.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3.ed. 1. Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. (2000) Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. **Espaço do Cidadão: O Vol. 8**. São Paulo: Edusp, 2007.

SARTO, Karina Cristofolletti; MARCELLINO, Nelson Carvalho. Retratos da vida: relatos dos jovens do dança comunidade. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 11, n. 3, 2008.

SILVA, Alexandre Dias da. **"As águas da Maré encontram-se ao rio: a construção de uma memória coletiva para a Maré, diálogos e tensões"**. 2006. 80 f." Monografia (graduação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. **Maré: a invenção de um bairro**. 2006, 238 f. Dissertação (mestrado), Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Eliana Sousa. **O contexto das práticas policiais nas favelas da Maré: a busca de novos caminhos a partir de seus protagonistas**. 2009, 450 f. Tese (doutorado), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Departamento de Serviço Social. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.

SILVA, Leonardo Toledo. **As crianças e o brincar em suas práticas sociais: o Aglomerado da Serra/BH como contexto de aprendizagem**. 2011, 120 f., enc.:il. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal De Minas Gerais, 2011.

SOUZA E SILVA, Jaílson de & BARBOSA, Jorge Luiz (Org). **O que é a favela afinal?** Rio de Janeiro. Observatório de Favelas, 2009.

TOLOCKA, Rute Estanislava et al. Como brincar pode auxiliar no desenvolvimento de crianças pré-escolares. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 12, n. 1, 2009.

TUAN, Yi-Fu. **"Espaço e lugar: a perspectiva da experiência/tradução de Livia de Oliveira"**. São Paulo: DIFEL (1983): 76-299.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VALLADARES, L. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

VALLADARES, L. E PRETECEILLE, E. 2000. "Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca". In: Queiroz, L.C. **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Observatório/Ed. Revan/Fase.

VARELLA, Drauzio; BERTAZZO, Ivaldo; JACQUES, Paola Berenstein. **Maré: vida na favela**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

VIANA, Iara Felix. **Mulheres negras e baile funk: sexualidade, violência e lazer**. 2013. 216 f. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, 2013.

VIEIRA, António Carlos Pinto; VIEIRA, Marcelo Pinto. **A História da Maré**. Rio de Janeiro: Museu da Maré, 2004.

VIEIRA, António Carlos Pinto. A história da Maré em capítulos. Rio de Janeiro: Rede Memória da Maré—CEASM, 2002.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

ZIBECHI, Raul. **Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora 2015.

ANEXO I - Carta de conduta do Exército para os moradores do Morro do



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

1.º BATALHÃO DE CARROS DE COMBATE

ADMINISTRAÇÃO DOS TERRENOS DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, SITUADOS NO MORRO DO TIMBAU E PRAIA DE INHAUMA.

«COMPROMISSO DOS MORADORES»

Comprometo-me a reconhecer e a cumprir as normas e determinações que são comuns a todos os moradores dos Terrenos do Ministério do Exército, situados nos Morro do Timbau e Praia de Inhauma, e de que passei recibo de ciência na ficha controle em / / 19

A — Considerando:

- 1 — que os Terrenos do Ministério do Exército, situados no Morro do Timbau e Praia de Inhauma, são próprios da União e não devem ser destinados à residências.
- 2 — que não há o menor interesse para o Ministério do Exército, em conservar as residências no citado Terreno uma vez que só trazem problemas quer de ordens administrativas ou disciplinares.
- 3 — que a Administração é feita por um oficial designado pelo Comandante do 1.º Batalhão de Carros de Combate, e que acumula com suas funções normais de tropa, sem tempo suficiente para dar assistência compatível com a função em foco.
- 4 — que os moradores residem em terrenos que não estão sujeitos nenhum amparo legal para sua permanência, uma vez que moram de favor, sem ao menos o reconhecimento do SPU.
- 5 — que só não são despejados pelo Ministério do Exército, sumariamente em consideração a situação alitica de escassês de residências para as pessoas pobres na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.
- 6 — que por ser área militar, próxima de quartéis, há necessidade de vigorar em seu interior uma disciplina quase idêntica a de um corpo de tropa.
- 7 — que essa disciplina até hoje só trouxe benefícios a área em foco, convivendo-se de uma maneira bem diferente das tremendas favelas que cercam a região em pauta.
- 8 — que o policiamento ostensivo feito com sargentos, cabos e soldados do 1.º Batalhão de Carros de Combate, só tem trazido benefícios e segurança para os moradores da região.

B — Reconhecendo :

- 1 — a autoridade da «Administração dos Terrenos do Ministério do Exército, situados no Morro do Timbau e Praia Inhauma», e ciente de sua localização no Quartel do 1.º Batalhão de Carros de Combate, na Avenida Brasil em Bonsucesso.
- 2 — que morando de favor nos citados Terrenos só possuem direitos sobre seus haveres, alvenarias ou madeirames de suas construções.
- 3 — o direito do Administrador possui, de entrar a qualquer momento nas dependências da moradia sem autorização antecipada, desde que seja com a finalidade de fiscalizar a execução deste compromisso,
- 4 — que as melhorias autorizadas a construir servirão unicamente para melhorar as condições de habitabilidade, sendo feitas por conta e risco do morador, sem o mínimo valor para futuras medidas disciplinares que se tornem necessárias.
- 5 — a necessidade de haver um documento capaz de detalhar as obrigações a que estão sujeitos os moradores dos Terrenos em foco.

Timbau

6 — que tudo que se refere ao morador será designado nestas obrigações como «locatário» sendo que a região será chamada de «Terrenos» e a Administração de «locador ou Administrador».

13 — ao locatário permitir em sua residência casais não casados civilmente sem justo motivo, crianças sem certidão de nascimento, adultos sem documentos que os identifiquem e jovens sem certificados de alistamento.

14 — ao locatário permitir em sua residência a criação de animais capazes de transmitir doenças e epidemias, ou mesmo daqueles que trazem ao local cheiros, imundices ou barulhos.

15 — ao locatário permitir em sua residência a permanência por mais de sete dias, sem autorização do Administrador, de qualquer pessoa parente ou não, além dos citados como dependentes na ficha.

16 — ao locatário fazer obras em sua residência sem autorização do Administrador.

17 — ao locatário ou a qualquer membro de sua residência concorrer para discórdia ou desarmonia entre moradores dos Terrenos.

18 — ao locatário ou a qualquer membro de sua residência a mentir quando inquirido pelo pessoal da Administração sobre assuntos de carácter administrativo.

19 — ao locatário apresentar queixa ou parte sem fundamento.

20 — ao locatário fazer qualquer transação pecuniária sem o respectivo recibo capaz de provar que a venda foi legal.

21 — ao locatário ou a qualquer membro de sua moradia vagar ou passear pelos logradouros e ruas dos Terrenos depois das 23 horas sem justo motivo.

22 — ao locatário deixar de atender a obrigação alimentar ou moral da família, assim como deixar de se responsabilizar perante a Administração por qualquer caso dos demais moradores de sua residência.

23 — ao locatário comprar, vender ou ter em seu poder objetos roubados.

24 — ao locatário desrespeitar convenções sociais, ofender os bons costumes com atos, palavras ou gestos, travar disputas, rixas ou luta corporal no interior dos Terrenos.

25 — ao locatário instalar negócios em sua moradia sem autorização antecipada do Administrador.

26 — ao locatário dar festas em sua residência que perdurem até altas horas da noite sem autorização antecipada do Administrador.

27 — ao locatário e aos membros de sua moradia ter pouco asseio próprio ou com as dependências de sua residência.

Qualquer desrespeito às normas acima, levarão o locatário a expulsão sumária juntamente com os demais moradores de sua residência em 48 horas sem outros direitos senão os inerentes a sua propriedade sobre o material da moradia e os seus haveres que deverão ser retirados no prazo acima citado.

Além destas normas os locatários estão obrigados a cumprir os itens abaixo discriminados:

O locatário está obrigado a:

1 — informar corretamente os dados destinados ao completamento da ficha controle, arquivada na Administração e cuja cópia será guardada com todo cuidado e sempre pronta a ser consultada pela Administração ou pelos Sgt's de Serviço aos Terrenos, devendo, sempre que vier ao Batalhão cuidar de qualquer assunto referente aos Terrenos, trazê-la consigo

2 — a comunicar imediatamente ao Administrador toda e qualquer falta ou irregularidade, e quando for o caso de polícia deverão providenciar a Rádio Patrulha, ou levar o caso à presença do Delegado sem esquecer que a jurisdição dos Terrenos é de forum civil, porém tão logo sana-la a situação deverão ir à presença do Administrador.

3 — a vacinar anualmente as crianças e a cuidar das doenças que atacarem os membros de sua moradia.

4 — a construir tubulações de águas servidas quer no interior de sua residência, quer na rua em que reside

5 — a construir dentro das suas possibilidades fossas, privadas e cozinhas em suas moradias.

6 — procurar melhorar continuamente as condições de habitabilidade de suas moradias.

7 — limpar cuidadosamente todas as dependências de suas moradias assim como a rua ou logradouro em que elas se situam.

8 — a pintar na frente de sua moradia o n.º do PV correspondente, de uma maneira decente e visível.

9 — a ler ou ouvir com atenção este compromisso a fim de ficar ciente de todos os deveres a que estão sujeitos enquanto residirem nesses Terrenos.

IMPORTANTE — Os locatários, desde que haja necessidade, a critério exclusivo do Administrador, deverá abandonar o local em que reside, e para isso será-lhe dado um prazo de trinta dias.

AGRADEÇO AO LOCATÁRIO, CERTO DE QUE, COM A ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO NA FICHA CONTROLE ARQUIVADA NA ADMINISTRAÇÃO MUITO IRÁ CONTRIBUIR, COMO JÁ VEM FAZENDO A LONGO TEMPO, PARA SOCÊGO E O BEM ESTAR NOS TERRENOS DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, SITUADOS NO MORRO DO TIMBAU E PRAIA DE INHAUMA.

Quartel em Bonsucesso, de de 19

Administrador.

ANEXO II- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Prezado(a) Voluntário(a),

É com grande prazer que convidamos você para participar da pesquisa: “Maré de tempo livre: memórias e identidades dos “lugares” de Lazer no Complexo da Maré.”, desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais sob a responsabilidade científica do Prof. Dr. Rafael Fortes Soares, com a participação do doutorando Diogo Silva do Nascimento.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as memórias e as identidades que foram tecidas nos espaços de lazer da Maré.

Esclarecemos que sua participação é voluntária sem qualquer tipo de remuneração financeira ou despesas e que a sua identidade não será revelada publicamente. Com relação aos riscos, as questões poderão abordar seu cotidiano de trabalho, o que pode gerar algum tipo de situação indesejável por parte de seus gestores ou colegas e caso você sinta algum desconforto, intimidação ou constrangimento moral, terá total liberdade para não responder alguma pergunta ou interromper o questionário quando e como quiser, sem qualquer tipo de prejuízo. Além disso, você tem garantido o direito de não aceitar participar ou cancelar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação pela sua decisão.

Este termo de consentimento encontra-se em duas vias originais, com espaços para assinatura, estando uma delas arquivada pelo pesquisador responsável e a outra fornecida a você. Todas as informações coletadas receberão um tratamento ético de confidencialidade e serão utilizados somente na pesquisa, sendo mantidas sob sigilo da pesquisa no campus UFMG Pampulha, na Av. Antônio Carlos, 6627 – Faculdade de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional EEEFTO – Sala 3 – telefone (31)3409-2335, por um período de cinco anos e após este tempo serão destruídas. Você terá total liberdade para esclarecer qualquer dúvida através do pesquisador responsável, pelo telefone (31) 3409-2335 ou por e-mail rafa.fortes@gmail.com.

A pesquisa foi previamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEP/UFMG). Para obter mais esclarecimentos sobre as questões éticas, o COEP está localizado em Belo Horizonte no campus UFMG Pampulha, na Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Adm. II, 2º Andar, sala 2005 – CEP:31270-901– telefone: (31)3409-4592.

Se você entendeu a proposta do trabalho e concorda em participar como voluntário(a), solicitamos que nos conceda a seguir o seu consentimento formal.

Desde já agradecemos pela compreensão e voluntariedade,

Rafael Fortes Soares
Diogo Silva do Nascimento

Pesquisador Responsável

Pesquisador Doutorando

Av. Antonio Carlos 6627 – EEFTO – Sala 3
Av. Antonio Carlos 6627 – EEFTO – Sala 3
31270-901 – Belo Horizonte – MG
31270-901 – Belo Horizonte – MG
Fone: (31)3409-2335
Fone: (31)3409-2335
e-mail: rafa.fortes@gmail.com
e-mail: dyogo.edu@hotmail.com

TERMO DE ACEITAÇÃO - AUTORIZAÇÃO

Nome Completo:

E-mail:

Identidade nº.:

Local: Data: ____/____/____

Declaro que aceito participar da pesquisa intitulada “Maré de tempo livre: memórias e identidades dos “lugares” de Lazer no Complexo da Maré.”. Declaro ter conhecimento das informações contidas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação.

Adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios deste estudo. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinada pelos pesquisadores e por mim, e me foi dada a oportunidade de esclarecer as minhas dúvidas.

Portanto, livremente dou o meu consentimento para a realização da coleta de dados,

Assinatura do(a) Voluntário(a)

ANEXO III – Roteiro de perguntas para o Ex-Presidente da Associação do Morro do Timbau

I. ROTEIRO DE ENTREVISTA (PRESIDENTE)

1. Identificação

1- Nome completo (tem apelido)

2- Data de nascimento/idade

3- Lugar de nascimento

4- Endereço atual

5- Formação intelectual e profissional (inclusive dentro da Associação de moradores do Timbau)

2. Sobre a história do Morro do Timbau:

1- Quando chegou a Maré? Qual comunidade morou? Qual idade tinha?

2- Por que, a Maré? Era perto do trabalho, perto da família?

3. Logo com a sua chegada a Maré, o que as pessoas faziam para se divertir?

4. Como era o lazer naquele tempo?

5. Quais áreas eram usadas para o lazer?

6. A igreja promovia momentos de lazer? Os terreiros de macumba? As escolas? O exército? A Associação? O Bloco de carnaval? O Município? O Estado? O governo federal? Os Políticos? Os Comerciantes? Os donos de chiqueiro? Os donos de fábricas? O SESI?

7. Hoje em dia as pessoas possuem o hábito de fazer do ato de bater uma laje, um evento com bebida e comida. No passado isso ocorria após terminarem um barraco de um vizinho, depois de terminarem uma obra da Associação como, abrir ruas, fazer o esgoto, a caixa d'água, entre outros?

8. Sobre a pavimentação das ruas, como ocorreram? Teve a participação do Estado e/ou dos militares, políticos?

9. No processo de pavimentação houve algum espaço pensado para o Lazer?

10. Como foi pensada a construção das praças do Caetés, da Capivari, Bangu e da Iracema?

11. Essas praças eram lugares de lazer? O que acontecia nelas?

12. No período em que estive como gestor da Associação de Moradores, houve alguma iniciativa do Estado ou dos moradores para a construção de praças e lugares de lazer?

13. Nessa época já existiam times de futebol? Existiam campos? Onde jogavam?

14. No museu da Maré constam alguns registros de festas caipiras e folias de reis, quais as lembranças que o senhor tem dessas manifestações culturais no Morro do Timbau?

15. Qual importância o lazer teve para a construção do Timbau?

2. Percepção sobre o lugar

1- Como o entrevistado define o lugar onde mora: favela, comunidade ou Bairro.

2- Definição do entrevistado sobre cada um dos termos: “favela”, “comunidade”, “Bairro”

3- Depois de passar muitos anos na Maré, qual a visão que o senhor tem Do Morro do Timbau nos dias de hoje. O que mudou? O que se perdeu?

4-O que mais o entristece, hoje, na Maré e o que mais lhe dá orgulho?

ANEXO IV - Roteiro de perguntas para os moradores do Morro do Timbau

I. ROTEIRO DE ENTREVISTA (MORADORES)

1. Identificação

1- Nome completo

2- Data de nascimento/idade

3- Lugar de nascimento

4- Endereço atual

2. Sobre a história do Morro do Timbau

1- Quando chegou a Maré? Qual comunidade morou? Qual idade tinha?

2- Por que, a Maré? Era perto do trabalho, perto da família?

3- Logo com a sua chegada a Maré, o que as pessoas faziam para se divertir?

4- Como era o lazer naquele tempo?

5- Quais áreas eram usadas para o lazer?

6- A igreja promovia momentos de lazer? A colônia de pescadores? Os terreiros de macumba? As escolas? O exército? A Associação? O Bloco de carnaval? O Município? O Estado? O governo federal? Os Políticos? Os Comerciantes? Os donos de chiqueiro? Os donos de fábricas? O SESI?

7- Hoje em dia as pessoas possuem o hábito de fazer do ato de bater uma laje, um evento com bebida e comida. No passado isso ocorria após terminarem um barraco de um vizinho, depois de terminarem uma obra da Associação como, abrir ruas, fazer o esgoto, a caixa d'água, entre outros?

8- Sobre a pavimentação das ruas, como ocorreram? Teve a participação do Estado ou dos militares?

9- No processo de pavimentação, como foram pensadas as praças do Caetés e da Capivari?

10- Essas praças eram lugares de lazer? O que acontecia nelas?

11- No museu da Maré constam alguns registros de festas caipiras e folias de reis, quais as lembranças que o senhor tem dessas manifestações culturais no Morro do Timbau? Tem notícias de como surgiram?

12- Qual importância o lazer teve para a construção do Timbau?

13- Em que momento as práticas de lazer foram diminuindo. Quais fatos contribuíram pra isso?

2. Percepção sobre o lugar

1- Como o entrevistado define o lugar onde mora: favela, comunidade ou Bairro.

2- Definição do entrevistado sobre cada um dos termos: “favela”, “comunidade”, “Bairro”

3- Depois de passar muitos anos na Maré, qual a visão que o senhor tem Do Morro do Timbau nos dias de hoje. O que mudou? O que se perdeu?

4-O que mais o entristece, hoje, na Maré e o que mais lhe dá orgulho?